FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Maria Madalena Lemes Mendes Moreira

GÊNERO E PRISÃO FEMININA

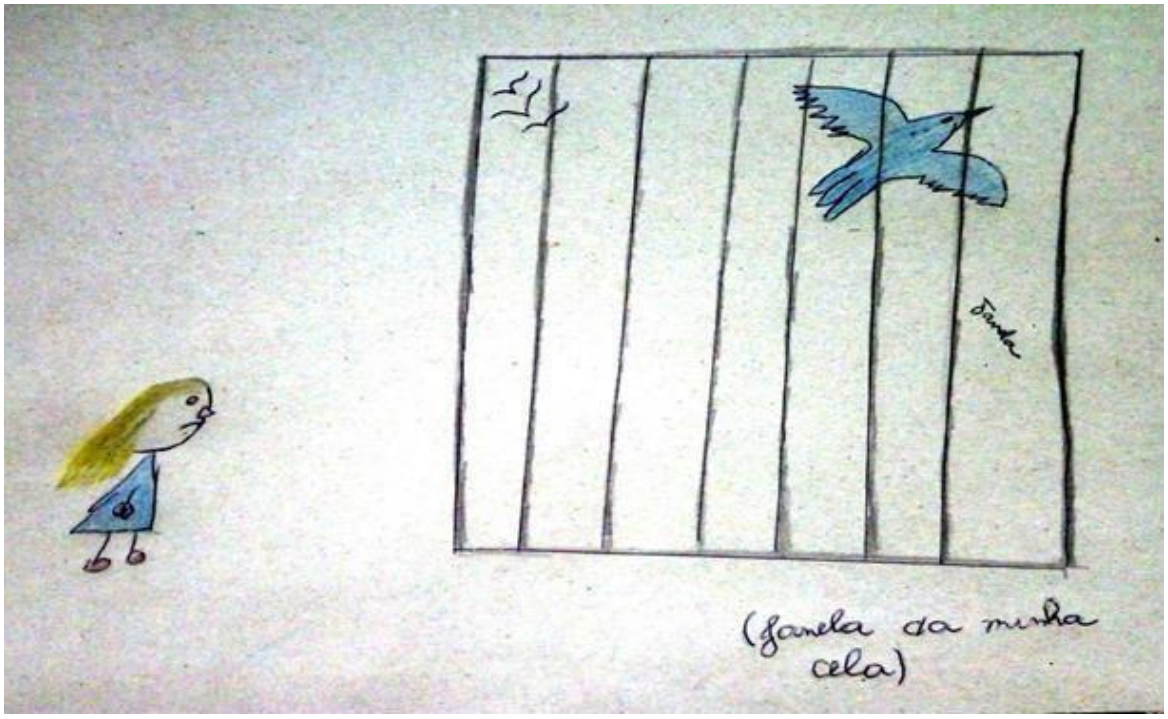


Figura 01 – Mapa Mental 11 “Penitenciária/Ala Feminina” Beatriz, 34 anos (CAPA)

PORTO VELHO - RO
2020

MARIA MADALENA LEMES MENDES MOREIRA

GÊNERO E PRISÃO FEMININA

Dissertação apresentada à Programa de Pós-Graduação em Geografia. Linha de pesquisa: Território e Sociedade na Pan - Amazônia – TSP da Universidade Federal de Rondônia, como parte das exigências do para a obtenção do título de Mestra. Sob a orientação da Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva

PORTO VELHO – RO
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

M838g Moreira, Maria Madalena Lemes Mendes.

Gênero e prisão feminina / Maria Madalena Lemes Mendes Moreira. -- Porto Velho, RO, 2020.

175 f. : il.

Orientador(a): Prof. PhD Maria das Graças Nascimento Silva

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Mulheres. 2.Gênero. 3.Prisão. 4.Espaço geográfico. I. Silva, Maria das Graças Nascimento. II. Título.

CDU 343.26-055.2

Bibliotecário(a) Marcelo Garcia Cardoso CRB 11/1080

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DE DISSERTAÇÃO

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARIA MADALENA LEMES MENDES MOREIRA - Matrícula 20181000985

A Banca de Defesa de Mestrado presidida pela Orientadora e Presidente **Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva** e constituída pelos examinadores: **Profa. Dra. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante** – Examinadora Interna - Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGG/UNIR e **Profa. Dra. Rosa Martins Costa Pereira** – Examinadora Externa – Instituto Federal de Rondônia/IFRO-Reitoria, reuniram-se em **04 de setembro de 2020**, às **9h**, através de **Videoconferência - Google Hangouts Meet** – Link: hp://meet.google.com/wgg-jvkd-hjr, para avaliar a dissertação de mestrado intitulada: **"Gênero e Prisão Feminina"** da mestranda **Maria Madalena Lemes Mendes Moreira - Matrícula 20181000985**. Após a explanação da pós-graduanda e arguição pela Banca Examinadora, a referida **DISSERTAÇÃO** foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada **APROVADA**. A Candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de Defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 83 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada e a comprovação do cumprimento dos demais créditos, conforme Regimento Interno. ***Este documento tem validade de 90 dias a contar destadata.***

Porto Velho-RO, 04 de setembro de 2020.

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Orientadora/Presidente

Profa. Dra. Maria Madalena de AguiarCavalcante
Examinadora Interna - PPGG/UNIR

Profa. Dra. Rosa Martins Costa Pereira
Examinadora Externa
Instituto Federal de Rondônia/IFRO-Reitoria

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRACAS SILVA NASCIMENTO SILVA**, **Docente**, em 07/09/2020, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA MADALENA DE AGUIAR CAVALCANTE**, **Docente**, em 08/09/2020, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto

nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Rosa Martins Costa Pereira**, **Usuário Externo**, em 11/09/2020, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0488617** e o código CRC **293E1606**.

Referência: Processo nº 999553733.000053/2020-39 SEI nº 0488617

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação ao meu filho Kauã, pessoinha que me inspira, que mais amo e tudo que quero de melhor pra mim, é porque desejo o dobro pra ele;

A minha tão amada mãe Leonilda (Dona Lió), que é meu apoio fundamental, uma pessoa de bom caráter, determinada a buscar sempre o melhor pelos filhos, e me ensina todos os dias esse mesmo legado.

Ao meu esposo, que mesmo distante e algumas vezes sem querer aceitar não deixou de acreditar junto comigo no meu sonho, e a colheita dessa conquista devo a ele também pelo apoio.

Sem medir palavras e expressões dedico esta pesquisa às mulheres encarceradas da penitenciária Regional de Rolim de Moura - RO, sem a disposição das mesmas seria inviável qualquer estudo científico com as mulheres privadas de liberdade e como elas convivem no espaço geográfico da prisão. Além delas, dedico este estudo às professoras Eliane e Rose pela total dedicação, interesse e auxílio durante minha pesquisa de campo na instituição prisional de Rolim de Moura - RO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me capacitar dia a dia e despertar em meu coração o desejo de contribuir com o melhor de mim através desta pesquisa.

À minha mãe, por ser minha melhor inspiração, meu melhor exemplo como uma excelente pessoa de caráter e determinação. Ao meu filho biológico Kauã e ao meu filho adotivo do coração (enteado) Nicolas, que pacientemente me esperavam todas as vezes que precisava me deslocar a mais de 500 km para estudar, aprimorar meus conhecimentos e além de cumprir com os créditos que o programa exige, cada viagem foi agraciada de crescimento pessoal, profissional e emocional contido em cada disciplina cursada, em cada congresso e em cada experiência vivida durante essa magnífica caminhada.

À minha amiga Mirian a propulsora desse sonho, ela me auxiliou e acreditou antes de mim mesma que eu poderia e tinha capacidade para concorrer a uma vaga na pós graduação stricto sensu de Geografia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

Ao meu esposo que tanto me auxiliou, mesmo sem entender e com receio de aceitar minha determinação por ser mulher e estar distante dele, foi questão de pouco tempo para sonhar comigo e mesmo com a distância participarmos juntos todos os momentos vividos durante o caminho percorrido para realizar e concluir todas as etapas do mestrado.

À Deusa minha amiga e a que tanto me ajudou com as crianças quando estava viajando e também disponibilizou tempo e paciência pra me escutar nas horas boas e difíceis durante o processo do mestrado. À minha saudosa amiga Nilda, que não pode comemorar e viver comigo cada etapa do mestrado, mas tenho certeza que num outro plano espiritual não deixou de me acompanhar durante essa caminhada. Àquelas outras pessoas tão queridas que partiu desta vida e me faziam tão bem, meu tio Valdemar (Tio Dema) e Seu Ranolfo pessoas que participaram do meu desenvolvimento enquanto pessoa e desde criança me ensinaram o real valor de tudo que sonhamos ou pretendemos alcançar.

À minha amiga Márcia Coutinho por todas as vezes que eu ia me deslocar para a cidade de Porto Velho, a mesma não economizava palavras de estímulo e força. À minha amiga tão especial também Maria Helena que mesmo passando por

momentos tão tristes em sua vida pessoal, não deixava de me perguntar como eu estava e como estava meus estudos, além do apoio emocional sempre me lembrando de que tudo iria dar certo.

Sou grata a todas minhas amigas e amigos, que sempre me impulsionaram em fazer o melhor, e sempre deixaram transparente a forma de como fui cuidada por pessoas especiais desde a minha saída de casa até a minha chegada, durante os períodos que precisava ficar fora estudando, desenvolvendo minha pesquisa e participando de seminários e congressos no Brasil e no Exterior.

Ao meu pai senhor João Batista, que sempre me apoiou e acreditou em meus estudos e no melhor pra mim, sempre que podia me ajudava até financeiramente para a garantia dos meus estudos.

Ao meu irmão, cunhada e sobrinhos pelo imenso apoio, eles nunca dificultaram qualquer auxílio para me ajudarem no período do mestrado, buscar e levar até o ponto de ônibus, cuidar das crianças, ajudar minha mãe enquanto eu estava ausente, realmente foram ações que fizeram a diferença e sem elas minha preocupação teria sido ainda maior. De modo geral, agradeço a todos familiares, pessoas presentes em minha vida no dia a dia, e que mantemos um relacionamento de amor e companheirismo.

Agradeço de todo meu coração a Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva (conhecida carinhosamente como Gracinha), que benção foi conseguir caminhar ao lado de uma pessoa tão querida, além de extremamente capacitada, não mediu esforços para me fazer crescer como pessoa, sem dúvida, não sou a melhor e a mais importante, Gracinha me ensinou mais que isso, ela demonstra que importância e ser melhor estão embasados na humildade e na humanidade como pessoa, ela vive isso e, quão maravilhoso foi cada momento vivido com ela e sua família, momentos que serão eternizados, desde fins acadêmicos, como gargalhadas em qualquer momento, a estadia em sua própria casa e em nenhum momento me tratou diferente, eu que ficava com tamanha vergonha por ser tratada tão bem. E ainda, pela ministração da disciplina Geografia e Gênero, que foi com certeza uma das melhores e mais impactante disciplina que participei.

Ao Prof. Dr. Josué, um ser iluminado e não poderia ser diferente, pois ele e Gracinha foram escolhidos pelo universo para abençoar a vida de tantas pessoas.

Além de um dos melhores professores que já tive e à altura de seu diploma, professor Josué não diferente da sua esposa professora Gracinha, contribuiu de forma ímpar para o desenvolvimento da minha pesquisa e meu crescimento enquanto pessoa. As músicas no café da manhã sempre realizado com tanto carinho e as maravilhosas receitas são momentos eternizados. Como foi bom e sei que uma ou mais disciplinas ministradas pelo professor Josué serão sempre da melhor qualidade possível, pois, basta começar a escrita para saber que a tão temida Epistemologia da Geografia é uma das disciplinas mais importantes para embasar teoricamente o conteúdo escrito da dissertação.

À professora Dra. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante, professor Dr. Michel Watanabe e professor Dr. Josué da Costa Silva pela realização da disciplina Métodos e Técnicas em Geografia, contribuição necessária e válida para continuidade no processo de desenvolvimento da minha pesquisa e escrita da minha dissertação.

De forma geral, meu agradecimento aos demais docentes na pós graduação em Geografia pela Unir e aos colegas do programa. No início, um tanto perdida, mas em poucas horas iniciava parcerias e várias amizades, além da enorme contribuição acadêmica e momentos especiais vividos com a maioria dos colegas que encontrávamos em sala de aula, em seminários e até mesmo nos corredores da Unir.

Agradeço com muito carinho à professora Gracinha pela permissão e oportunidade em fazer parte do Grupo de estudos e pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero - GEPGÊNERO. E, as pesquisadoras, pesquisadores e integrantes deste Grupo de Pesquisa, que tanto contribuíram mesmo sem perceber para a continuidade e conclusão da minha pesquisa.

À professora Joseli Maria Silva e ao prof. Dr. Marcio José Ornat, pela ministração da disciplina Gênero e Sexualidades na Análise Geográfica, além de um conteúdo com muita qualidade e a contribuição positiva ao desenvolvimento da minha pesquisa. Ficou eternizado as amizades construídas, a maravilhosa relação entre professores e discentes e a oportunidade de conhecer outros métodos de estudos e região diferente da qual moramos.

À Banca de Qualificação representada pelas professoras Dra. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante, docente da Universidade Federal de Rondônia –

UNIR e, a Dra. Rosa Martins Costa, professora no Instituto Federal de Rondônia – IFRO. Sinto-me honrada por receber as orientações necessárias de ambas profissionais, processo fundamental para meu aperfeiçoamento enquanto pesquisadora científica e crescimento humano.

Sou eternamente grata a equipe da penitenciária Regional de Rolim de Moura e as professoras responsável pela Educação Carcerária, Eliane e Rose que além do bom acolhimento não mediu esforços para me auxiliar todas as vezes que eu iria estar presente na instituição. Além da equipe técnica, agradeço às mulheres encarceradas que contribuíram para realização da minha pesquisa, estas mulheres conseguiram despertar em meu coração sentimentos de afeto por elas e ainda mais pela vida.

Total gratidão a Equipe CEEJA - Domingos Vona, em nome da minha diretora Sirley de Oliveira, que me apoiou em todas as etapas do mestrado, além do apoio técnico para estudar, o apoio emocional e, dessa mesma forma, cada funcionário e funcionária torcendo por cada momento em que eu saía e chegava de algum compromisso acadêmico, sempre bem recebida com carinho e respeito pela maioria dos colegas, além de demonstrarem o quanto minha ausência fazia falta ali junto deles.

Agradeço a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que por 01 (um) ano financiou minha pesquisa conforme estabelecido pelo regulamento do programa, e este auxílio foi fundamental para todas as despesas físicas com a pesquisa, e dessa forma, a garantia por uma melhor qualidade em todas as etapas deste estudo científico.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGG oferecido pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, pela oportunidade de realização do mestrado, além da qualidade de toda equipe de docentes, a secretaria do PPGG através da pessoa da Patrícia Cardoso desenvolveu um trabalho de excelência auxiliando na organização e esclarecimentos de dúvidas sempre que era necessário.

RESUMO

Esta dissertação traz como tema de pesquisa o espaço da mulher encarcerada na Penitenciária do Município de Rolim de Moura. O objetivo principal foi analisar a organização espacial das mulheres privadas de liberdade, e, através dessa espacialidade, verificar como elas percebem as relações de gênero no contexto geográfico da prisão. As categorias de análise geográficas utilizadas, no decorrer da dissertação foram: Espaço, Lugar, Território e Corpo, a partir da seguinte literatura: CORRÊA, 2000; RAFEFESTIN, 1993; SILVA, 2013; TUAN, 1983 e 2005. Utilizamos, na pesquisa, o método Fenomenológico, e como procedimentos metodológicos foram utilizados: mapas mentais, observação participante, entrevistas semiestruturadas em grupo e individuais, baseadas na História Oral. O local de realização da pesquisa foi a Penitenciária Regional de Rolim de Moura - RO, que abriga aproximadamente 20 mulheres condenadas por diversos tipos de crimes, sendo o principal o tráfico de drogas. É uma penitenciária mista, ou seja, local construído para homens e, por falta de lugar próprio, improvisaram uma Ala/Cela para as mulheres. Como resultados da pesquisa, evidenciamos que a maioria das mulheres encarceradas são jovens entre 18 a 35 anos de idade (80%) e recebem, de forma regular, visitas dos familiares. Duas das cinco entrevistadas recebem visita íntima do companheiro. No entanto, a visita que elas consideram a mais importante é a dos filhos e filhas. Apenas 01 (uma) das mulheres entrevistadas não recebia esse tipo de visita. Pelo que se observa, o fator das visitas e o vínculo familiar é essencial na reorganização das mulheres encarceradas. No momento da pesquisa, os projetos, para fins de Ressocialização ativos na instituição prisional, eram a Educação Carcerária e o Projeto “Kaspar, Grande Tesouro”. As mulheres que cumprem pena na Penitenciária Regional de Rolim de Moura-RO sofreram diversos tipos de violência: física, psicológica, doméstica e institucional. Desde a infância, as reeducandas tiveram seus direitos fundamentais negligenciados, e a atenção dos familiares não foi suficiente para que deixassem de ser influenciadas pelo mundo do tráfico e do crime. Diante as dificuldades vivenciadas dentro da prisão, as detentas constroem relações interpessoais de afeto e respeito, o que, sem dúvida, é primordial para a convivência. A realidade das internas, na unidade prisional de Rolim de Moura, não é diferente do restante da população carcerária no Brasil: precariedade nas estruturas físicas, poucos programas voltados à reinserção, tratamento desigual em relação ao gênero. As reivindicações dos homens são atendidas e, quanto as mulheres, estas continuam invisíveis à sociedade. Nas considerações finais, apontamos como imprescindível melhoria na qualidade das políticas públicas às pessoas privadas de liberdade e, principalmente, às mulheres que integram essa estatística, afinal, as detentas, em algum momento, vão retornar à sociedade. Por isso, faz-se necessário maior empoderamento e oportunidades às reeducandas, para sentirem maior segurança em seus projetos de vida futura.

Palavras-chave: Mulheres, Gênero, Prisão, Espaço Geográfico.

ABSTRACT

This dissertation has as research theme the space of women imprisoned in the Penitentiary of the Municipality of Rolim de Moura. The main objective was to analyze the spatial organization of women deprived of their liberty, and, through this spatiality, to verify how they perceive gender relations in the geographic context of the prison. The geographic analysis categories used during the dissertation were: Space, Place, Territory and Body, based on the following literature: CORRÊA, 2000; RAFEFESTIN, 1993; SILVA, 2013; TUAN, 1983 and 2005.In the research, we used the Phenomenological method, and as methodological procedures were used: mental maps, participant observation, semi-structured group and individual interviews, based on Oral History. The location of the research was the Regional Penitentiary of Rolim de Moura - RO, which houses approximately 20 women convicted of various types of crimes, the main one being drug trafficking. It is a mixed prison, that is, a place built for men and, for lack of a proper place, they improvised a Wing / Cell for the women. As the result of the research, we show that the majority of women incarcerated are young people between 18 and 35 years of age (80%) and regularly receive visits from family members. Two of the five interviewees receive intimate visit from their partner. However, the visit they consider the most important is that of their sons and daughters. Only 01 (one) of the women interviewed did not receive this visit's type. From what can be seen, the factor of visits and the family bond is essential in the reorganization of incarcerated women. In the research's time, the projects, for the purpose of Resocialization active in the prison institution, were Prison Education and the "*Kaspar, Grande Tesouro*" Project. Women serving time at the Rolim de Moura-RO Regional Penitentiary suffered various types of violence: physical, psychological, domestic and institutional. Since childhood, reeducated women had their fundamental rights neglected, and the attention of family members was not enough to stop being influenced by the world of trafficking and crime. In the face of the difficulties experienced inside the prison, the inmates build interpersonal relationships of affection and respect, which, undoubtedly, is essential for living together. The reality of the inmates in the Rolim de Moura prison unit is not different from the rest of the prison population in Brazil: precarious physical structures, few programs aimed at reintegration, unequal treatment in relation to gender. The demands of men are met and, as for women, these are still invisible to society. In the final considerations, we point out as an essential improvement in the quality of public policies for people deprived of their liberty and, especially, for the women who are part of this statistic, after all, inmates, at some point, will return to society. For this reason, greater empowerment and opportunities are needed for reeducated women to feel more secure in their future life projects.

Keywords: Women; Gender, Prison, Geographic Space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa Mental 11 “Penitenciária/Ala Feminina” Beatriz, 34 anos (CAPA)
Figura 02 – Segundo pavilhão da Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. 21
Figura 03 – Sala de aula na escola da penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. 49
Figura 04 – Sala de aula na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. 61
Figura 05 – Celas femininas da Penitenciária Regional de Rolim de Moura-RO. 74
Figura 06 – Sala de visitas na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO 86
Figura 07 – Mapa Mental 1 “Minha Infância” Beatriz, 34 anos 99
Figura 08 – Mapa mental 2 “Minha infância”, Grazi, 37 anos.....100
Figura 09 – Mapa mental 3 “Vida antes do cárcere”, Beatriz, 34 anos.....101
Figura 10 – Mapa mental 4 “Quem eu sou?”, Grazi, 37 anos. 103
Figura 11 – Mapa mental 5 “Quem eu sou?”, Gaby, 23 anos. 104
Figura 12 – Mapa mental 6 “Quem eu sou?”, Docinho, 25 anos.....106
Figura 13 – Mapa mental 7 “Quem eu sou?”, Pri, 29 anos.....107
Figura 14 – Mapa mental 8 “Penitenciária/Ala Feminina” Docinho, 25 anos.....109
Figura 15 – Mapa mental 9 “Penitenciária/Ala Feminina” Pri, 29 anos. 110
Figura 16 – Mapa mental 10 “Penitenciária/Ala Feminina” Gaby, 23 anos. 111
Figura 17 – Mapa mental 11 “Penitenciária/Ala Feminina” Beatriz, 34 anos.....112
Figura 18 – Mapa mental 12 “Penitenciária/Ala Feminina” Grazi, 37 anos. 113
Figura 19 – Salão da penitenciária, onde ocorrem as reuniões e outras atividades promovidas pelos (as) funcionários (as) da Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO 138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Faixa etária das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019 na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. 76
Gráfico 02 – Estado civil das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019 na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. 77

Gráfico 03 – Responsáveis pela educação das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. 79
Gráfico 04 – Comportamentos habituais na infância das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO 80
Gráfico 05 – Comportamentos habituais na infância das Mulheres Internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019 na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO 81
Gráfico 06 – Visitas frequentes das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. 85
Gráfico 07 – Natureza do crime das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. 90
Gráfico 08 – Tempo de condenação das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. 91
Gráfico 09 – Escolaridade das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. 93

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais em RO. 46
Quadro 02 – Cronograma de coleta de dados 2018/2019, sobre a análise espacial das mulheres encarceradas do município de Rolim de Moura – RO. 51
Quadro 03 – Filhos e filhas das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. 84

SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEEJA – Centro Estadual de Educação para Jovens e Adultos.

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

EJA – Educação de Jovens e Adultos

INFOPEN – Informações Penitenciárias.

INFOPEN/Mulheres – Informações Penitenciárias de Mulheres

IFRO – Instituto Federal de Rondônia.

FUPEN (Fundo Penitenciário de Rondônia)

GEPGÊNERO - Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero.

PPGG – Programa de Pós Graduação em Geografia.

SEDAN – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação.

UNIR – Universidade Federal de Rondônia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **17**
CAPÍTULO I – CATEGORIAS DE ANÁLISE NUMA VISÃO FENOMENOLÓGICA 21
A Fenomenologia e o Espaço Geográfico 22
CATEGORIAS DE ANÁLISE: Espaço, Lugar, Território e Corpo 26
Origem da Prisão no Brasil 32
Contexto Geográfico da Prisão Feminina no Brasil 36
SISTEMA PENITENCIÁRIO: Realidade em Rondônia e no Brasil 41
CAPÍTULO II – MÉTODO E METODOLOGIA: o caminhar da pesquisa numa abordagem fenomenológica **49**
Metodologia com base no método fenomenológico 50
Entrada na Penitenciária: os desafios e as conquistas 52
O Acesso às mulheres encarceradas 55
Início dos encontros com as mulheres encarceradas 56
Recomeço: 2ª parte da pesquisa na Penitenciária Regional de Rolim de Moura– RO. 59
O *lócus* da pesquisa 60
História Oral e entrevistas na visão das mulheres encarceradas 62
Observação participante: foco geográfico nos detalhes 64
Mapas mentais: visibilidade e representação 66
Condição da mulher no cárcere: uma visão metodológica 69
CAPÍTULO III – ANÁLISE GEOGRÁFICA DA PRISÃO FEMININA: a organização espacial das mulheres privadas de liberdade e as relações de gênero no contexto geográfico da prisão **74**
Perfil socioeconômico das mulheres encarceradas na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO 75
Os programas de ressocialização e sua aplicabilidade na Unidade Prisional de Rolim de Moura – RO 93
A Organização espacial das mulheres privadas de liberdade através dos mapas mentais 98
A vida antes do cárcere 98
Quem eu Sou? Processo de Identificação das reeducandas 102

SUMÁRIO

mulheres encarceradas 108
"Aqui não podem vacilar": as relações de gênero no espaço carcerário... 115
Além do espaço geográfico da prisão: desafios e sonhos 124
Na prática: as categorias geográficas de análise no espaço carcerário feminino 132
CAPÍTULO IV – NARRATIVAS NA ÍNTEGRA: durante as entrevistas com as mulheres encarceradas da Penitenciária Regional de Rolim de Moura/RO. 138
Pri,29 anos 139
Docinho, 25 anos 143
Beatriz,34 anos 145
Grazi, 37 anos 150
Gaby 23 anos 152
CONSIDERAÇÕES FINAIS **154**
REFERÊNCIAS 158
APÊNDICE **166**
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP **167**

APRESENTAÇÃO

Desde muito, cedo fomos educados apenas pela minha mãe. Meu pai não se preocupou, em nenhum momento, com nosso bem-estar físico, social e emocional. Ainda sem entender, presenciamos falas e ações preconceituosas do meu pai contra minha mãe, apenas pelo fato de ela defender seu espaço e exigir o respeito enquanto mulher e mantenedora da casa e família, mesmo antes do meu pai sair de casa.

Portanto, cresci de forma independente, mas orientada por minha mãe, e da melhor maneira. Ela sempre nos defendeu e nos impulsionou a estudar; mesmo com dificuldades financeiras, meu coração despertava o desejo em aprimorar meus estudos. Aos 16 (dezesseis) anos de idade, iniciei minha primeira Graduação em Normal Superior (Séries Iniciais), com duração de 03 (três) anos. De 2010-2014, cursei Psicologia.

Aos 19 (dezenove), comecei a lecionar e aos 25 (vinte e cinco) anos de idade, tive o privilégio de ser professora pedagoga concursada pelo estado, ser psicóloga e ser especialista em 02 (duas) Pós-graduações "*Lato Sensu"*. Após 04 (quatro) anos tentando ingressar num programa de mestrado, tive a orientação por parte de uma amiga, que me disse que eu poderia conseguir. Mesmo não sendo minha formação acadêmica inicial, decidi concorrer a uma vaga no PPGG da UNIR.

Chegar ao *Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia - PPGG da Universidade Federal de Rondônia – UNIR* e, por conseguinte, aos estudos das relações de gênero através do grupo de *Estudos e pesquisas em Geografia, Mulheres e Relações Sociais de Gênero* - GEPGÊNERO, foi algo que jamais imaginei como seria importante para minha vida pessoal e profissional. Desde minha infância, tive um exemplo de mulher forte e que, em meio aos desafios e preconceitos por ser mulher, não se deixou abater. Sempre fez o melhor por mim e meu irmão. Minha mãe foi modelo de luta e determinação. Na maioria das vezes, sem perceber ou saber o que significa relações de gênero, ela me impulsionou a estudar e buscar o melhor para mim, e sempre me dizia "consiga o que é teu, pra nunca ter que se abaixar pra homem nenhum".

E foi no PPGG e no GEPGÊNERO que descobri o quão sempre fui militante na luta pela visibilidade da mulher. Percebi que, desde criança, fui orientada na

importância em exigir o respeito pelo meu espaço. Ao pesquisar sobre diversos temas, deparei-me com a condição das mulheres no espaço carcerário. Levando em consideração minha experiência com a educação de jovens e adultos atualmente, resolvi, então, propor um projeto ao PPGG, com objetivo de pesquisar sobre o espaço geográfico que as mulheres privadas de liberdade ocupam na penitenciária Regional de Rolim de Moura - RO.

Dessa forma, em março do ano de 2018, iniciei meus estudos no PPGG. O que era um sonho começava se concretizar por algo ainda mais especial, o conhecimento pela ciência Geográfica, o espetáculo que começava a descobrir através da primeira disciplina *Epistemologia da Geografia,* ministrada pelo excelente profissional que conduzia as aulas, professor Dr. Josué da Costa Silva. Por meio dos debates, orientados por ele, eu passava a compreender minha importância no meio científico e acadêmico, algo que, ainda, não tinha experimentado com tamanha clareza.

À medida que cursava as disciplinas no PPGG, minha paixão pela pesquisa e pela geografia começava a fazer sentido. Conseguia visualizar, através da Pedagogia e Psicologia, como a Geografia conseguia fazer essa relação magnífica com ambas ciências. A disciplina de *Geografia e Gênero*, ministrada pela Profa. Dra. Maria da Graças (Gracinha), foi uma experiência única. Através da metodologia utilizada pela docente, a nossa turma era composta de colegas do mestrado e doutorado, com diversos temas de pesquisa. Cada pessoa expôs, por meio de outras pesquisas, essa real interação da Geografia e Gênero com todas as demais ciências.

A disciplina de *Métodos e Técnicas em Geografia*, ministrada em conjunto com 03 (três) docentes altamente qualificados, auxiliou-me no que tinha maior dificuldade em Geografia: categorias de análise, métodos e os recursos e procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa científica. Portanto, as outras disciplinas cursadas durante o programa de mestrado vieram para somar com meu conhecimento acadêmico e científico na área geográfica, algo que já tinha se tornado uma paixão e tudo que descobria era motivo de me aprimorar e desenvolver melhor minha pesquisa.

Hoje, após o caminho percorrido do mestrado, por meio das experiências adquiridas, não digo que estou pronta, mas que continuo em busca do

aperfeiçoamento acadêmico e científico, principalmente em relações de gênero, a valorização pela vida do ser humano, sem distinção de cor, raça ou classe social. Inclusive, posso dizer que estou me tornando uma pessoa melhor, a Geografia me proporcionou esta visão: a valorização pelo espaço e lugar nos quais estou inserida. Desse modo, a paixão pela minha pesquisa intensifica-se cada dia mais, pois sou uma delas e elas são uma de mim, “somos todas mulheres”, “somos seres humanos”. Independente da minha localização geográfica, nós, mulheres, merecemos respeito e visibilidade daquilo que acreditamos e fazemos para melhorar o meio social em que vivemos.

Teria muito ainda a dizer, mas sei que terei essa oportunidade pelos caminhos que ainda percorrerei na vida, pelos espaços e lugares que trilharei e pelas oportunidades que a Geografia me proporcionou. No próximo tópico, tenho a satisfação de apresentar o tema da minha dissertação de Mestrado.

INTRODUÇÃO

A prisão é uma instituição criada desde a antiguidade, com o objetivo de proteger a sociedade das pessoas más e, através da privação de liberdade, havia a intenção de reparar os danos cometidos pelos criminosos contra as pessoas de bem. As primeiras penitenciárias, próprias às mulheres, foram criadas após 1930. Até essa data, as mulheres condenadas dividiam celas com os homens, sendo, muitas vezes, vítimas de abuso sexuais e forçadas à prostituição, para sobreviver (QUEIROZ, 2015).

No Brasil, os primeiros estados a terem penitenciária feminina foram os do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. As pessoas responsáveis por modernizar o Sistema Carcerário eram chamadas de penitenciaristas, figuras importantes no cenário brasileiro e uma das principais discussões era a humanização das penitenciárias na época de 1930 a 1950 (SOARES et al., 2001).

De acordo com o INFOPEN/Mulheres – Informações Penitenciárias de Mulheres (2018), no Brasil, são 42 mil mulheres presas, com aumento de 656%, comparado ao ano de 2000, o quantitativo de mulheres encarceradas. A maioria das mulheres não está em penitenciárias próprias a elas, pois os estabelecimentos prisionais foram projetados 74% ao público masculino, 7% ao feminino e 16% são chamados de lugares mistos, os quais contêm alas/celas específicas para o aprisionamento de mulheres (INFOPEN MULHERES, 2018). Essa realidade, no Brasil, apenas reforça a desigualdade de gênero e o controle do patriarcado.

Em Rondônia, existem 29 instituições prisionais e destas, 15 são penitenciárias masculinas, 01 feminina, 01 Colônia Agrícola, Industrial ou Similar e 12 cadeias públicas. A única Penitenciária feminina fica em Porto Velho, capital do estado. As mulheres presas, nos demais municípios do Estado de Rondônia, ficam em unidades mistas, com alas/celas diferenciadas. Através do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN MULHERES, 2018), a população carcerária de Rondônia era de 10.832 pessoas e a cada 100 mil habitantes, no estado, 606,1 estavam em privação de liberdade.

O gênero e a prisão feminina sempre foram marcados pelos estereótipos da sociedade capitalista, sendo o maior desafio a humanização do Sistema Carcerário. Características do espaço geográfico no cárcere é uma pesquisa que ressalta a

desigualdade de gênero com as mulheres nos determinados espaços em que elas se apropriam. Na intenção de avaliar o gênero, no espaço geográfico da prisão feminina e suas peculiaridades, as categorias de análise geográficas utilizadas foram: Espaço, Lugar, Território e Corpo.

A categoria de análise geográfica Espaço considera que este faz parte das relações sociais e tudo que é produzido na sociedade (CORRÊA, 2000). A análise realizada a partir do Espaço, nesta pesquisa, foi o primeiro passo para entender como ocorria a organização espacial das mulheres encarceradas. O conceito de Lugar, a partir de Tuan (1979), (1983) e (2005), buscou explicar como as mulheres encarceradas modificam o espaço em que estão construindo o lugar próprio de cada uma na prisão, levando em conta que essas mulheres constroem relações interpessoais, reorganizam suas redes de sociabilidade e marcam o território, de acordo com a singularidade de cada uma.

Para melhor desenvolvimento da pesquisa, a categoria de análise Território, por meio de Raffestin (1993), evidenciou as relações de poder entre as internas, bem como a forma que estas percebem as relações de gênero. Atrás das grades, as detentas constroem regras e códigos para a sobrevivência, desafio que se torna maior por estarem numa penitenciária mista, ou seja, trata-se de uma instituição prisional masculina, com uma ala/celas separadas às mulheres condenadas.

Por fim, a categoria Corpo, através de Silva et al. (2013), uma vez em que o indivíduo modifica o espaço, constrói significados para o lugar em que pertence ou convive, cria mecanismos para sua sobrevivência. O corpo é feito de movimento, não é fixo. Portanto, a categoria corpo foi utilizada para verificar o relacionamento das mulheres encarceradas, verificando a forma como articulam meios de poder e sobrevivência, principalmente nas relações de gênero.

Como é sabido, o Sistema Penitenciário Brasileiro não obteve êxito na redução do número de pessoas condenadas, tampouco conseguiu desenvolver o caráter ressocializador. Quanto às mulheres, o número de condenações foi alarmante entre os anos 2000 a 2016, com crescimento de 656% (INFOPEN MULHERES, 2018). É notório que as mulheres estão em situação inferior ao sexo masculino no espaço geográfico do cárcere, pois a maioria das penitenciárias foram construídas para homens, tendo apenas 7% de penitenciárias próprias às mulheres, nível de Brasil e somente 01 (uma) penitenciária feminina em Rondônia. Essa

realidade mostra que a maioria das mulheres privadas de liberdade em Rondônia estão em penitenciárias ou delegacias mistas: onde há celas/alas improvisadas para mulheres dentro de uma instituição prisional masculina.

Dessa forma, a mulher, na prisão, vive, diariamente, a desigualdade de gênero, pois, quando chega ao cárcere, ela se depara com atitudes, palavras e situações onde sua figura é observada como submissa e frágil. Diante desse cenário, surge a necessidade de verificar como as mulheres encarceradas se organizam espacialmente e percebem as relações de gênero no contexto geográfico da prisão?

A organização espacial, no Sistema Carcerário feminino em Rondônia, não difere do restante do país. O estado é carente de infraestrutura e de programas efetivos voltados à ressocialização das internas. Por isso, a penitenciária Regional de Rolim de Moura - RO foi o local para realização da pesquisa, tendo como objetivo: analisar a organização espacial das mulheres privadas de liberdade e, através dessa espacialidade, verificar como elas percebem as relações de gênero no contexto geográfico da prisão.

A partir desta ampla proposta, o estudo em questão traz como objetivos específicos: a) Pesquisar o perfil socioeconômico das mulheres encarceradas; b) Verificar a aplicabilidade dos programas de ressocialização existentes na unidade prisional; c) Investigar a organização espacial das mulheres privadas de liberdade;
d) Analisar as relações de gênero no espaço carcerário.

A fim de concretizar tais objetivos, a dissertação foi dividida em 04 (quatro) capítulos:

O primeiro capítulo, intitulado "*Categorias de análise numa visão geográfica fenomenológica*", apresenta o método trabalhado na pesquisa. Baseado na Fenomenologia, foi possível compreender os fenômenos e como o objeto se mostra ao mundo, buscando o verdadeiro significado do que foi observado. Dessa mesma forma, as categorias de análise ganham vida desde o primeiro capítulo, na intenção de deixar a pesquisa transparente, clara e prazerosa ao leitor.

O segundo capítulo, "*Método e Metodologia: o caminhar da pesquisa numa abordagem fenomenológica"*, buscou evidenciar a forma como ocorreu a pesquisa com as mulheres internas da Penitenciária Regional de Rolim de Moura - RO, sendo utilizados como procedimentos metodológicos os mapas mentais, aula didática,

entrevistas semiestruturadas em grupos e individuais, todas baseadas na História Oral.

O terceiro capítulo, "*Análise geográfica da prisão feminina: a organização espacial e as relações de gênero no espaço carcerário*", analisou, através do método fenomenológico e por meio dos instrumentos utilizados durante a pesquisa com as mulheres privadas de liberdade, as discussões do trabalho de campo e verificou se os objetivos propostos no trabalho foram alcançados e qual sua relevância para a sociedade.

O quarto capítulo, "*Narrativas na íntegra: durante as entrevistas com as mulheres encarceradas da Penitenciária Regional de Rolim de Moura/RO"*, teve o objetivo de aproximar o leitor das mulheres privadas de liberdade. Para tanto, são trazidas as narrativas completas das 05 (cinco) mulheres encarceradas, que participaram de todo processo desta pesquisa.

Sendo assim, além de dados sobre os resultados da pesquisa, neste capítulo, foi possível propor argumentações sobre políticas públicas eficientes para o sistema prisional feminino, com a finalidade de dar visibilidade às mulheres, sem vitimizar, mas oferecer oportunidades efetivas de ressocialização, diminuindo os números alarmantes de condenações e condições desumanas a que são expostas as pessoas privadas de liberdade.

CAPÍTULO I
CATEGORIAS DE ANÁLISE NUMA VISÃO FENOMENOLÓGICA

Este capítulo vai tratar da abordagem teórica a fim de identificar a seguinte questão: como acontece a organização espacial das mulheres privadas de liberdade e, através dessa espacialidade, verificar como elas percebem as relações de gênero no Sistema Carcerário. Diante de um vasto número de correntes filosóficas e epistemológicas, houve um esforço em evidenciar, teoricamente, as categorias de análise da geografia trabalhadas na pesquisa: Espaço, Lugar, Território e Corpo.

A imagem abaixo (figura 2) mostra a entrada da Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. Através dessa imagem, foi possível identificar como é construído parte do espaço geográfico de que trata esse estudo.

Figura 02 – Segundo pavilhão da Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.

Fonte: Acervo pessoal da autora, durante pesquisa realizada em 2018/2019.

A Fenomenologia e o Espaço Geográfico

A fenomenologia foi iniciada na Alemanha, ao fim do século XIX e na primeira metade do século XX, tendo como criador desta escola filosófica Edmund Husserl. Com origem grega, a fenomenologia é a reflexão sobre um fenômeno ou sobre aquilo que se mostra (BELLO, 2006). Independente do espaço utilizado, a fenomenologia tem a capacidade de compreender os fenômenos através da interpretação feita pelo autor sobre o objeto inserido no mundo. Dessa forma, aquilo que se mostra é proveniente de diversos significados e cabe ao pesquisador (a), através da fenomenologia, buscar o verdadeiro significado daquilo que é observado.

O conhecimento não poderá fazer parte das ciências sociais, se for construído sob a concepção de que o conhecer é único e objetivo no mundo. Não é possível conhecer singularmente e de forma objetiva fenômenos (sociais) nos quais o próprio observador/pesquisador que descreve o fenômeno está envolvido. Ou seja, o conhecimento é construído de acordo com as bases biológicas do entendimento humano e possui limites do próprio ser humano (MATURANA; VARELA, 1995).

O fenômeno estudado é parte de um altruísmo biológico natural e transcorre num meio social. Portanto, a vida é fenômeno em movimento. Neste ponto, fenomenologia biológica e fenomenologia social compõem uma unidade dialética. Isto é, somos socialmente biológicos e biologicamente sociais. A separação quem faz é a nossa mente representacionista, que separa o ser (o homem) do mundo (da natureza), o conhecer do conhecedor (MATURANA; VARELA, 1995).

Para Husserl, só é possível compreender os fenômenos através de um caminho, este definido como método e formado por duas etapas: primeiro, através de entender o sentido das coisas, mesmo que nem tudo se apresente como compreensível, mas é uma possibilidade humana essa concepção. A segunda etapa indica que compreender os fenômenos, através da fenomenologia, é refletir como é o sujeito que busca o sentido, ou seja, é uma análise do ser humano (BELLO, 2006). Husserl, através de suas indagações a respeito daquilo que se mostrava concreto, desenvolveu o método da percepção, uma fenomenologia que permite ao pesquisador instigar e refletir sobre o objeto estudado. Através do método fenomenológico, é possível observar o sujeito por meio da experiência vivida, verificando como este se comporta, vive e mantém sua existência. Em consonância

com esse pensamento, Cassirer (1997) fala que isso nos faz refletir que, talvez, entre a experiência e a percepção há um impulso ou uma disposição natural capaz de desencadear, no processo cognitivo humano, uma tensão dialética que, às vezes, direciona seu desejo para o exterior, às vezes, o faz se voltar para o interior de si mesmo.

A fenomenologia é o estudo das essências na existência. Uma filosofia que relata o espaço, o tempo e os mundos vividos. A fenomenologia, explicada por Merleau-Ponty (1999), é a tentativa de uma definição direta da própria experiência. É no ser que se encontra a unidade fenomenológica e seu verdadeiro significado. Segundo o autor, o que sabemos do mundo, mesmo por ciência, só é possível a partir de uma visão e uma experiência do mundo, todo universo da ciência é construído sobre o mundo vivido (MERLEAU-PONTY, 1999).

A fim de explicar a fenomenologia no espaço geográfico é utilizada, no decorrer da pesquisa, a leitura de Bachelard, que, de forma poética, registra essa essência na geografia. Através dessa tendência, surge uma nova visibilidade do espaço, que procura o mundo vivido na imagem e lugar que o objeto se encontra (GRATÃO, 2016). Por meio da teoria bachelardiana, “o geógrafo sonha e se deixa arrastar para o espaço geográfico, procurando desvelar a essência do eu-poético e o eu-sonhador em geografia” (GRATÃO, 2016, p. 4).

O espaço percebido por Bachelard, através da imaginação, não pode restringir-se ao espaço indiferente e a basear-se em geometria. Muito pelo contrário, o espaço trata do vivido, da experiência do ser em toda sua totalidade e parcialidades da sua imaginação. Gratão (2016) reforça, através da análise em Bachelard, que apenas a Fenomenologia pode ajudar o pesquisador (a) a reconstituir a subjetividade geográfica. Por isso mesmo, é necessário, então, ativar a imaginação criante-dinâmica, uma relação entre a teoria e a experiência através daquilo que se sonha.

O geógrafo tem como responsabilidade, na pesquisa fenomenológica, “analisar as experiências mais recônditas primitivas do Ser Humano com a Terra, uma geograficidade original como lugar, base e meio de existência” (GRATÃO, 2016, p. 6). Para isso, é fundamental recorrer a Bachelard. Ele ensina ao pesquisador a necessidade de recorrer ao caráter dinâmico, escutar, dialogar e

aprender com os erros escritos, dessa forma, possibilitar fazer uma geografia que se pensa, experiencia e sonha (GRATÃO, 2016).

O racionalismo bachelardiano tem um sentido muito próprio, que é a preocupação constante com a aplicação. O "racionalismo aplicado" é uma marca fundamental do "novo espírito científico", atua na dialética entre a experiência e a teoria, o que significa a dupla determinação do espírito sobre o objeto e deste sobre a experiência do cientista. Fazer fenomenologia é a compreensão daquilo que se mostra e acompanhar os indícios daquilo que se apresenta (BACHELARD, 2000).

Bachelard enxerga, na filosofia de Husserl, a instauração do espaço pelo modo poético da Fenomenologia. O espaço é aquilo que, poeticamente, vivemos na nossa presença no mundo. O caráter essencial do que quer dizer espaço, para Bachelard, significa tentar transmitir qual é a natureza essencial do espaço. Qual é a natureza da minha presença no mundo? Um dos nomes é o espaço. Ou seja, há sempre uma distância entre eu e você e esse intervalo chama-se, afinal, espaço. Entrar em contato com a imaginação poética é entrar em contato de modo ingênuo (BACHELARD, 2000).

Há uma relação entre a casa como o espaço vivido, em seu livro *A poética do Espaço*. É preciso ter a noção enquanto ser como se estabelece a habitação do espaço vital com as mais variadas dialéticas da vida. Principalmente, porque “a casa é nosso canto no mundo” (BACHELARD, 2000, p. 200). Independente de onde é a habitação, há um significado e relaciona com o dia a dia das pessoas, livre do espaço, ser num abrigo, refúgio ou aposento.

Outro autor que traz, em sua obra, uma reflexão a respeito do espaço vivenciado pelo homem é Bollnow (2008). A diferença entre o espaço vivido e a matemática relaciona-se na falta de questionamento do homem como um ser ativo e reflexivo. O indivíduo não questiona o espaço que ocupa e se torna como a matemática, algo abstrato, automático e com respostas prontas. Sendo assim, depreende-se que espaço vivenciado não é neutro com respeito a valores, constituindo um fator estimulante ao homem e compondo o campo do comportamento da vida humana.

O tipo de espaço relatado pelo autor não se trata de nada psíquico, mas do próprio espaço como meio da vida humana. Este espaço precisa ser entendido como algo em que envolve todo o conjunto de elementos significativos nele

experimentados, pois, na peculiaridade de suas qualidades, encadeamentos e ordens, ele é forma de expressão, conservação e realização do sujeito que nele vive e vivencia, e com ele se relaciona (BOLLNOW, 2008).

A fenomenologia modificou as perspectivas dos geógrafos, porque observaram que os lugares não são pontos anônimos num espaço neutro; a Terra não é apenas uma superfície geométrica, é feita de meios físicos, onde a vida está por toda parte presente e os homens moldaram à sua imagem. Para Claval (2011), a partir do momento em que os geógrafos partem da experiência que as pessoas têm do espaço, a idade e o sexo tornam-se variáveis chaves.

O novo olhar geográfico dá a mesma atenção à experiência do religioso/sagrado e da cotidianidade laica. A paisagem não é mais posta por aquele que a habita ou a visita, faz, num certo sentido, parte de seu ser. Essa nova corrente dá importância ao fator simbólico das paisagens, aos círculos de intersubjetividade, que estão associados aos círculos de intercomunicação e às representações, que são uma criação social ou individual de esquemas relevantes do real. A partir desse momento, os geógrafos interessam-se pelos valores (CLAVAL, 2011).

Kant fala que os fenômenos precisam ser analisados, porque estes se apresentam, de fato, a nós. Segundo o autor, só podemos analisar os objetos na medida em que eles se apresentem a nós. Não adianta perder tempo com a metafísica, uma análise do ser ou não ser porque Kant se pergunta e nos leva a reflexão do que vale a pena conhecer e o que não vale a pena. O conhecimento se dá através da união da razão e a experiência. *A priori* – estrutura para o conhecimento/nasce na experiência. E, *posteriori* – o conhecimento em si/nasce na experiência, mas encerra na razão (KANT, 2001).

Assim, a pesquisa fenomenológica descreve o fenômeno com maior fidelidade, sem paixões, comprometimentos ou preconceitos; não se devem emitir juízos de valor, mas, buscar sua consistência, estruturas e significados (KOZEL, 2018). É com base nessas referências que a pesquisa com as mulheres carcerárias foi realizada. O fenômeno, aqui, carrega, em virtude de sua trajetória no cárcere, os preconceitos e a rejeição da própria sociedade. Por isso mesmo, é importante mais estudos sobre essa temática, para que, através da visibilidade de mulheres na prisão, comece também um novo olhar da sociedade para os espaços prisionais.

CATEGORIAS DE ANÁLISE: Espaço, Lugar, Território e Corpo

Na intenção de fazer uma ligação com a Geografia Fenomenológica, utilizaram-se as seguintes categorias de análise: Espaço: com ênfase nos conceitos de lugar subdomínio do espaço observado, Território: focado nas relações de poder e limitação do espaço; e Corpo: na tentativa de analisar as formas de transformações que o corpo apresenta em espaços distintos no sistema carcerário. A noção de espaço é vista como essencial na vida do ser humano e a influência que o homem tem de dominar o espaço em que vive. Estudar o espaço significa quebrar paradigma; o espaço é próprio das relações sociais e do que a sociedade em si produz. Não é algo isolado, a sociedade só se torna evidente através do que produz no espaço e este reciprocamente é compreendido através da sociedade, constituindo a formação sócio-espacial (CORRÊA, 2000).

Na concepção de espaço geográfico, está contida a expressão de diferentes categorias. Entende-se por categoria palavras ou conceitos onde se atribui dimensão filosófica e determinam significado do sentido que adquirem no contexto de sistemas de pensamentos. Essas categorias seriam a natureza, a sociedade, o tempo e espaço, essas duas últimas que delimitam e orientam a análise referente ao objeto de estudo geográfico. O espaço geográfico se forma (no sentido de formação, origem) e se organiza (no sentido de funcionalidade), projetando-se como determinação ou como possibilidade (SANTOS, 2006).

Com intuito de contrariar as geografias críticas e teorético-quantitativa, na década de 70, surge a geografia humanista, pautada na intuição, subjetividade, nos sentimentos e experiência, tendo como referência o singular e não o todo. A finalidade não é uma explicação pronta ao objeto ou sujeito, mas uma compreensão do que pode ser entendido do mundo real. Assim, as categorias de análise da geografia ganham novo olhar: “o conceito de território tem, na geografia humana, uma de suas origens. O lugar passa ser um conceito chave mais relevante, enquanto o espaço adquire o significado de espaço vivido” (CORRÊA, 2000, p. 32).

A tarefa do geógrafo consiste em marcar características como a relação com a natureza, de compartilhar diversas informações obtidas pela sua trajetória. Tornar estes fatos interessantes e científicos não é fácil. Para isso, é necessário que o geógrafo demonstre paixão sobre seus trabalhos. A Geografia, segundo Claval

(2011), é a ciência da observação. Aquele que a prática, ama andar, olhar ao redor, cheirar os odores e sentir a atmosfera, além de ser um indivíduo de contato, sempre pronto a interrogar as pessoas e a escutá-las. Os (as) geógrafos (as) acreditavam que o estudo das relações entre os grupos humanos e o meio seria capaz de fornecer um esquema geral de interpretação de que necessitavam. Assim, a geografia humana torna-se a ciência das configurações espaciais e das formas de organização regional.

Em consonância com a geografia Humanística, a geografia cultural tem o papel de integrar, geograficamente, o homem e a natureza e o saber sobre o indivíduo. Corrêa (1995) nos chama a atenção para uma paisagem cultural onde é resultado de uma cultura que a modelou e esta se torna fundamental, pois o espaço ali onde apresenta variadas paisagens foi construído por uma determinada cultura.

Quando se indaga de que maneira as pessoas atribuem significado e organizam o espaço e o lugar, é imprescindível que o cientista social veja a cultura como um fator explicativo, “a cultura é desenvolvida unicamente pelos seres humanos” (TUAN, 1983, p. 5). A experiência é construída pelos sentimentos e pensamentos, a geografia da percepção passa do puro objetivismo e toma força aos estados subjetivos. E esta experiência no espaço só é possível se houver um lugar para se mover (TUAN, 1983).

O espaço geográfico não é somente superfície. É o homem que se movimenta no espaço construído e movimentado por ele mesmo, ele é o único ser para o qual pode ter um significado. O indivíduo torna-se também construtor de espaços, abrindo vias de comunicação: caminhos, pistas, estradas, vias férreas, canais são maneiras de modificar o espaço, de o recriar. A geografia é mais do que uma base ou um elemento, ela é um poder. Da terra vêm as forças que atacam ou protegem o homem, que determinam sua existência social e seu próprio comportamento (DARDEL, 1990).

As várias formas de explicar o espaço são esclarecidas por Bollnow (2008) pelas noções de representatividade neste espaço. Desde a forma como indivíduo se posiciona, até onde ele se mantém. O espaço expande-se ao redor do homem e este se movimenta no espaço, mesmo permanecendo fixo. O espaço não é dependente do sujeito, mas é relativo ao sujeito e se fundamenta na vivência do ir e vir.

O Espaço foi a primeira categoria analisada durante a pesquisa, o objetivo foi ter uma visão geral da instituição prisional escolhida. Essa análise incluiu a percepção das mulheres a respeito da espacialidade do cárcere, a organização delas e as relações de gênero existentes no contexto geográfico da prisão.

Assim como o espaço, o lugar é uma categoria importante a ser trabalhada na geografia. Em Dardel (1990), a circunstância do ser supõe um espaço onde ele se move; um conjunto de relações e de troca que fixam, de algum modo, o lugar de sua existência. A geografia e a fenomenologia são conceituadas por Buttimer (1976) como a relação entre as pessoas e os lugares; com uma dinâmica na experiência humana e na prática a qual os seres humanos atribuem um significado.

As geógrafas e os geógrafos possuem a responsabilidade não apenas de saber onde os lugares estão, mas como eles são, como e por que se modificam no tempo. É indispensável a consciência não somente da individualidade dos lugares, mas do sentido e da imagem do lugar inseridos pelas pessoas em suas percepções (DICKENSON & AMORIM FILHO, 1996). Isso faz lembrar que o ser é único e possui a responsabilidade de construir e reconstruir no lugar ao qual está inserido (a).

Da mesma forma, Tuan (1979) afirma que todos os lugares são pequenos mundos e são produzidos pela consciência humana e por sua relação intersubjetiva com as coisas e os outros. Na visão de Holzer (1999), os geógrafos humanistas buscavam definir o lugar enquanto uma experiência que se refere ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos, através de uma dialética com o constructo abstrato denominado espaço.

Apenas estar no espaço não é suficiente para caracterizar um lugar. É necessária a experiência individual ou coletiva a fim de tornar os lugares visíveis. O lugar é um espaço estruturado, essa definição diz respeito ao espaço sagrado e espaço geográfico, “o espaço geográfico é significando de uma cultura particular humanizado pela nomeação dos lugares” (RELPH, 1976).

Os lugares possuem características de identidades, relacionais e históricas. Casas, aldeias, praças, recorte de território representam um conjunto de possibilidades, de prescrições, sendo, ao mesmo tempo, espacial e social, fazendo com que cada corpo ocupe seu lugar. E cada lugar possui elementos distribuídos em relações de coexistência. O lugar antropológico é histórico e reservado à memória, a fim de apreender a diferença do ser e a imagem daquilo que não se é (AUGÉ, 2009).

A categoria de análise geográfica lugar foi utilizada para auxiliar na compreensão de construção do lugar dentro da prisão, partindo do mais abrangente que é o espaço. O lugar possibilitou verificar como as mulheres encarceradas vivenciam e constroem seu espaço, os principais desafios e enfrentamentos diários de acordo com o entendimento delas.

A categoria território será vista como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A ênfase dada à pesquisa será analisar o território, não apenas as limitações e demarcações de território, mas quem domina, influencia o espaço e de que forma. A questão política é definida em quem governa quem? Poder, força, autoridade e violência são expressões que lembram os elementos, dos quais o homem governa o homem, são consideradas sinônimos por terem o mesmo desempenho (ARENDT 1985).

O poder, de acordo com Arendt (1985), corresponde à habilidade humana de agir em comum acordo, o poder pertence a um grupo e perdura até quando este grupo se mantiver unido. Uma pessoa fica no poder até o momento em que possui outros indivíduos que a mantém na posição de superior aos demais. Quando, por algum motivo, este grupo acaba, a pessoa também perde seu poder. Vinculado ao território este é definido:

> Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (ex. uma rua) à internacional (ex. a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 2000, p. 83).

O território é flexível e existem vários tipos de organização espaço-temporal, de redes de relações sem que haja uma superposição entre o espaço concreto com o território. Enquanto campo de força, um exemplo demonstrado por Souza (2000) é o território das prostitutas. O autor expõe que o território feminino e masculino da prostituição, às vezes, é apropriado pelo grupo apenas no período noturno. Durante o dia, as ruas são utilizadas para fluxo de pessoas trabalhando, fazendo compras e outras atividades designadas como decentes. Esse é chamado um caráter cíclico de territorialização. A forma que o geógrafo possui e as habilidades em agrupar o quadro geográfico facilitaram a experiência entre os Estados e viajantes, que

necessitavam de uma fonte que lhe garantissem êxito para compreender melhor seu território. Neste ponto de vista, o autor afirma que o fortalecimento dos Estados modernos e suas implicações contribui para desenvolver métodos para o controle e domínio de seus territórios. É necessário delimitar um espaço para controlá-lo. (SOUZA, 2000).

Raffestin (1993) aborda o território posterior ao espaço. Para ele, onde existir um homem modificando o espaço, este fará parte de um território. Assim como o espaço, o território está presente em toda espacialidade social, sendo necessária a ação contínua do indivíduo. Em sua obra, Santos (2006) aborda a questão do território e sua relação ontológica com o espaço, já que esse território é visto como uma extensão do espaço, extensão concretizada com a interação exposta através de outro elemento importante: as ações, que junto com objetos articulados e atos integrados em um sistema, produzem o espaço.

As formas como o homem se relaciona com o espaço são comparadas por Bollnow (2008) como o habitar numa casa, e esse habitar como uma constituição básica e a essência do indivíduo, mas o espaço construído pelo homem é demarcado por um território, limitando o indivíduo de suas ações. A categoria de análise geográfica Território inicia com a manipulação dos indivíduos sobre o espaço que estes ocupam. Dessa forma, é possível definir território por espaço e poder. O ser humano pode manipular e transformar qualquer espaço, constituindo, através de um grupo poder, e estabelecendo o território.

A categoria de análise geográfica Território foi imprescindível neste estudo, uma vez que o acesso à prisão pode ser marcado por várias mudanças físicas e psicológicas no indivíduo. Para a realização desta pesquisa, foi preciso buscar, no entendimento de território, as relações de poder e os principais meios de sobrevivência existentes no sistema prisional.

A categoria corpo começou a ser analisada geograficamente ao final do século XX e início do século XXI. “Os corpos são materiais, possuem forma e tamanho e, inegavelmente, “ocupam[1]” um espaço físico” (SILVA et al., 2013, p. 87). Através das ações, os corpos produzem e reproduzem no espaço. O conceito de corpo ganhou espaço nos estudos geográficos através das transformações produzidas nos países industriais avançados.

[1]No sentido de estar nesse espaço, preenchê-lo.

Na geografia, a relação entre corpo e espaço passou a ser problematizada a partir das feministas e *queer*[2] , na Nova Geografia Cultural e fenomenológica. A geografia chega aos estudos sobre o corpo defendendo a idéia de que essa literatura tem capacidade para estender a compreensão do conhecimento sobre o poder e relações sociais entre pessoas e lugares (SILVA et al., 2013).

A separação entre sexo por gênero, feminino e masculino, surgiu no século XVIII, e o conceito de dimorfismo [3] nasceu no ocidente a partir de diversas transformações sociais e culturais. Foi na era moderna da sociedade ocidental que se estabeleceu um modelo igual das identidades sexuais, dando o sinônimo aos corpos de sexo. As feministas tentaram desconstruir a idéia de que o sexo é algo agregado ao corpo, esclarecendo que a anatomia não pode ser considerada como um destino para a classificação dos corpos e, nessa visão, as feministas tentam compreender os corpos como objetos discursivos que se diferenciam em cada espaço-tempo (SILVA et al., 2013).

De acordo com as reflexões em relação à categoria corpo, uma base fenomenológica permite verificar a forma como o ser humano percebe o mundo. Através das ações e sentidos, o corpo constrói-se conforme apropria-se ao espaço. Para Kozel (2018, p. 44), “Sendo assim, o lugar se projeta na porção apropriada para se viver: a casa, a praça, a rua, o bairro, porção essa vivida, sentida e reconhecida”. Dessa forma, o corpo é responsável por desenvolver os sentidos do lugar, por meio das sensações, percepções e significado.

Os espaços femininos produzidos geograficamente, as relações interpessoais e de gênero, no sistema carcerário, foram analisados após várias leituras, por meio do método fenomenológico. A categoria de análise geográfica Corpo auxiliou na forma de movimento das mulheres na prisão. O corpo como principal responsável pela construção do significado de lugar, em meio aos desafios territoriais, que caracterizam a espacialidade geográfica do cárcere.

As categorias de análise geográficas utilizadas, nesta pesquisa, possibilitaram uma interpretação do gênero feminino na prisão, pela forma que se apresentam à sociedade. Partindo do geral para o mais específico: Espaço, lugar,

---

[2] É uma palavra proveniente do inglês, usada para designar pessoas que, seja por sexo biológico, orientação sexual, orientação romântica, identidade seja expressão de gênero, não correspondem a um padrão heteronormativo.

[3]Referente a 02 (dois) sexos.

Território e Corpo, cada conceito teve como fundamento uma análise geográfica e as relações construídas no espaço vivido.

Origem da Prisão no Brasil

A prisão é menos recente do que se imagina. Ela foi constituída fora do âmbito judiciário, formada por todo corpo social, processos para dividir os indivíduos espacialmente, classificá-los e compor sobre eles um saber que se acumula e centraliza. A fim de tornar pessoas dóceis e úteis, criou-se a instituição prisão. No fim do século XVIII, e início do século XIX, inicia a substituição do termo penalidade para detenção e, a partir de então, a pena começa a fazer parte da detenção. A prisão baseia-se na privação de liberdade, permitindo que ela pareça como uma reparação dos danos e dos malfeitores na sociedade (FOUCAULT, 1999).

O objetivo da prisão mais recente é a privação de liberdade, porém, há muito tempo, os castigos faziam parte do cotidiano de pessoas presas, que ameaçavam a ordem e a segurança dos indivíduos. Sempre houve, na sociedade, várias discussões a respeito de melhorias e avanços no sistema carcerário, e estas discussões ainda são recentes, mas os mesmos problemas de séculos atrás também continuam atuais: falta de humanização, condições precárias e sem projetos eficientes que garantem a ressocialização dos (as) apenados (as).

A transição de penalidades em penas recobriu a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos, um discurso diferente teoricamente, mas igual na prática. A prisão não deve ser vista como uma instituição imóvel e esquecida de projetos que, apenas de vez em quando, fossem alvo de reformas. Há dois séculos, sempre houve remanejamentos, discursos teóricos, testemunhos e projetos. Tornou-se legal o direito de punir com todos os problemas e agitações em relação às práticas corretivas ao indivíduo (FOUCAULT, 1999).

A prisão sucessivamente baseou-se em espaço reservado aos marginalizados pela sociedade, às pessoas que ameaçavam a tranquilidade e a ordem. As prisões são consideradas como paisagem do medo (TUAN, 2005). No período medieval, apesar das arquiteturas admiráveis das prisões, o espaço era de péssimas condições, insalubridade, mau cheiro e falta de higiene.

As mulheres entram, nesse cenário de prisioneiras, antes de surgirem as prisões, pois eram escravizadas para a prática de serviços domésticos e sexuais

(ALVES, 2017). As mulheres, no sistema prisional, possuíram recentemente, como direito garantido pelo Código Penal, o espaço próprio nas prisões. Até conquistarem esse direito, as mulheres, quando eram presas, ficavam em celas mistas com homens, e vulneráveis a diversos tipos de violência. Por serem em menor número, as mulheres precisavam submeter-se a práticas de prostituição, violência física e psicológica. A partir de 1930, houve a intenção de reformar, elaborar e organizar a legislação para o sistema prisional feminino. Em 1940, o código Penal previa, pela primeira vez, no artigo 29, parágrafo 2º, que fosse necessário o cumprimento de pena em estabelecimento específico para abrigar mulheres. Ou se não fosse possível, ter um espaço reservado nos estabelecimentos prisionais comuns a ambos os sexos. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco avançaram no cumprimento da lei (SOARES et al., 2011).

Madre Pelletier, em Porto Alegre, foi a primeira penitenciária feminina do Brasil. Curiosamente, foi fundada em 1937, por freiras da Igreja Católica. Mesmo a passos lentos, a criação de penitenciárias femininas possibilitou avanços em garantia aos direitos humanos, não apenas mulheres homicidas e aliciadas ao tráfico eram alvo dessas penitenciárias. O trabalho das freiras era recuperar as mulheres largadas pelos maridos ou moradoras de rua em boas donas de casa e excelentes esposas, devolvendo-lhes a honra e o caráter em meio a sociedade patriarcal. Assim, nos afirma Queiroz (2015, p. 73):

> Liderado pela Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, irmandade religiosa fundada em 1835, por Maria Eufrásia Pelletier, com sede em Angers (França), a penitenciária nasceu com o nome Instituto Feminino de Readaptação Social. Era uma casa destinada a criminosas, mas também a prostitutas, moradoras de ruas e mulheres“desajustadas”.

Mulheres desajustadas eram as que tinham opinião própria, moças que se recusavam a casar com os pretendentes escolhidos pelos responsáveis ou até mesmo as ditas “encalhadas” que não tinham habilidades no lar e, por isso, tinham dificuldades em arrumar marido. Na penitenciária, elas aprendiam a bordar, cozinhar e, depois, voltavam para a sociedade, com intenção de arrumar um marido e casar (QUEIROZ, 2015).

Anos mais tarde, quando começaram a surgir crimes de verdade, por ficar mais difícil manter a segurança, as freiras passaram a penitenciária para a responsabilidade da secretaria de justiça, apesar de continuarem na direção por

muitos anos. A penitenciária Madre Pelletier foi também um espaço de torturas, as mulheres presas eram invisíveis aos olhos da sociedade (QUEIROZ, 2015).

A primeira penitenciária do país, iniciada em 1937, é sinal de que, há séculos, as mulheres são esquecidas ou vistas como indiferentes. Um passo lento até os dias atuais, muitas mulheres presas vivem em penitenciárias mistas, o que, na verdade, são lugares masculinos, separados apenas uma parte ou uma ala para as mulheres. Sendo a minoria nas penitenciárias, dificilmente as autoridades vão construir celas específicas com banheiros e locais adaptados às mulheres.

As penitenciárias mistas ainda são uma realidade. Em maior número no Brasil, são, de fato, penitenciárias masculinas e adaptadas para colocar as mulheres condenadas, visto que a falta de espaço também é uma realidade. Isso favorece, ainda mais, a invisibilidade das mulheres na prisão. A estrutura dos prédios é feita para homens, "os banheiros, por exemplo, são chamados "bois[4]", ou seja, buracos no chão. Imagine uma grávida se agachando num lugar destes?" (QUEIROZ, 2015, p. 74).

Com vários estudos sobre as penitenciárias, houve melhorias na estrutura física e na oferta de saúde às mulheres encarceradas. Assim como a penitenciária Madre Palletier, outros modelos de progressos precisam ser estudados, apesar de ainda haver muitos problemas, como celas abafadas, sujas e sem ventilação. Um passo a mais para conquistas será dado, mesmo que lentamente, mas confiante de que será significativo para boas mudanças.

A paisagem das penitenciárias é o que mais chama a atenção, especialmente a maneira de os indivíduos conviverem e se organizarem num espaço pequeno e sem conforto. As pessoas reclusas são vistas, na sociedade, como diferente: criminosas, maus exemplos e devem ficar isoladas na cadeia, para não contaminar as pessoas boas, que ficam em liberdade. Tal contexto agrava a condição da mulher e do homem presos, dificultando o processo de ressocialização.

Em diversas épocas, o castigo, penalidades, exílio e penas de morte foram empregados como forma de reparação aos delitos cometidos, sendo condenados os escravos e os homens de classe baixa (TUAN, 2005). "Uma paisagem do medo foi criada deliberadamente porque se chegou a acreditar que a imposição de castigo de

[4]Termo utilizado para se referir a banheiro nas penitenciárias.

morte tinha de ser pública para desencorajar os eventuais rebeldes e criminosos" (TUAN, 2005 p. 160).

Após a transformação dos castigos em penas, a prisão tornou-se que é hoje, tendo três funções: punir, defender a sociedade e corrigir o culpado a reintegrar-se na sociedade. A idéia de defender a sociedade é através do isolamento do malfeito. Entende, assim, que este fora da sociedade não irá contagiar as pessoas a fazer o mal. No entanto, até o momento, o sistema penal é baseado mais na idéia de castigo do que na correção ou recuperação do preso (MAIA et al., 2009).

Muitas são as discussões sobre a reintegração dos presos à sociedade. Apesar das pesquisas e discursos sobre a ressocialização, sabe-se que é um caminho lento e de poucos resultados satisfatórios. No início do Século XX, a legalidade social da prisão garantiu mudanças para uma melhor divisão da população carcerária no país. Surgiram prisões modernas adequadas às qualificações dos presos e aos crimes cometidos; houve, então, a separação entre contraventores, menores, processados, loucos e mulheres (MACHADO et al., 2013). Mas essas melhorias não foram suficientes para cumprir o verdadeiro objetivo das casas de detenção: a reintegração do indivíduo à sociedade. É comum observar as falhas, a precariedade nos sistemas prisionais, o abandono à população carcerária, o descaso do poder público e a falta de políticas públicas eficientes. Há, portanto, uma controvérsia entre a teoria e a prática, a lei e a aplicação desta nos penitenciárias brasileiro. Isso evidencia que as leis, criadas para erradicar as técnicas de castigo e torturas, no cotidiano das pessoas em privação de liberdade, não aboliram tais práticas. Assim, a característica do sistema carcerário, ainda, continua insuficiente e sem esperanças, para que a pessoa presa seja homem ou mulher entre neste espaço e saia melhor. Segundo Machado et al. (2013, p. 5):

> Dessa forma, aquele sistema que tinha o intuito de se tornar um instrumento de substituição das penas desumanas, como as de morte e tortura, não tem desempenhado o seu papel e, muito ao contrário, tem se tornado um motivo para o aperfeiçoamento de criminosos, além de ter como principal atributo à insalubridade, já que trata de atmosferas sujas, sem espaço suficiente para todos os detentos, sendo assim, impossível tratar da ressocialização de qualquer um deles.

Em termos de ressocialização, conforme ilustra o autor acima (MACHADO et al., 2013), 82% dos presos, no Brasil, não trabalham. Esse tempo disponível é um dos fatores que exemplifica as aprendizagens de práticas criminais na cadeia. A

entrada dos indivíduos, no sistema carcerário, não contribui para que eles se reintegrem dignamente na sociedade. Por um lado, essa pessoa perde o apoio, inicialmente, da própria família, o que dizer do restante da sociedade que convive com pessoas que, de repente, estão cumprindo por algum tipo de delito ou crime?

Essas e outras indagações percorrem o indivíduo, quando este se compromete em analisar o sujeito cientificamente. A partir desse cuidado, a realidade pesquisada passa a ser objeto de observação crítica e não de opiniões soltas e vazias, conforme o senso comum expõe.

Portanto, o surgimento da prisão, no Brasil, fará o leitor entender o contexto geográfico da prisão feminina no país, uma vez em que a ciência tem se preocupado com este tipo de pesquisa, pois há a necessidade de recompensar estudos na área criminal e penitenciária por especialistas em geografia.

Contexto Geográfico da Prisão Feminina no Brasil

O surgimento das penitenciárias femininas, no Brasil, foi resultado de inúmeros debates. Com a reforma do Código Penal brasileiro em 1941, surgem as primeiras penitenciárias femininas, tendo como referência os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo havendo vários ajustes no sistema penitenciário brasileiro, e pessoas especialistas, estas chamadas de penitenciaristas, como intitula nos estudos de Bruna Soares e Angotti Batista de Andrade (2011), a busca pela modernização do sistema prisional não extinguiu as formas de punições desumanas dos encarcerados (SOARES et al., 2011).

Os penitenciaristas foram pessoas importantes e responsáveis por alçar questões às técnicas punitivas e instigar reformas penitenciárias capazes de colocar o país em posições privilegiadas com posicionamentos e reflexões acerca do aprisionamento, em especial às mulheres. Penitenciaristas de grandes nomes e influência como Victório Caneppa, Lemos Britto, Roberto Lyra, Cândido Mendes e outros contribuíram para a origem das instituições prisionais femininas e fizeram também enxergá-las de um andamento mais amplo sobre o momento de decisão das teorias e práticas punitivas nacionais (SOARES et al., 2011).

As mulheres, no sistema carcerário, vivem uma opressão em torno da dominação masculina. O problema da dominação masculina está presente em vários

outros campos de atuação e deve ser abordado na formação político-social. É sabido que a sociedade contemporânea está estrutura sobre a submissão do sexo feminino ao sexo masculino, pelo modelo patriarcal. A questão da mulher encarcerada e as relações de dominação e de sobreposição de cargas de dominação/punição são potencializadas no ambiente carcerário, sobretudo, quando em estabelecimento misto, destinado para homens e mulheres (LEAL, 2013).

Desde os primórdios, as mulheres não podem pensar a si mesmas através da própria experiência, da própria história. Elas são obrigadas a medir-se com o homem, para encontrar a medida de si, permitindo com que os preconceitos permaneçam intactos e, ao invés de ser o propiciador de soluções, retoma o persistente conflito de dominação.

Nessa perspectiva, a mulher que foge das normas domésticas estabelecidas pela sociedade e passa a atuar como protagonista do seu espaço e domina seu corpo e suas atitudes, é endemonizada [5] politicamente pelos indivíduos e pela ciência. Desde então, estrutura-se a figura da mulher submissa a aceitar apenas ao espaço doméstico, para o qual seria necessária uma capacidade intelectual diminuída, bem como capacidades psicológicas compatíveis com seu papel de cuidado exclusivo da família (LEAL, 2013).

As diversas discussões, nos contextos de 1930, 1940 e 1950, eram a humanização nas penitenciárias da época, relatórios eram expedidos e reuniões foram feitas com objetivo de tratar os presos (as) com humanidade, a fim de que estes (as) retornassem à sociedade como pessoas dignas. Essa prática se confirma no texto de Soares et al. (2001, p. 85,86):

> Para regenerar era necessário, em primeiro lugar, tratar os presos com humanidade, não como delinqüentes irrecuperáveis, mas como pessoas que erraram e que, ao cabo de um tempo, deveriam retornar como cidadãos à sociedade. (...) aqueles que erraram não sejam considerados animais, e como tal submetidos a castigos físicos e toda sorte de vexames.

A fim de entender melhor a entrada dessas mulheres no sistema prisional, é necessário compreender o contexto que caracteriza a aglomeração da população na cidade. No início do século XX, a saída das pessoas do campo para a cidade, em busca de melhoria, fez com que as mulheres saíssem às ruas e começassem a

[5] Tornar coisa do demônio. A mulher é vista como objeto mal e sem valor.

trabalhar em fábricas, ocupando diversos lugares em diferentes espaços públicos, diminuindo o poder do patriarcado, dando espaço ao modelo burguês de família. Soares et al. (2011, p. 93) descreve que “surgiram novas dinâmicas em relação à profissão e casamento dos filhos e filhas, aos espaços ocupados pelas mulheres na casa e ao próprio papel da família que, paulatinamente, era remodelada”.

A mulher do século XX, agora, precisa ser exemplo de mãe, esposa, dona de casa e, com caráter insubstituível, porque não podia dar motivos para falar de sua índole. Como regra, continuar submissa ao esposo. As mulheres precisavam ser recatadas para a sociedade e, ao mesmo tempo, atraentes para o marido. Uma boa mulher era a que, além de ser boa mãe, era excelente dona de casa, que cuidava bem dos filhos, da casa e do marido, sem exigir que este lhe tivesse responsabilidade com os serviços domésticos. Soares et al. (2011, p. 109) delimita, muito bem, essa característica dada à mulher e como surgiram os desvios:

> Adjetivos como paciente, amável, carinhosa, doce, benévola, complacente, foram vinculados à mulher como sendo características femininas naturais. A naturalização de comportamentos socialmente prescritos servia, além de outros, para identificar as mulheres consideradas desviantes, uma vez que não nasceram com tais qualidades. As mulheres que não cumpriam o esperado papel de mãe, esposa e dona de casa eram consideradas transviadas e a elas eram atribuídos estereótipos e classificações do plano de desvios. “Não-lugares” de mulheres eram ocupados pelas prostitutas, lésbicas e por aquelas que não tinham profissões definidas – que viviam de “biscates” – sendo a socialização dos papéis sexuais definidora dos espaços que cada sexo poderia e deveria ocupar (SOARES et al., p. 109)

A exclusão das mulheres prostitutas, mães solteiras e as que não queriam se casar fazia com que os filhos destas também fossem excluídos do meio social e o destino destes eram os lugares degradados do centro urbano. Tudo que não fosse de acordo com a família burguesa, o modelo perfeito de pai, mãe e filhos, era deixado de lado, contribuindo com a separação de classe social. Os locais que as famílias excluídas encontravam para viver eram considerados a classe perigosa, sendo um desvio do caminho correto das famílias, locais abastados e de perdição, não-civilizados e sem segurança para o restante da população.

Assim, a população pobre e negra principalmente ficava a mercê dos diversos tipos de violência. No final de 1930 e início de 1940, surgiram, no Brasil, as primeiras penitenciárias exclusivas para o recolhimento das mulheres. As casas de correção deixaram de existir, mas a igreja e a irmandade continuavam na direção

das novos penitenciárias. Estes que eram, na maioria das vezes, reformados e criados inicialmente como institutos (SOARES et al., 2011).

O contexto geográfico das mulheres, na prisão, reforça a importância da ciência geográfica, não sendo menos séria que as demais áreas de conhecimento. A Geografia busca trabalhar com o espaço, não apenas técnico e sintético, mas o espaço que as mulheres encarceradas constroem, desconstroem e se mobilizam. Fioravante (2012), afirma que, através das discussões feministas, na Geografia, nascem novas possibilidades metodológicas e conceituais e novas temáticas que eram, até o momento, invisíveis ao campo científico.

O objetivo deste estudo não é apresentar dados e relatos sobre o espaço das mulheres encarceradas para vitimizá-las, mas dar visibilidade a realidade existente no estado quanto à realidade carcerária. Isso se deve ao aspecto de que o espaço carcerário é construído e desconstruído através do fluxo de relações, e compreender esse espaço como sempre em construção, mutável e fluído (FIORAVANTE, 2012).

O número de mulheres que chegam ao cárcere só tem aumentado. Foucault (2007) relata a evolução do sistema penal na sociedade em vários ângulos. O autor caracteriza o preceito penitenciário como forma de punir, chamando de vigilância, produtos dos contextos políticos, econômicos e culturais. A evolução feita, ao longo da história, foi a tentativa de construir uma norma, que ampliasse e restabelecesse formas de punição aceitáveis pela sociedade.

O perfil das mulheres encarceradas descreve uma população prisional jovem, negras, com ensino fundamental incompleto. A maioria são solteiras e 74% das mulheres privadas de liberdade têm filhos. Quanto ao tipo de pena, a maioria está presa ou aguarda julgamento por estar envolvida no tráfico (INFOPEN MULHERES, 2018). Através desses dados, é possível verificar a submissão e a exclusão das mulheres ao longo da história.

Outra realidade é o número de filhos e filhas que as presas têm. São, geralmente, mães de muitos filhos. Com a entrada na prisão, essas mulheres são forçadas a ver as crianças espalhadas por casas de parentes ou vizinhos, casas de abrigo, nas ruas e, conforme a condenação das mães, filhos (as) podem ficar anos sem ver a mãe ou até mesmo a vida toda (VARELLA, 2017).

Corroborando com informações do INFOPEN Mulheres (2018), no Brasil, 74% das mulheres privadas de liberdade têm filhos. Em Rondônia, o número de crianças, na faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos ou mais, totalizou 130, em relação ao número de mulheres presas (721), 18 % tem filhos e filhas. Neste mesmo período, 53% dos homens presos declararam não ter filhos (as). Esse fato pesa nas desigualdades de gênero quanto à distribuição da responsabilidade sobre a execução do trabalho de cuidados, principalmente relacionado aos filhos e filhas.

As mulheres sofrem mais pela perda dos filhos (as), devido ao papel imposto pela sociedade de serem as responsáveis pela criação deles (as), enquanto os pais procuram manter a casa financeiramente. Situação que traz, novamente, o conceito de patriarcado. Conceito que, segundo Saffioti (2004), não se trata de uma relação privada, mas civil; dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se e representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

As características do patriarcado expandem-se até as mulheres na prisão, principalmente sobre aquelas que ficam em estabelecimentos mistos; mesmo separadas por ala/celas. A violência patriarcal realiza-se desde o momento da prisão e durante sua permanência no regime fechado. Segundo Saffioti (2004, p. 71):

> A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com freqüência. O fato, porém, de não ser dada previamente ao estabelecimento da relação a diferencia da relação homem-mulher. Nestes termos, gênero concerne, preferencialmente, às relações homem-mulher. Isto não significa que uma relação de violência entre dois homens ou entre duas mulheres não possa figurar sob a rubrica de violência de gênero.

Nesta perspectiva, há a necessidade de articular a ideia de interseccionalidade à ciência geográfica. “Se a experiência das pessoas é concreta, ela também é espacial” (NASCIMENTO SILVA; SILVA, 2014, p. 18). Uma pessoa experimenta, de forma simultânea, diversos enfoques de identidades, como gênero, raça, sexualidade, classe, nacionalidade, religião entre outras, intercedidos pelo espaço e pelo tempo.

Dessa forma, as características dos espaços ocupados pelas mulheres, na prisão, têm relação com todas as teorias abordadas até o momento. E essas mulheres encontram-se aprisionadas triplamente. Conforme explica Alves (2017), trata-se de uma prisão original concebida através do imaginário da mulher ideal; uma prisão secundária, relacionada às experiências vivenciadas por cada detenta atrás de grades e; uma prisão terciária, sendo que a invisibilidade das mulheres atrás das grades não garante total liberdade com sua saída do sistema penitenciário, pelo contrário, elas são marcadas pelos estigmas de familiares e o restante da sociedade em si.

Portanto, é necessário articular os estudos geográficos com os espaços ocupados pelas mulheres encarceradas. É preciso conhecer as características das mulheres presas, inclusive aos lugares que não são específicos a elas. Sociedade e Estado terão respostas positivas, a partir do momento em que propiciar um olhar geograficamente de forma humana à população carcerária, fundamentando os conceitos de gênero e empoderamento feminino, bem como proporcionar ações que reduzam os preconceitos e estereótipos da vida carcerária e pós-cárcere.

SISTEMA PENITENCIÁRIO: Realidade em Rondônia e no Brasil

O número de pessoas privadas de liberdade, no Brasil, ultrapassou a marca dos 700 mil. A cada 100 mil habitantes, registram-se mais de 350 presos e presas. Da população geral de pessoas em privação de liberdade, entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento aumentou 157% no Brasil. Os estabelecimentos masculinos são 1067 (74%), femininos 107 (7%) e mistos 244 (17%) (INFOPEN MULHERES 2018).

A desigualdade de gênero, na construção e divisão dos estabelecimentos prisionais, confirma o descaso em relação às políticas públicas na área penal. Machado et al. (2013) relata os fatores que fizeram com que o sistema carcerário brasileiro chegasse à precariedade atualmente: abandono, falta de investimento e o descaso do poder público. Isso contradiz a discussão de que acabariam as formas desumanas, como morte e tortura e, em lugar, ofereceriam as penas como processo de reintegração aos presos (as). Entretanto, tal contexto tem tornado-se apenas motivo para o aperfeiçoamento de criminosos, inclusive, nas condições físicas precárias que as pessoas privadas de liberdade precisam conviver.

A integridade da pessoa presa é assegurada no art. 5º XLIX da constituição federal: *"é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral".* E específico às mulheres art. 5º L: "*às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação".* Mas a realidade é mostrada diferente, com espaços superlotados e sem condições mínimas de sobrevivência, principalmente a relação das mães com os (as) filhos (as).

Para entender como as mulheres encarceradas se organizam, espacialmente, é necessário conhecer o perfil, a ocupação e a escolaridade de todas pessoas presas, uma vez que auxiliará na compreensão do que ocorre nos estabelecimentos prisionais. Por isso, a maioria são jovens de 18 a 24 anos, seguido de 25 a 29 anos de idade, são negros e negras a maior parte dos que chegam aos penitenciárias para cumprir pena. Acerca dos estudos, há um baixo grau de escolaridade, 51% das pessoas privadas de liberdade não concluíram o ensino fundamental e 17,75% ainda não acessaram o ensino médio (INFOPEN MULHERES 2018).

Dessa forma, quanto menor o nível de escolaridade, maior o número de criminalidade. É bom ressaltar que os presos que têm ensino médio completo e nível superior somam, juntos, 10% contra os demais que ainda não concluíram os estudos. O máximo que conseguiram concluir são apenas 14% no ensino fundamental, mas, considerando o término de estudos, não entra como concluintes. Isso permite afirmar que a educação pode contribuir muito para a diminuição da população carcerária no Brasil. Segundo Julião (2007, p. 23):

> O perfil dos presos (as) reflete a parcela da sociedade que fica fora da vida econômica. É uma massa de jovens, pobres (95%), não brancos (afrodescendentes) e com pouca escolaridade. Acredita-se que 70% deles não chegaram a completar o Ensino Fundamental e 10% são analfabetos absolutos. Cerca de 60% têm entre 18 e 30 anos- Idade economicamente ativa e, em sua maioria estavam desempregados quando foram presos e viviam nos bolsões de miséria das cidades.

Diante dessa realidade, a expectativa do preso/presa em se reintegrar a uma vida social torna-se distante. Na tentativa de amenizar essa situação, o Conselho Nacional de Educação (CNE) produziu, em 2010, as Diretrizes Nacionais de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Essas diretrizes apontam possibilidades de interagir com

mais confiança na Educação prisional, sendo o EJA-Educação de Jovens e Adultos responsável por essa operacionalização, ressaltando que a educação é um direito constituído, na pretensão de auxiliar na reinserção ao meio social. O Conselho Nacional de Educação (2010, p. 317) afirma ainda que:

> ...ao se abordar a educação para este público, é importante ter claro que os reclusos, embora privados de liberdade, mantêm a titularidade dos demais direitos fundamentais, como é o caso da integridade física, psicológica e moral. O acesso ao direito à educação lhe deve ser assegurado universalmente na perspectiva acima delineada e em respeito ás normas que o assegura (CNE, 2010, p. 317).

A população carcerária vê, na educação, uma forma de preencher o tempo livre, sem contar que as atividades educacionais funcionam como instrumento de remição da pena. Três dias de estudo, com 12 horas, equivale a um dia remido na pena (LIRA, 2014). A educação, no sistema prisional, precisa ser vista como parte do processo de sociabilidade e, assim, haver uma reintegração íntegra. O ensino, sozinho, não mudará todo o sistema, mas contribuirá para boa parte, fazendo com que as pessoas em privação de liberdade tenham motivos para buscar a reinserção social, e não sejam apenas vistas como criminosas e distintas dos demais indivíduos em liberdade. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica afirmam que:

> As ações educativas devem exercer uma influencia edificante na vida do interno, criando condições para que molde sua identidade, buscando, principalmente, compreender-se e aceitar-se como indivíduo social; construir seu projeto de vida, definindo e trilhando caminho para sua vida em sociedade (DCNEB, 2013, p. 319).

Acredita-se que os detentos/detentas que estudam e trabalham têm mais chances de não reincidir no mundo da criminalidade. A Educação abre caminhos para que se possam redescobrir como seres capazes de protagonizar a própria história, desde que esta prática de ensino dialogue com a realidade que vivem.

Fica claro que os indivíduos abandonam cedo a escola por algum motivo e entram para a vida do crime, motivada, quase sempre, por melhores condições de vida. As meninas, por exemplo, que moram em bairros menos favorecidos é alto o risco de namorarem um ladrão, ex-presidiário ou assaltante, membro de facção criminosa, porque estes são os únicos a ter motos potentes, tênis de qualidade,

óculos escuros, jeans da moda, cordão de ouro, revólver no cinto e dinheiro no bolso, bens inacessíveis aos que estudam ou trabalham (VARELLA, 2017).

As mulheres apenadas com 25 anos são comuns à maioria ter de dois, até quatro ou cinco filhos. A gravidez, na adolescência, é uma epidemia disseminada nas favelas e comunidades pobres o que, por muitas vezes, a sociedade finge que não vê. A menina que engravida na adolescência e abandona a escola para cuidar do bebê compromete o futuro dela, do filho/a, empobrece os pais e podem somar para os números exorbitantes da população carcerária (VARELLA, 2017).

Sendo assim, a educação é vista como ferramenta importante no processo de humanização e ressocialização. Embora estejam as pessoas reclusas em regime aberto ou semiaberto em unidades prisionais, os indivíduos devem ficar privados de liberdade, mas nunca da dignidade humana, garantindo o direito à saúde, educação e justiça. Principalmente, porque o retorno destes para a sociedade independente do tempo que terão de permanecer dentro de uma cela, confinados ao futuro que muitos deixaram de projetar (JUNIOR, 2014).

Atualmente, é abordada a incapacidade, nos sistemas prisionais, de oferecer às pessoas privadas de liberdade condições para o retorno à sociedade. Isso se deve ao fato de acharem que os presos e presas são considerados um custo muito alto para a sociedade manter e os que vão para o cárcere saem pior. Por isso, é necessário saber se existem políticas públicas educacionais eficientes de inclusão no cárcere e se estas são trabalhadas com o objetivo de reintegrar essas pessoas à vida social (ALMEIDA et al., 2016).

A educação, no Brasil, começou a ser vista como uma forma de solucionar problemas de questões sociais, proporcionando espaço às discussões para melhor garantia desse direito e pela qualidade do ensino, inclusive as pessoas privadas de liberdade. No que diz respeito designadamente à educação no cárcere, o CNE estabeleceu as diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

As ações de educação, em contexto de privação de liberdade, devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade. Isto é, atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios,

condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança (BRASIL, 2010).

Certo de que o Brasil avançou significativamente, garantindo o direito de educação a todos cidadãos, inclusive aos privados de liberdade, é necessário analisar os objetivos da educação que está sendo oferecida no cárcere e se essa está alcançando a maioria dos e das detentas e quais as ações desenvolvidas nestes espaços geográficos que garantem um ensino de qualidade. Nesse sentido, o trabalho a ser desenvolvido com os presos é de reinserção e ressocialização numa sociedade que discrimina dizendo que este ou esta não tem jeito. Falta, de fato, interesse e condições de estruturas física, porque não basta apenas garantir o direito à educação, sem antes buscar uma educação voltada à consciência de que as pessoas podem realmente mudar (ALMEIDA et al., 2016).

O sistema prisional em Rondônia, conforme consta no Plano Diretor do Sistema Penitenciário (2008), possui 29 estabelecimentos, sendo: 15 penitenciárias masculinas, 01 feminina, 01 Colônia Agrícola, Industrial ou Similar e 12 cadeias públicas, estas são espaços junto à polícia civil. A penitenciária feminina só existe uma específica para mulheres no estado, aquelas presas no interior ficam em unidades mistas, com alas/celas diferenciadas.

Através do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN 2018), a população carcerária de Rondônia era de 10.832 pessoas e a cada 100 mil habitantes no estado 606,1 estavam em privação de liberdade. Quanto às especificidades, como alas/celas adequadas para gestantes, há 02 em unidades femininas e 01 em unidade mista no estado, estabelecimento com berçário/e ou centro de referência materno-infantil, há 01 numa unidade feminina. A maioria das unidades prisionais em Rondônia não tem estabelecimento específico para visita social, nem visitas íntimas para ambas as categorias de gênero.

As mulheres, quando chegam à prisão, têm dificuldades de se adaptar às mudanças, pois o maior sofrimento delas é a solidão, ou seja, tentar conviver com as quebras dos laços afetivos que deixou fora das grades e que, algumas vezes, não teve a oportunidade nem ao menos de se despedir dos filhos (as) e familiares. “De todos os tormentos do cárcere, o abandono é o que mais aflige as detentas” (VARELLA, 2017, p. 38).

As mulheres encarceradas cumprem suas penas esquecidas pelos familiares, amigos, maridos, namorados e até pelos filhos (as). Quando ocorre a prisão de uma mulher, diferente do homem, ela passa a ser a vergonha da família inteira, os homens enquanto estão presos possuem visitas fiéis de uma mulher, seja mãe, irmã, esposa, namorada. A mulher é abandonada (VARELLA, 2017).

Partindo do pressuposto de que a educação é o melhor caminho para a reintegração social dos (as) apenados (as), Rondônia possui 30 Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAS), 115 Escolas com EJA Fundamental Semestral, 66 Escolas com EJA Ensino Médio. Os cursos oferecidos são Semestral Seriado, Projovem Urbano, Semipresencial Modular, Presencial Modular, Brasil Alfabetizado e Exames Gerais (Provão) Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2014).

De acordo com o Plano Estadual de Educação, foram atendidos 247 alunos no sistema socioeducativo e 910 jovens e adultos em estabelecimento prisional, em todo o estado. As formas de atendimento são com os Cursos Semestrais e Modular e os Exames do Ensino fundamental: 1º segmento (do 1º a 4º ano – seriado) e 2º segmento (do 5º a 8º ano – Modular) e Ensino Médio (Modular), (BRASIL, 2014). O quadro abaixo relaciona a quantidade de pessoas privadas de liberdade que estão envolvidas com o ensino escolar.

Quadro 01 – Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais em RO.

Total de pessoas privadas de liberdade	Pessoas em atividades de ensino escolar.		Pessoas em atividades educacionais complementares		% Total de pessoas presas em atividades educacionais
	Quant.	%	Quant.	%	
11.383	1.169	10,27%	223	1,96%	12,23%

Fonte: Infopen (2017, p. 8/56), adaptado pela autora.
Em que: Quant. = quantidade; % = porcentagem.

Através das informações prestadas no quadro 01, pouco mais de 10% da população carcerária em Rondônia estão em atividades de ensino escolar e 1,96% em atividades educacionais complementares, esta corresponde aos custodiados matriculados em programas de remissão da pena pelo estudo por meio de leitura,

programas de remissão da pena por meio do esporte e outras atividades como videoteca, atividades de lazer e cultura (INFOPEN, 2017).

A experiência das pessoas em privação de liberdade configura-se como uma estigmatização quando estas voltam ao convívio em sociedade. É entendido como estigma a pessoa inabilitada ao convívio social e comportamentos desde a violência física e psicológica, como a forma preconceituosa de tratar as pessoas (CUNHA, 2010). As pessoas detentas, e não diferentes as mulheres, são estigmatizadas dentro da própria prisão. Os responsáveis pela penitenciária, como diretores e agentes, são peças fundamentais em estabelecer ou não o estigma aos detentos (as), estendendo, assim, à sociedade.

Quando há profissionais no sistema prisional que não são a favor da ressocialização, as oportunidades ficam escassas, e os (as) presos (as) ficam a mercê dos aprendizados internos, o que favorece a formação de quadrilhas dentro da cadeia e o aumento da criminalidade e os comandos de dentro para fora da penitenciária. O processo de ressocialização deve abranger os aspectos que envolvem a construção do sujeito, concreto e subjetivo, o papel da educação, da qualificação e do trabalho no cárcere (CUNHA, 2010).

A educação tem como objetivo contribuir para a formação ética do sujeito, “é nesse espaço formal que é transmitido o conhecimento historicamente adquirido pela humanidade e a criança vai se preparando para assumir responsabilidades e enfrentar o mercado de trabalho” (CUNHA, 2010, p. 11). No sistema prisional, o ensino é ofertado àqueles que não tiveram, por algum motivo, acesso à educação na idade própria.

A oferta do ensino garante à população detenta remissão da sua pena e, apesar das inúmeras críticas e debates em relação à educação no sistema carcerário, este é uma ferramenta importante para a ressocialização, através dos estudos, podem refletir a respeito das condições em que estão e as atitudes que melhor podem tomar fora da prisão.

A realidade que existe, atualmente, é uma minoria de projetos voltados à reinserção dos indivíduos presos. A continuidade desses projetos só é possível, se houver a concordância dos responsáveis pela penitenciária, direção, coordenação e demais funcionários. A ressocialização, caracterizada pelos direitos humanos, tem como função redimensionar a política prisional e sua efetividade na redução dos

danos sociais. Essa reintegração só será uma realidade, quando o sistema carcerário conseguir absorver suas demandas por educação, saúde, moradia, vida digna, melhor dizendo, o desejo de pertencimento e fazer parte da sociedade (CUNHA, 2010).

Fraccaro e Zuin (2018) afirmam que o Sistema Penitenciário Brasileiro não consegue atingir seu objetivo maior: a Ressocialização. Por muitas vezes, por precariedade e insalubres instalações, superlotação e a falta de treinamento dos profissionais responsáveis pela reeducação das pessoas privadas de liberdade. Os autores concluem que a adesão dos presos a uma modalidade de ensino pode resolver os problemas de superlotação e auxiliar no processo de reinserção destes na sociedade, uma vez que Rondônia apresenta a maior taxa de pessoas no sistema prisional por 100 mil habitantes, registrando 3,3 vezes a taxa nacional. Além disso, aparece em terceiro ranking dos estados brasileiros com maior número de pessoas jovens presas (INFOPEN, 2017).

A entrada, no sistema penitenciário, não deve ser entendida como privilégio, benefício ou menos recompensa oferecida em troca de um bom comportamento. A Educação é um direito previsto na legislação brasileira. A pena de prisão é definida como sendo um recolhimento temporário suficiente ao preparo do indivíduo ao convívio social e não implica a perda de todos os direitos.

Do macro ao micro, o sistema penitenciário brasileiro e de Rondônia caminham a passos lentos para que cumpra, conforme descrito nas leis brasileiras, a reintegração dos (as) presos (as) na vida social. Apenas a privação de liberdade não favorece a reinserção. Para que a ressocialização, de fato, aconteça, é necessário haver qualidade e eficiência nas políticas públicas para os indivíduos encarcerados. Este é um dos contextos geográficos, pelos quais iremos discutir ao longo dessa pesquisa.

CAPÍTULO II
MÉTODO E METODOLOGIA: o caminhar da pesquisa numa abordagem fenomenológica

Figura 03 – Sala de aula na escola da penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.

Fonte: Acervo pessoal da autora durante pesquisa realizada em 2018/2019.

A imagem acima (figura 3) foi escolhida para representar os instrumentos metodológicos utilizados no decorrer da pesquisa. Essa é uma sala de aula, na escola da penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO, e nela, ocorreram todos os encontros com as reeducandas e as oficinas realizadas com as mulheres.

O objetivo deste capítulo foi esclarecer os procedimentos metodológicos da pesquisa com as mulheres encarceradas na Penitenciária Regional de Rolim de Moura–RO. Além disso, enfatizam-se os instrumentos metodológicos empregados no estudo, tais como: mapas mentais, observação participante, entrevistas semiestruturadas em grupos e individuais, baseadas na História Oral. Para trabalhar tais recursos, encaramo-nos no Método Fenomenológico, que será apresentado em toda a análise do trabalho.

Metodologia com base no método fenomenológico

A epistemologia coloca-nos frente aos processos cognitivos (bio-psíquico-naturais) e socioculturais. Nesse ponto, a Geografia precisa dialogar com as demais disciplinas e, a partir dessa relação, pesquisadores entenderem como a interdisciplinaridade internaliza e constrói suas estratégias e modelos cognitivos, além de expor suas próprias compreensões sobre a relação sujeito e objeto (FLORIANI, 2013).

Autores como Boaventura Santos (2010) defendem uma nova ciência, a partir do momento em que não existir divisão entre as denominações na ciência. As ciências naturais e ciências sociais, para o autor, não devem ter divisões, pois a aproximação das duas aproxima as humanidades. Por sua vez, essa quebra de paradigma favorece à revalorização dos estudos humanísticos. Para tanto, essa mudança só ocorrerá com a transformação da própria humanidade. Ao estudar e pesquisar um objeto, deve-se partir de uma perspectiva multidisciplinar, e sua análise, sob o olhar de diversos campos teórico-metodológicos (SANTOS, 2010).

O procedimento utilizado, para explicar sobre os conceitos abordados na pesquisa sobre as mulheres encarceradas, baseou-se em uma análise qualitativa. “Entendemos por *metodologia* o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2001, p. 16). A técnica, na ciência geográfica, toma a compreensão das composições do espaço com categorias de Estrutura, Processo, Função e Forma. Para Santos (2008), as formas da pesquisa não podem ser compreendidas isoladas de suas funções, de seus processos formadores e de sua importância de novas dinâmicas.

Considerando que a pesquisa qualitativa lida com interpretações das realidades sociais, é vista como um empreendimento autônomo de observação, num contexto de vários projetos. Para o estudo qualitativo desenvolver-se, é necessário reforçar a autonomia e a credibilidade da investigação em si, tornando procedimentos claros, capazes de identificar práticas boas ou ruins nos diversos contextos pesquisados (BAUER et al., 2015).

As arguições qualitativas começaram a ter importância, nas áreas das ciências humanas e nas geografias, orientadas para estudos sobre cultura e sociedade, mas não limitadas a procedimentos e técnicas, e sim, sobre o que se

fazia, na prática de estudo e pesquisa, dependia das concepções de como conduzir o próprio pensamento (HEIDRICH, 2016). A metodologia pode ser vista como um conjunto de procedimentos decorridos de uma orientação geral de métodos apropriados a uma disciplina ou pesquisa. De forma subjetiva, a investigação qualitativa preocupa-se com um universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, produzindo um espaço centrado nas relações, nos processos e fenômenos (MINAYO 2001).

As pesquisas da Geografia Humana relacionam-se com a Geografia Cultural como um processo de auto-significação e de significação social, pois todo sujeito é proveniente de um meio cultural. A geografia cultural ganha novo perfil em resposta ao multiculturalismo das sociedades urbanas contemporâneas dando voz aos indivíduos que não tinham até então visibilidade na ciência social, surgindo assim, diversos estudos com temas sobre o simbolismo das paisagens, percepção e representação do espaço, identidades territoriais, estudos de gênero, religiões e vários outros de inúmeras modalidades geográficas (HEIDRICH, 2016). Bauer et al. (2015, p.30) explica: “A pesquisa qualitativa é, muitas vezes, como uma maneira de conceder poder e dar voz às pessoas, em vez de tratá-las como objetos, cujo comportamento deve ser quantificado e estatisticamente modelado”.

Para melhor entendimento do leitor (a), o quadro abaixo relaciona uma síntese de todos os procedimentos utilizados para a coleta de dados deste estudo:

Quadro 02 – Cronograma de coleta de dados 2018/2019, sobre a análise espacial das mulheres encarceradas do município de Rolim de Moura – RO.

CRONOGRAMA DE COLETA DE DADOS				
PROCEDIMENTOS	**OBJETIVO**	**PERÍODO**		**PARTICIPANTES** (Mulheres detentas)
		Início	**Término**	
Observação Participante	Observar cuidadosamente os detalhes dentro do penitenciária.	06/08/2018	27/03/2019	05
Oficinas/Campanhas Nacionais	Criar vínculo com as mulheres do sistema prisional, através de campanhas educativas.	12/09/2018	01/10/2018	05
Entrevistas em grupos	Obter informações do grupo de mulheres privadas de liberdade, a respeito da organização delas no espaço geográfico da prisão.	02/10/2018	08/10/2018	05

Mapas mentais	Descrever o lugar vivenciado pelas mulheres presas na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.	09/10/2018	16/10/2018	05
História Oral	Interpretar os conteúdos socioespaciais das mulheres encarceradas, por meio das suas narrativas, histórias, vivências e modos de vida.	29/10/2018	27/03/2019	05
Entrevistas Individuais	Apreender informações individuais relacionadas à organização espacial, convivência, relações de gênero e projetos futuros.	29/10/2019	27/03/2019	05

Fonte: A autora.

A metodologia qualitativa foi usada como prática ou conjunto de procedimentos com finalidade de coletar dados envolvendo o uso da linguagem, levando em consideração a subjetividade e os significados provenientes nos relatos produzidos durante o levantamento em trabalho de campo. A geografia é uma área de conhecimento que analisa os processos de organização espacial (SANTOS, 1978). No decorrer desta pesquisa, será possível ao leitor identificar como a pesquisa qualitativa foi utilizada para explicar a organização espacial das mulheres na prisão, no município de Rolim de Moura-RO.

Entrada na Penitenciária: os desafios e as conquistas

Antes de iniciar a organização da entrada na penitenciária, esta pesquisa passou pelo comitê de ética da Universidade Federal de Rondônia - UNIR e foi aprovada através do Parecer Consubstanciado do CEP, CAAE: 16838619.6.0000.5300 e Número do Parecer: 3.498.528.

Após isso, deram-se a preparação burocrática de documentos e o contato com a direção, para conseguir a liberação da realização da pesquisa, junto às mulheres. O primeiro dia com as mulheres aconteceu em 12/09/2018. A entrada à penitenciária foi permitida após toda documentação exigida pelo responsável da unidade. Foi necessário o projeto de pesquisa. A conversa com a direção da penitenciária iniciou em agosto de 2018 e, a partir daí, começamos a preparação para realizar o trabalho de campo na instituição prisional.

Como intermédio, realizou-se uma parceria com a Escola Ceeja – Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, do Município de Rolim de Moura-RO, para adentrar a unidade prisional e ter contato com as detentas, uma vez que a Escola, acima mencionada, é a responsável pela execução do projeto de Educação Prisional com todos (as) reeducandos (as).

De acordo com Turra Neto (2011), o processo de entrada e aceitação no grupo que se quer pesquisar é a primeira questão do processo metodológico. “As pessoas, as quais, o pesquisador irá trabalhar sabem que não são obrigadas a colaborar com um trabalho científico e, por isso, a investigação não pode demonstrar nenhum perigo ao grupo” (TURRA NETO, 2011, p.16).

Aproximadamente, depois de dois meses de intervenções e tentativas, no dia 12 de setembro de 2018, aconteceu o primeiro acesso da autora na Penitenciária Regional de Rolim de Moura-RO, onde as mulheres têm alas/celas num pavilhão separado dos homens. A pesquisa foi dividida em dois momentos: o primeiro, relacionado a 05 (cinco) detentas que participaram do processo de pesquisa no ano de 2018 e o outro momento, a entrada na instituição no ano de 2019, já sob a responsabilidade de outra direção prisional.

A pesquisa iniciou com 05 (cinco) mulheres escolhidas pela direção e professoras da penitenciária. A direção não esclareceu o porquê, nem quais critérios foram realizados para a seleção das mulheres. Já as professoras, que ficaram responsáveis para a entrada e o acompanhamento das oficinas, relataram que as mulheres foram selecionadas por serem as mais próximas e de confiança das docentes. Como foram estipuladas cinco (05), as professoras deram prioridade a essas, inicialmente. As conversas, durante as entrevistas, foram todas gravadas com autorização do sistema penitenciário e explicado às mulheres sobre os sigilos quanto à exposição, durante os encontros.

O início, com as mulheres, foi marcado por muita ansiedade, pois era a primeira vez que estaria elas na penitenciária, no município de Rolim de Moura/RO. Mesmo tendo experiência com educação no sistema carcerário, a pesquisa com as mulheres encarceradas foi capaz de despertar fortes emoções, porque, estar com elas, era conviver com os temores, anseios, sonhos e esperanças dessas mulheres. Essa ansiedade era necessária, pois estava certa de que essa pesquisa poderia

ajudar no empoderamento das mulheres internas e colaborar para outras obras científicas.

Ao entrar no segundo pavilhão, onde ficam as celas, após as revistas com um agente penitenciário, ele constatou que estava levando uma caixa de bombom para fazer uma dinâmica com as mulheres, então disse: *"não pode dar atenção para as presas, nem muita conversa"* (Agente Penitenciário). Ainda muito recente, o espaço onde eu estava e os novos relacionamentos com as professoras que, desde o início, acolheram-me muito bem. Entramos rumo à escola penitenciária. Um espaço bem cuidado, com vários cartazes sobre educação carcerária e ressocialização. As salas trancadas com grades e enormes cadeados, vários (as) agentes penitenciários, por toda parte, e alguns presos pelo pátio, fazendo a limpeza do lugar.

A entrada à penitenciária sempre ocorreu com muitos desafios, a maior dificuldade não era o momento com as internas, nunca houve medo ou receio em estar com elas, e sabia que, cada encontro, seria cheio de aprendizagens, experiências e desconstrução de muitos termos preconceituosos. Mas, sim, os olhares dos (as) funcionários (as), maioria homens, a curiosidade, as tantas explicações ao diretor, as documentações necessárias. O quase impedimento de realizar a pesquisa, os empecilhos colocados pelos (as) agentes, a dependência das professoras para entrar na instituição, porque alegavam a falta de segurança, falta de agentes.

Havia muito atrasos, falta de compromisso por parte das docentes em cumprir os horários. Esses aspectos foram, em alguns momentos, motivos de quase impedir a pesquisa e analisar os contextos espaciais das reeducandas. Essas mulheres e outras pessoas vulneráveis já são invisíveis pela sociedade, e quando há um estudo para tentar dar visibilidade, o desgaste e os impedimentos são muitos, mesmo com discurso de que estão apoiando, mas quase vencem o (a) pesquisador (a) no cansaço.

Há instabilidade do poder público, falta de compromisso para com os menos favorecidos ou os que se encontram em situação de risco. Em nenhum momento da pesquisa, houve palavras de incentivo, entusiasmo por parte dos funcionários da penitenciária, apenas me despertavam sentimento de indiferença, como se o que estava pesquisando ali não fizesse nenhum sentido, tampouco tivesse nenhuma

importância. Talvez, isso explique que estar na condição de presa não é pior do que a indiferença e a forma como essas mulheres são tratadas.

Por outro lado, fui muito bem recebida pelos detentos que ficavam trabalhando no pátio, com palavras de otimismo e entusiasmo e, por este motivo, em vários momentos, esquecia que estava numa prisão. A chegada das mulheres na sala de aula, trazidas por uma agente, dava então início a diversos encontros com o grupo de mulheres privadas de liberdade, que iriam compartilhar, a partir daquele momento, suas experiências, sonhos e frustrações, colaborando para o aprimoramento do fazer geográfico, através do espaço vivenciado pelas mulheres no cárcere.

O Acesso às mulheres encarceradas

O nosso acesso à Penitenciária Regional de Rolim de Moura, Rondônia, iniciou em agosto de 2018. Por intermédio da diretora da cadeia pública do município de Santa Luzia d'Oeste, foi possível fazer o contato com o diretor responsável pela Penitenciária Regional de Rolim de Moura-RO. Um primeiro encontro aconteceu com o diretor no dia 06 de agosto de 2018, através de uma conversa informal, oportunidade em que explicamos os objetivos da pesquisa. Na mesma semana, a autora foi recebida pelo responsável da Unidade Prisional, formalizando o contato e a realização da pesquisa no sistema carcerário do município de Rolim de Moura.

A fim de criar um vínculo com as mulheres do sistema prisional, foram organizadas oficinas educativas, com temas sobre campanhas nacionais. O objetivo foi realizar encontros de 3h diárias, intercalando os temas a serem trabalhados, com rodas de conversas, atividades de grupo, dinâmicas, leituras, entre outras atividades.

O modelo dos encontros teve como sugestão o roteiro abaixo:

1* encontro: relacionamento interpessoal

2* setembro amarelo (combate ao suicídio)

3* outubro rosa – Prevenção e Combate ao Câncer de Mama e Colo de Útero;

4 * dezembro vermelho (prevenção e tratamento HIV);

5* Influências sobre a qualidade de vida após o cárcere;

6* A imagem da mulher diante a sociedade;

7* Desafios diários/beleza da mulher;

8* Expectativas e sonhos

Essa proposta, quanto aos temas de campanhas nacionais para a promoção da qualidade de vida, teve como objetivo a prevenção, sendo uma forma de aproximação e qualidade no relacionamento com as mulheres da penitenciária, na intenção de desenvolver a pesquisa com qualidade, clareza, sigilo e eficiência. Após os encontros considerados suficientes, a sugestão foi a de vivenciar, com as mulheres encarceradas, através de entrevista individual e História Oral, as características do espaço prisional e como elas percebem as relações de gênero dentro da prisão.

Início dos encontros com as mulheres encarceradas

A chegada do grupo de mulheres à sala de aula, todas com olhar de surpresa e indagação, pois não sabiam o que estavam fazendo naquele momento, permitiu a explicação detalhada do objetivo com elas e como seriam os encontros. Falou-se sobre a remição de pena, ao estarem e participarem daqueles encontros, e todas aceitaram a ideia. A autora foi muito bem aceita pelas mulheres privadas de liberdade, que estavam de uniforme onde estava escrito “Reeducandas[6]”.

No primeiro dia, o objetivo era fazer uma dinâmica de acolhimento, e após elas se apresentarem. Faltou uma detenta, pois, devido ser dia de visita íntima, ela ainda não tinha tomado banho. Quando as mulheres estavam se apresentando, Grazi [7] , 37 anos, chegou à sala, cumprimentou o grupo e sentou, estava com aparência triste. Percebendo seu desânimo e perguntando o que havia acontecido, ela falou sobre a tristeza que são os dias de visita. Nesse momento, foi necessária a mudança da pauta e a seguinte pergunta: quais impactos vocês sentiram, ao chegar neste ambiente?

Permitir um momento, mesmo que inicial, para as mulheres falarem, foi algo importante. Havia a necessidade de elas exporem suas angústias. A partir desse

[6] Pessoas que estão sendo reeducadas, objeto de reeducação.
[7] Nome fictício, escolhido pela interna.

momento, algo começava a fluir nos olhos e falas de cada uma, o que antes parecia estranho gerou, então, uma empatia entre todas do grupo.

As detentas faziam desde o primeiro encontro uma abordagem do espaço em que convivem e as desigualdades de gênero, *"a justiça explica que perdemos o direito de ir e vir, mas não é verdade, aqui perdemos tudo, principalmente nós mulheres"* (Grazi, 37 anos). A desigualdade evidenciada é, principalmente, em relação ao trabalho e à aceitação da sociedade à mulher presa e à indiferença de como as mulheres são tratadas na unidade prisional.

O setor público não se mostra um aliado às mulheres na prisão. O julgamento da sociedade, na maioria das vezes, é que presos são melhores tratados que um (a) cidadão (a) comum e que isso é uma injustiça para os ditos bons no âmbito social. Entretanto, a realidade, no espaço carcerário, tem sido o contrário dessa visão.

As rodas de conversa foram muito aderentes. Todas as mulheres falavam muito, apesar de algumas se destacarem nos assuntos abordados. Os encontros foram registrados com temas sobre as campanhas nacionais. No primeiro dia, foi feita uma abordagem sobre a prevenção ao suicídio.

A ideia suicida pode tornar-se frequente dentro da prisão, e as companheiras de celas podem ser ou não o ponto de apoio para que o ato seja ou não consumado. Muitas vezes, as mulheres, quando entram na prisão, deixam a família desamparada, principalmente os filhos. Elas são o alicerce financeiro, na maioria das vezes. A insegurança das mulheres presas sobre quem vai ser responsável pelos filhos e como serão tratados são aspectos que mais inquietam o pensamento delas.

Pensamentos são inúmeros que podem levar uma pessoa a ter ideias suicidas. O olhar de reprovação da sociedade, o julgo das pessoas são mais pesados do que a própria pena sem si. "*Me acordaram aos gritos, quando o rapaz que era minha testemunha havia morrido. A sentença que levei não queria nem ter ido lá; as pessoas me olhavam como se eu fosse um monstro, principalmente o meu, que foi júri popular. Todos que entram aqui já pensaram em se matar*" (Gaby, 23 anos).

Foi realizada a dinâmica do “Barulho[8]”. Esta atividade veio ao encontro do tema trabalhado e com a angústia apresentada das mulheres. Ao balançarem uma folha em branco, pedi que elas refletissem sobre os problemas que vivem no dia a dia. O barulho significava as inúmeras contendas, julgamentos das pessoas sobre as atitudes delas, as críticas. Após amassarem a folha, elas podiam perceber que não fazia mais barulho. Ao balançarem o papel, isso significa que, na maioria das vezes, damos mais valor às críticas, aos problemas e não paramos para reorganizar nossos pensamentos.

A reflexão realizada com essa dinâmica é que, mesmo sabendo a situação vulnerável em que se encontram dentro da unidade prisional, tornaria mais difícil a caminhada se dessem mais valor às palavras negativas vindo das pessoas e de nós mesmos. Mesmo na circunstância em que as mulheres se encontram, ainda existe algo para melhorar. A reprovação, elas já possuem. Então, precisam pensar no melhor e tentar praticá-lo em favor delas mesmas, lembrando que nossa liberdade vem ao encontro com nossas responsabilidades.

No dia 17 de setembro, foi realizado, com as mulheres, um cine gênero, com o filme “*O Sapateiro*”. Após o filme, fez-se uma reflexão em que o sofrimento e a perda levam junto a esperança. O filme diz respeito ao tema trabalhado no encontro anterior: o suicídio e os problemas da vida.

No dia 18 de setembro de 2018, foi realizado, com as mulheres, um encontro, dando ênfase ao tema sobre a prevenção ao câncer de mama e colo do útero. Ao explicar a elas os sintomas, as causas e os métodos de tratamento, foi possível perceber que o acesso aos atendimentos de saúde é precário, lento e, na maioria das vezes, visto como sem importância pelo profissional de saúde: “*eu sentia meu peito queimar, de tanto que doía, fui ao médico, ele disse que era apenas infecção de resto de leite”* (Grazi, 37 anos).

Nesse mesmo dia, foi pedido às mulheres que fizessem, em uma folha em branco, a representação dos lugares que elas moravam antes de serem presas. Foi iniciada a atividade dos mapas mentais. A partir disso, várias reações foram manifestadas pelas mulheres para execução da atividade: *“vou desenhar minha casinha, meu lugar no sítio. Antes de eu cair na cadeia, era tudo bacana, agora acabou tudo”* (Gaby, 23 anos).

---

8 Uma atividade em grupo, com objetivo de maior entrosamento com as participantes da pesquisa.

No dia 25 de setembro de 2018, até meados do mês de outubro do mesmo ano, finalizamos a construção dos mapas mentais, e houve a continuação das entrevistas através da história oral. As visitas à penitenciária foram interrompidas com justificativa, devido à pesquisadora ter que cursar disciplina em outro estado. O retorno com as professoras deu-se meados de novembro de 2018. No entanto, as docentes acharam melhor prosseguir com a pesquisa, ao retornar as aulas no ano de 2019, contando que estava próximo o encerramento do período letivo na penitenciária.

Destarte, a pesquisadora retornou, conforme acordo com as professoras da unidade prisional, no final de fevereiro de 2019. Essa constituiu a segunda parte da pesquisa de campo.

Recomeço: 2ª parte da pesquisa na Penitenciária Regional de Rolim de Moura–RO.

No dia 27 de fevereiro de 2019, após concluir uma disciplina na cidade de Porto Velho-RO, a pesquisadora retornou à Penitenciária de Rolim de Moura, a fim de concluir o trabalho de campo, iniciado em setembro do ano anterior. Sabendo da mudança do diretor, a realizadora da pesquisa procurou o responsável para permissão de entrada, novamente, ao local de investigação.

O novo responsável pela direção da instituição foi compreensivo e, já sabendo da documentação entregue anteriormente, permitiu a continuidade da pesquisa, ofereceu apoio e autorizou o trabalho de campo, da mesma forma como estava sendo realizada: entrar com as professoras da educação carcerária. O acesso na instituição com as docentes facilitava para os (as) agentes, uma vez que precisavam reforçar a segurança para a tirada das mulheres das celas. Tratava-se de uma questão de logística para a equipe de segurança, pois, segundo o responsável, há poucas pessoas para manter a segurança.

No dia 28 de fevereiro, a entrada, na instituição, começou de manhã, às 8h horas. O momento foi reservado para entrevistas baseadas na história oral, de forma individual. O reencontro com as mulheres foi muito bom. Esse termo é o melhor utilizado, pois a pesquisadora mantinha uma relação de respeito e empatia pelas mulheres, pois, elas fazem parte, apesar de serem em menor quantidade, de um

mundo invisível e ignorado pela maioria da sociedade, talvez sem redundância, de toda a sociedade e todas as classes sociais.

Devido à paralisação dos (as) agentes penitenciários (as), foi necessário remarcar o dia de acesso à unidade prisional. Sendo assim, no dia 26 de março de 2019, numa terça-feira, após o fim da greve dos servidores públicos da SEJUS, as 07h 50 min, lá estava eu, novamente, aguardando, do lado de fora da penitenciária, as docentes chegarem, para entrar na penitenciária. Não diferente dos demais dias, senti uma angústia e certa incapacidade, pois essa espera era massacrante.

Esse sentimento nunca foi diferente. Isso acontecia todas as vezes que chegava ao local da pesquisa. O contato com as mulheres, os encontros, as oficinas, entrevistas, nunca foram motivos de despertar ansiedade, mas, a espera, as revistas, uma burocracia que, nem sempre, significa sinal de segurança. Neste dia, notou-se que a troca de plantões aconteceu por volta das 07h 30min até às 8h. Alguns funcionários chegavam após as 08h.

As professoras que, inclusive, deram todo suporte e apoio durante a pesquisa, nunca chegaram no horário combinado e que deveriam estar na penitenciária, sempre chegavam atrasadas. Em um dos encontros, não compareceram, bem como não avisaram, deixando a pesquisadora horas esperando e, quando teve acesso ao telefone, as docentes disseram que não puderam ir, sem nenhuma demonstração de compromisso com a pesquisa realizada.

O *lócus* da pesquisa

A Penitenciária Regional de Rolim de Moura está localizada na Rua H, nº 6399, Bairro Cidade Alta, no município de Rolim de Moura-RO. Sua construção teve início em meados dos anos de 1990, mas as atividades só tiveram início em 04 de maio do ano de 2004, quando vieram para esta unidade 95 detentos. O objetivo da construção da Penitenciária Regional de Rolim de Moura foi o de receber apenados do sexo masculino em regime fechado da Comarca de Rolim de Moura e da Região.

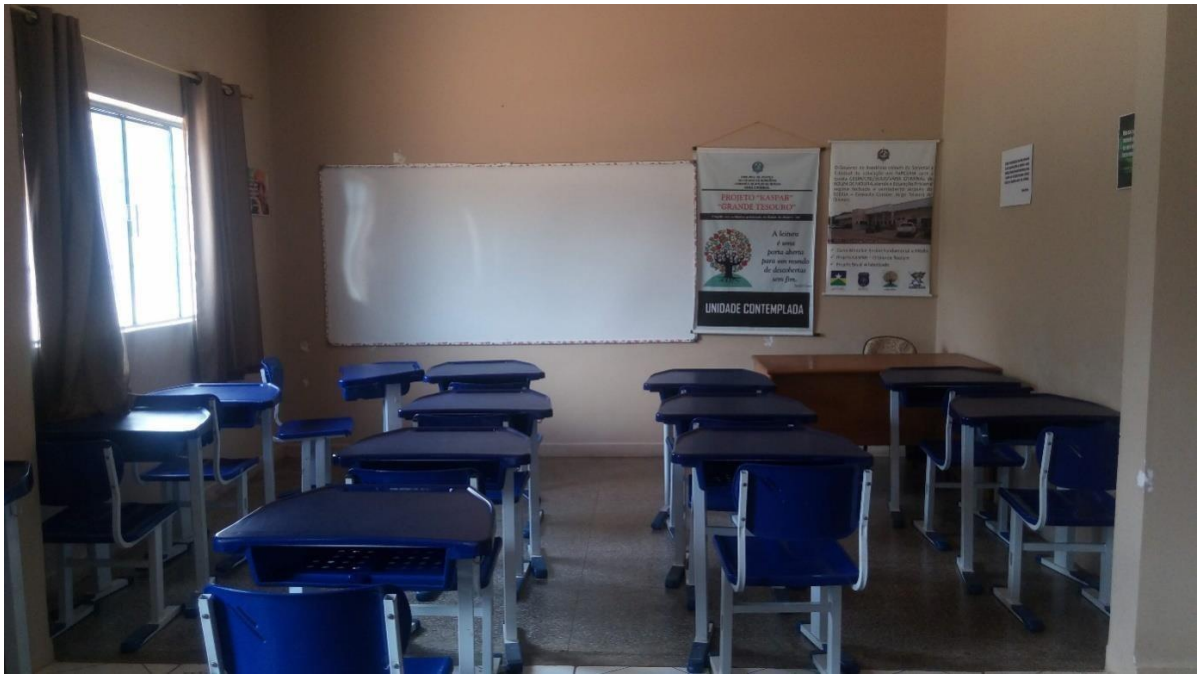
Com capacidade para 120 (cento e vinte) vagas em 24 celas, sendo cinco apenados por cela; hoje conta com presos de todas as partes do Estado, totalizando um número de 195 apenados, sendo 174 masculinos e 21 femininos, sendo que as

mulheres ocupam, provisoriamente, 04 celas da enfermaria até que se construa uma penitenciária feminina.

Quanto ao quadro de funcionários, esse se divide em Direção Geral, Direção Administrativa, Direção de Segurança, Chefes de Segurança e Plantonistas, estando estes divididos em 05 (cinco) equipes, contendo em cada equipe 10 (dez) Agentes diariamente, além da guarda de muralha que é feito pela Polícia Militar. No Setor da Saúde, encontra-se; 01 (uma) Enfermeira, 05 (cinco) Técnicas em Enfermagem, que atendem, diariamente, por vinte quatro horas; um Médico Clínico Geral, que atende 01 (uma) vez por semana; 01 (uma) Assistente Social; 01(um) Odontólogo e 01 (uma) Psicóloga, que atendem todos os dias, de segunda a sexta feira. Todos os atendimentos acima são realizados nas próprias dependências desta Unidade Prisional.

A Penitenciária possui um espaço destinado à educação carcerária. Entretanto, essa prática não acontece em várias outras unidades prisionais no Estado de Rondônia. A escola carcerária é um prédio com duas salas de aula, biblioteca, cozinha, banheiro e uma sala administrativa. As salas são divididas com grades. É um local arejado, com ar condicionado em todas as salas, a limpeza do local é excelente, conforme visto na foto abaixo:

Figura 04 – Sala de aula na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.



Fonte: acervo pessoal da autora, pesquisa realizada em 2018/2019.

A figura acima retrata uma sala de aula, com recursos materiais, ar condicionado, cortinas, bebedouro e carteiras escolares. O curso oferecido aos detentos (as) é o modular; os professores (as) de todas as áreas de conhecimento vão nos horários estabelecidos dar a aula aos internos e internas matriculados (as). Estudam homens e mulheres, separados. O cuidado dos móveis, dos materiais é admirado. A organização e limpeza do local é feita por uma detenta todos os dias.

A escola tem uma televisão de 55'[9], disponível para aulas diferenciadas. Os móveis são todos customizados pelas responsáveis do ensino. O espaço para a educação é um lugar agradável, onde as reeducandas sentem-se à vontade, inclusive nos momentos da pesquisa. Por várias vezes, o clima, na escola carcerária, não era de estar numa prisão e sim num ambiente escolar comum.

Durante a pesquisa, no início de março de 2019, os (as) agentes penitenciários estavam "paralisados [10] ", e isso dificultou o acesso às mulheres encarceradas. Dessa forma, foi necessário, mais uma vez, interromper a entrada na penitenciária, até que houvesse um acordo entre a SEJUS (Secretaria de Estado da Justiça) e o Governo em reivindicações da categoria.

Na última semana do mês de março de 2019, após a finalização da greve dos (as) agentes penitenciários, a pesquisadora retornou à unidade prisional e, no dia 26 de março do mesmo ano, às 08h15min, deu-se a entrada na Penitenciária Regional de Rolim de Moura-RO.

O objetivo do encontro foi realizar entrevistas baseadas na história oral. Das cinco mulheres que participaram da pesquisa, faltavam apenas duas para responderem à entrevista. Feito as entrevistas e fotos da Penitenciária, a pesquisadora concluiu parte da pesquisa com as mulheres encarceradas. A sequência do estudo estará nas próximas páginas do trabalho.

História Oral e entrevistas na visão das mulheres encarceradas

A história Oral foi utilizada como uma ferramenta metodológica, e esta permite, através das narrativas dos indivíduos, histórias de vida, vivências, modos de vida, ao pesquisador (a) interpretar conteúdos socioespaciais. Para Heidrich (2016, p.27), "não se trata de reconhecer um espaço geográfico objetivo. As

[9]55' polegadas.
[10]Greve Estadual reivindicando melhores condições de trabalho.

relações espaciais não são paisagem visível. Não se captam a dor, o preconceito, os estigmas e as formas veladas de dominação". Apenas a imagem em si não é capaz de dizer pelo contexto, por isso que a História Oral permite ao sujeito relacionar-se com o espaço, através da sua experiência de vida. Para isso, o (a) pesquisador (a) precisa despir-se de seus pré-conceitos, com objetivo de ver o outro como ele (ela) se mostra e não como o (a) pesquisador (a) queira enxergá-lo (a) (GAMALHO, 2010).

A História Oral é subjetiva e trata-se de uma narrativa sobre as experiências de vida dos (as) entrevistados (as), de acordo com os objetivos e perfil de cada pesquisa. Dentro dessa metodologia, cada entrevista e relato têm um valor em si mesmo, de acordo com Turra Neto (2011), na História Oral, a narrativa do (a) pesquisado (a) é pessoal e junto com o (a) pesquisador, ambos participam, ativamente, da construção das narrativas orais dos sujeitos.

Como técnica da História Oral, as entrevistas têm objetivos de apreender informações, sem negar a importância do uso metodológico, das fontes teóricas utilizadas e, a partir destas, construir uma relação de diálogo e relacionamento entre entrevistador (a) e entrevistado (a). É necessária a consciência do (a) pesquisador (a) sobre sua responsabilidade na transcrição das entrevistas e a autorização dos sujeitos para a pesquisa, a fim de tornar os estudos fundamentados na ética (TURRA NETO, 2011).

Para eficiência no processo de entrevista, é preciso cuidado e atenção durante a execução desta, porque, através dela, o (a) pesquisador (a) tenta obter informações apresentadas na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa simples e imparcial, pois introduz como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa, que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. As formas de realização da entrevista podem ser de natureza individual ou coletiva (MINAYO, 2001).

A entrevista não é isolada, é uma atividade fundamental nos grupos e relações das pessoas em seus espaços geográficos. De acordo com Heidrich (2016, p. 28), "a entrevista envolve registro em diário e a tomada de imagens, a escuta, o intercâmbio de experiência com os praticantes do levantamento, à maneira de um grupo focal". O registro deve ser feito detalhadamente, resgatando o que é próprio do lugar enquanto paisagem e território. É preciso manter um diálogo com o sujeito

durante a entrevista, uma relação capaz de construir, através do subjetivo, uma postura metodológica. Afirmada por Heidrich (2016, p. 28):

> O registro se obtém com a anotação em diário, a fotografia, o relato de entrevista ou gravação e a escuta das pessoas do lugar ou seus interlocutores. Mais que um procedimento, o registro consiste na atividade articuladora das demais ações. Escutar é dar atenção à conversa, mas também a tudo aquilo que seja expressão do lugar: um discurso, uma manifestação espontânea, o que possa revelar as maneiras do lugar. Implica em reter a informação do que surge como próprio e vinculado ao que está em cena. Desse modo, deve ser também anotação em diário de campo da impressão causada que possibilita tanto indagar para conhecer, como também refletir sobre o que é dito e visto.

A forma como a entrevista é realizada depende muito das características peculiares dos (as) pesquisadores (as), nem sempre o modo de ver e ouvir de um é igual ao outro, ou vice-versa. Por isso, é necessária a atenção redobrada às técnicas utilizadas durante a entrevista com História Oral, uma simples roda de conversa, uma oficina, pode ser rica em conhecimento e essencial na interpretação das experiências relatadas.

As narrativas, produzidas no sistema carcerário, permitiram a construção metodológica da história oral. Sem dúvidas, a vida acontece no tempo e espaço, sendo função da Geografia problematizar as referências espaciais, sentidos e significados das relações que constituem os sujeitos (GAMALHO, 2010).

O espaço vivido (LEFEBVRE, 2001) pelos sujeitos, produzido e transformado por eles, a partir de suas experiências, evidencia relações em diversas escalas e traduz uma questão metodológica diferente do que apenas se observa externo. As casas, praças, lojas, cidades são feitas de materialidades, mas possuem suas representações e seus sentidos. O espaço geográfico vai além daquilo que se observa, mas daquilo que se vivencia, subjetivamente. A entrevista com as mulheres encarceradas, através da História Oral, é uma forma de obter informações do espaço que elas ocupam e da maneira como percebem esse espaço.

Observação participante: foco geográfico nos detalhes

A observação participante, além de ser instrumento para pesquisa de campo, é uma das práticas mais utilizadas da pesquisa qualitativa, é, portanto, uma

postura adotada pelo pesquisador (a) no trabalho de campo. De acordo com Heidrich (2016, p. 25),

> Quando a questão envolve, de modo mais exclusivo, a realização da pesquisa acadêmica e ocorre a identificação entre grupo de pesquisa e grupo pesquisado, inclusive com o compartilhamento de resultados e discussão aberta dos problemas em estudo, realiza-se, então, a observação participante.

Durante os encontros na penitenciária, entre idas e vindas, o instrumento mais utilizado, no trabalho de campo, foi a observação participante, seu uso deu-se em todos os momentos que a pesquisadora entrava e tinha acesso à penitenciária Regional de Rolim de Moura. Como foi tratada pelos (as) agentes e demais funcionários da instituição, a maior observação feita foi através do contato com as reeducandas, como essas reagiam aos assuntos abordados nas oficinas, as falas, comportamentos, exposição de ideias. Como as professoras que acompanharam a pesquisa reagiam com minha presença e de que forma conduziram o processo de acolhimento durante minha estadia naquele lugar, os olhares de outros presos que sempre encontrava pelo pátio da penitenciária e a recepção destes.

A observação participante determina a intenção de construir uma análise científica do local ou sujeitos observados. Essa técnica possibilita a relação do (a) pesquisador (a) com as pessoas no ambiente da pesquisa, uma interação que permite a modificação no contexto social. “É uma metodologia que requer um envolvimento do pesquisador com o grupo a ser estudado. Uma convivência demorada, uma participação na vida das pessoas, que transforma tanto o grupo, quanto o pesquisador” (TURRA NETO, 2011, p. 14).

A técnica de observação participante exige os cuidados que toda pesquisa requer, mas possibilita ao pesquisador a construção do próprio caminhar, pois cada objeto e realidade de investigação são únicos. A observação participante permite o reconhecimento da importância na interação humana, os relatos apresentados pelos sujeitos são carregados de emoção e sentimentos (TURRA NETO, 2011). Isso é possível, pois o espaço representado pelas pessoas não é construído apenas objetivamente, cada detalhe é vivenciado de forma subjetiva. Para isso, o pesquisador precisa utilizar a técnica da escuta, facilitando um diálogo próprio.

> A observação vem sempre em primeiro lugar. É preferível ter uma perspectiva própria do grupo, lugar, onde a pesquisa se realiza, do que conseguir logo de saída chaves interpretativas daqueles/as que os conhecem bem. A observação deve ser, inclusive, a fonte a partir da qual se constroem as entrevistas. – Essa primeira fase é decisiva – o estabelecimento dos contatos e a conquista da confiança das pessoas, a permissão e aceitação da convivência -, pois indicam como serão contatos posteriores. Por isso, uma boa porta de entrada no grupo é fundamental – como, por exemplo, uma pessoa em quem o grupo confia e respeita (TURRA NETO, 2011, p. 17).

O trabalho de campo abrange e desperta diversos tipos de sentimentos, de forma positiva ou negativa, mas é parte, naturalmente, da interação humana e, é necessária no processo de análise. A observação participante consolida pelo contato entre pesquisador (a) e o fenômeno observado a fim de obter informações específicas em um contexto social. O objetivo dessa técnica é coletar dados que não são verificados na entrevista ou qualquer outro meio.

Ao levar em consideração a utilização da observação participante em grupos focais, e a realidade da pesquisa na penitenciária, também utilizou um grupo focal, por isso, deu ênfase na parte teórica de como o estudo em grupos focais ganhou adeptos nas ciências sociais. Os grupos focais são definidos como uma técnica de pesquisa em que se reúnem pessoas para coletar dados.

O momento da escrita e sistematização dos dados qualitativos é um desafio aos pesquisadores que desenvolvem pesquisas sem mensuração de dados. Com isso, é uma provocação organizar um material coerente e com credibilidade científica, capaz de manter uma linguagem acessível, clara e compreensível entre pesquisador (a), entrevistadas e o leitor da pesquisa (TURRA NETO, 2011).

Através da observação participante foi possível entender melhor o universo das pessoas privadas de liberdade, em nenhum momento, a pesquisa serviu e nem servirá para vitimar as mulheres presas, mas é uma população excluída, os olhares negativos, a autoridade das agentes sobre as mulheres detentas, a divisão social que existe dentro das celas, as disputas e os desafios das internas lidar com toda mudança após a prisão.

Mapas mentais: visibilidade e representação

Os mapas mentais são utilizados, nesta pesquisa, como processo metodológico. Utilizou-se essa técnica para descrever o lugar vivenciado pelas

mulheres presas na Penitenciária Regional de Rolim de Moura-RO. Os mapas mentais são representações feitas por pessoas de lugares vivenciados por elas direta ou indiretamente, e esses espaços representados são próprios do sujeito, de acordo como cada um entende e compreende o espaço vivido.

A palavra representação traz algumas características importantes no intuito de entender a função dos mapas mentais para o estudo evidente. Segundo Kozel (2018), de origem latina, a palavra *representação* originou-se de *representare* e significa “tornar presente”, “apresentar de novo”. É visível, nesse conceito, como algo é representado por alguém, tornar presente algo ausente, realizada por imagem ou desenho representando um objeto ou fenômeno. Nos estudos geográficos, essa é a análise mais conveniente para representar, com imagens, um objeto ou fenômenos e o espaço vivenciado por estes, denominando como mapas mentais.

A representação do lugar, como se apresenta ao indivíduo, dará forma aos mapas mentais, com histórias concretas e simbólicas, mostrando o lugar da forma que é vivido e compreendido. É através das experiências e do meio onde o sujeito vive que ele adquire conhecimento, refletindo em sua percepção (ARCHELA et al., 2004). Sendo assim, os mapas organizam-se a partir da percepção e da representação de imagens mentais.

Num contexto histórico, as representações ocorrem de processos sociais e culturais, associados em como se relacionam com o mundo na construção de identidades, permitindo, assim, uma representação mediada entre sujeito e objeto. Assim, ambos interagem para estabelecer análises variadas das representações, com o objetivo de transmitir informações sobre os espaços vivenciados. Nesse contexto sociocultural, é necessária uma análise mais elaborada das relações estabelecidas entre a sociedade e o espaço geográfico (KOZEL, 2018).

Como a geografia tem o espaço como objeto de estudo, a interpretação dos fenômenos, em suas diferentes formas, como se manifestam ao mundo com a relação e interação sociedade e o ambiente natural acontece numa abordagem cultural humanista, priorizando a experiência da pessoa no espaço (CLAVAL, 2008).

Nesse mesmo olhar cultural, existe uma inclusão do real, imaginário e social apreendido nas representações, fazendo com que seja evidenciado também nas análises geográficas em um desdobramento epistemológico da Geografia Humana.

Dessa forma, é preciso entender que a subjetividade considera as representações do mundo construído pelos seres humanos (KOZEL, 2018).

Os mapas mentais surgiram com base nas pesquisas geográficas de Peter Gould, em 1966, na Universidade da Pensilvânia (EUA). Atualmente, essa técnica é utilizada em todos os campos de pesquisas geográficas qualitativas e quantitativas. Reforçado por Alves (2017, p. 57):

> A utilização de imagens como formas de representação do espaço é uma técnica utilizada desde a pré-história, com o aparecimento da linguagem simbólica, quando o homem, através das pinturas rupestres, gravou na pedra as cenas do seu cotidiano, da sua história, das distancias e direções percorridas. Atualmente, as representações do espaço são realizadas através de normatizações e referendadas pela técnica e acurácia em algumas sociedades e culturas, mas ainda assim existe a necessidade de conhecimento e compreensão das construções simbólicas, denominados mapas mentais ou cognitivos. As representações simbólicas são capazes de capturar aspectos subjetivos que as fotografias, os mapas cartográficos e os desenhos técnicos nem sempre são capazes de expressar.

A intermediação dos símbolos, nos mapas mentais, indica que o sujeito é desenvolvido com um comportamento simbólico, e a Geografia é a ciência capaz de apropriar dessa simbologia e, assim, permitir às expressões dos indivíduos. De acordo com Tuan (1979), os seres humanos construíram mundos mentais através de uma linguagem abstrata de sinais e símbolos. Essa característica definiu que os mapas mentais são capazes de representar um lugar em formatos físicos e simbólicos baseados nos aspectos subjetivos, ou seja, esse lugar é representado nos aspectos emocionais e experienciais que cada ser vive em sua realidade.

A aplicação dos mapas mentais, na Penitenciária de Rolim de Moura, foi uma forma de interagir com as mulheres encarceradas e resgatar informações que, ao longo das conversas e encontros, não eram explícitas. No início, houve um desânimo das mulheres em representar, no papel, os conceitos relacionados ao passado, presente e futuro de cada uma. Porém, todas colaboraram e realizaram a atividade dos mapas mentais.

Os instrumentos dos mapas foram escolhidos por terem relação com o método fenomenológico, uma vez em que, por meio desse olhar fenomenológico sobre o espaço, permite considerar a pessoa em sua relação com o mundo vivido, numa visão própria dos lugares (KOZEL, 2018).

As características de um determinado espaço são destacadas por Tuan (1979) como termo topofilia, o qual associa sentimentos com o meio ambiente e, segundo o autor, isso promove a ideia de lugar. O meio em si não é a causa direta da topofilia, mas fornece ao indivíduo, através de suas atitudes e experiências, os subsídios que dão forma ao lugar vivenciado. “Considerar os mapas mentais sob a perspectiva simbólica redimensiona o olhar geográfico e nos remete ao conceito de mundo vivido e à categoria lugar, consolidados na vertente humanista” (KOZEL, 2018, p. 41).

Segundo Relph (1977), só é possível entender o lugar a partir do momento em que o indivíduo reconhece a necessidade de pensar o lugar criticamente em seus aspectos de localização, fisionomia e sentidos. A interpretação do lugar vivido será construída no mapa mental, através das experiências de determinado lugar, assim é possível dar sentido e forma do espaço em si, mesmo os lugares mais “insignificantes [11] ”. O sujeito que convive, ali, é responsável em construir e dar sentido ao seu mundo, através da sua subjetividade.

Dessa forma, as mulheres, no cárcere, enfrentam o maior conflito, que é a identidade com o lugar que ficam condicionadas. Lugares precários, mas que, por dias, meses e anos, elas precisam não apenas conviver com as más condições físicas, mas também com um conflito subjetivo e emocional. Saíram de seus lares, cortaram relações com a família, principalmente os filhos. Isso colabora, negativamente, na relação com o lugar vivenciado. Para sobreviverem ao espaço da prisão, necessitam adquirir experiência diante do choque de realidade, sem perder a esperança. Conforme explica Kozel (2018, p. 45), “o mundo vivido é essencialmente subjetivo, derivado do contato com outras pessoas, instrumentos, coisas, etc,”. E descobrir o lugar e o mundo vivido permite utilizar, nas pesquisas, os mapas mentais como contribuição metodológica.

Condição da mulher no cárcere: uma visão metodológica

Para entender a condição da mulher, no espaço geográfico do cárcere, numa visão metodológica, é preciso distinguir a trajetória da mulher dentro da ciência geográfica. Considerando que o conhecimento é uma construção social, será

[11] Lugares medíocres e sem importância.

possível compreender a condição da mulher em sua espacialidade, se houver, cada vez mais, um número maior delas também dentro da ciência, desenvolvendo estudos e pesquisas que contemple sua realidade.

Afinal, como contam Monk e Hanson (2016), mesmo com o aumento de mulheres envolvidas na pesquisa geográfica, elas compõem apenas 9,6% dos docentes universitários que são associados a *Association of American Geographers (*Associação dos Geógrafos Americanos). Os Geógrafos estão mais preocupados em estudar as dimensões espaciais das classes sociais que as dos papéis sociais, por exemplo, o caso de gênero. Refletir sobre questões metodológicas deve proporcionar questionamentos dos propósitos da pesquisa, distinções traçadas entre obras sobre mulheres, de mulheres e para mulheres (MONK; HANSON, 2016).

> As bases da pesquisa e do ensino voltados para abordagens de gênero estiveram imbricadas nas condições políticas e em movimentos sociais para além do meio acadêmico. As direções do desenvolvimento da perspectiva de gênero refletem as oportunidades, bem como os obstáculos a mudanças, vinculados a fatores econômicos e políticos globais e nacionais (MONK, 2011, p. 99).

As mulheres sempre foram representadas nos livros, novelas, filmes e demais formas de representação, de acordo com sua condição ao seu lugar na família e sociedade. Essa herança do passado tem acompanhado a mulher nos dias atuais e, na obra de Perrot (1998), a autora descreve a história das mulheres segundo Michel Foucault. Para Perrot, o pensador francês vê, inicialmente, as mulheres como esposa e mãe, se interessando na organização materna, controle dos costumes, espíritos e corpos, sendo o corpo feminino uma questão de poder. Essa posição de Foucault, segundo Perrot (1998), deixou como contribuições, para as pesquisas atuais, conceitos fundamentais, a compreensão do papel da mulher e a necessidade da desconstrução de palavras e coisas que remetem a mulher, principalmente, à submissão.

> Também não há “norma” da conduta das mulheres: a maternidade não constitui sua imutável missão. Elas não têm a vocação única para a reprodução, que as fixava em um tempo imóvel quase fora da história. O nascimento das mulheres na narrativa histórica supõe a ruptura com esta visão antropológica. Michel Foucault contribuiu para este difícil parto (PERROT, 1998, p. 502).

Dessa mesma forma, a dominação masculina é vista por Bourdieu (2012) como uma visão androcêntrica, ou seja, a supervalorização do pensamento masculino. Originada de uma ordem social, a dominação masculina tem como princípio a visão e a divisão sexual a partir da realidade biológica do indivíduo, e torna-se evidente com a divisão social do trabalho, atividades atribuídas a ambos os sexos, estrutura do espaço reservados a homens e mulheres. Essa percepção aplica-se, principalmente, ao próprio corpo de acordo com sua realidade biológica, "é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres" (BOURDIEU, 2012, p. 20).

As mulheres foram pensadas miticamente como objeto de sujeição aos homens, e esse olhar ampliou-se com as experiências dominantes do homem nas diferentes culturas. O corpo da mulher é o principal objeto relacionado à submissão. Defini a moral feminina relativa às partes de seu corpo, desde seus trajes ao seu penteado, às diversas maneiras de servir o corpo, e manter sua postura. Bourdieu (2012) faz uma relação interessante entre a dominação do homem sob a mulher a partir de uma educação elementar, na intenção de introduzir maneiras de expor o corpo, exemplo a mão direita: masculina; ou a mão esquerda: feminina, os modos de andar, de olhar, de falar são responsáveis pela formação ética, política e cosmologia da forma como a mulher deve ocupar o espaço por meio de posições ou disposições de seu corpo.

Sendo assim, ocorrem as relações sociais de dominação e exploração instituídas entre os gêneros, e isso permite classificar coisas e práticas redutíveis a posição entre o feminino e masculino, que segundo Bourdieu (2012, p. 41):

> Cabe aos homens, situados do lado exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estão situadas ao lado do úmido, baixo, do curso, do contínuo, vêem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhe são destinados pela razão mítica, isto é, o que levam a lidar com a água, a erva, o verde (como arrancar as ervas daninhas ou fazer a jardinagem), com o leite, com a madeira e, sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes.

O espaço das mulheres, nessa visão, é reduzido às práticas dominantes do homem, sobretudo em lugares marcados pela maioria de origem masculina. Cabe às mulheres tomar consciência dessa realidade, a fim de tornar visíveis suas ações. No espaço carcerário, as mulheres estão, na maioria das vezes, sujeitas à dominação masculina, pelo fato de ter mais homens, e estender a dominação feminina também, pois, a minoria com sexo biológico mulher que detém o poder de controle das mulheres encarceradas apreende o poder da dominação, praticando a violência simbólica.

O conceito simbólico, pelo próprio significado, enfatiza a diminuição do conceito de violência e reduz os impactos que a violência pode causar no indivíduo. As mulheres, nos diferentes espaços que ocupa, estão sujeitas a diversos tipos de violência simbólica, dando um aspecto natural e permitido da violência. O autor citado anteriormente faz uma ponderação importante nesse sentido: “enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que ainda é pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência” (BOURDIEU, 2012, p. 46). A tentativa de naturalizar esse tipo de violência é uma das questões a ser observada no decorrer da pesquisa com as mulheres encarceradas. É impossível analisar o espaço destas e fechar os olhos para as características e modos de violência vivenciados por essas mulheres.

A violência simbólica vivida pelas mulheres, na prisão, é a questão que percorre parte dessa pesquisa acadêmica, baseada na visão da sociedade, com base nas estruturas, valores e esquemas mentais introduzidos ao longo da história. Vista assim, a dominação masculina é parte integrante do contexto mais abrangente de uma ordem social, favorecendo à construção de várias formas de dominação. Essa dominação é baseada no dia a dia, através do poder simbólico, exercido nas palavras, gestos e expressões rituais e estratégias de reprodução do mundo social, mas, centralizados no Estado, família, escola e outras instituições responsáveis pela formação e reprodução do desenvolvimento humano.

A reflexão da autora Estés (1999), sobre as Mulheres Selvagens, corrobora os pensamentos de Bourdieu e outros (as), pois a autora traz, em sua tese, as características comuns entre lobos saudáveis e mulheres saudáveis, como exemplo a percepção aguçada, resistência e força. Ambas as espécies foram perseguidas e

acuadas, sendo-lhes atribuído menor valor, ou seja, tornando-as invisíveis. “A atividade predatória contra os lobos e contra as mulheres por parte daqueles que não os compreendem é de uma semelhança surpreendente” (ESTÉS, 1999, p. 07). Isso faz com que as mulheres sejam como criaturas disfarçadas, ensinadas a viver conforme as exigências do meio social existente em cada época da história mundial.

Numa perspectiva metodológica, não se deve restringir os estudos de gêneros como exclusivo à análise sobre as mulheres. Antes, é preciso buscar na história o porquê relaciona o estudo de mulheres com a categoria gênero. Segundo Soihet & Pedro (2007), gênero, na pesquisa científica-social, é a distinção de características culturais, restrito a cada um dos sexos e à dimensão biológica dos seres humanos. Para melhor entendimento, é a pesquisa e a análise de estudos para uma parte da humanidade que se encontra na invisibilidade, por isso homens e mulheres são produtos do meio social e encontra-se em uma condição variável.

A atribuição dos papeis é delegada pela sociedade para ambos os sexos: homens e mulheres. Para tanto, é esperado que estes cumpram o que é próprio do homem e próprio da mulher. Através da educação que os indivíduos recebem é que se formam como homem e mulher, comprovando, assim, que a identidade social é socialmente construída, independente do sexo biológico (macho e fêmea). É importante levar em consideração o entendimento das classes sociais: classes dominantes e as classes subalternas.

As mulheres e outras categorias sociais são discriminadas ao longo da história: negros, índios, homossexuais. Com isso, há uma naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e as demais categorias sociais, elevando a superioridade dos homens, dos brancos, heterossexuais e ricos (SAFFIOTTI, 1987).

Sendo assim, o estudo de gênero não é restrito às mulheres, ou vice-versa, mas a todas as populações que, de certa forma, são invisibilizadas na sociedade, no decorrer da história. Para entender a condição geográfica das mulheres, no sistema carcerário, é necessário estudar a categoria gênero, na intenção de desenvolver ciência dessa população esquecida e invisibilizada. Isso significa procurar, portanto, não vitimizar a mulher na prisão, mas, numa visão fenomenológica, entender os papeis destinado a elas dentro do cárcere e como eles interferem na reorganização espacial dessas mulheres.

CAPÍTULO III

ANÁLISE GEOGRÁFICA DA PRISÃO FEMININA: a organização espacial das mulheres privadas de liberdade e as relações de gênero no contexto geográfico da prisão

Culpado ou inocente, ninguém escapa da humilhação de ser presidiário.
(Albuquerque, 2009)

Figura 05 – Celas femininas da Penitenciária Regional de Rolim de Moura-RO**.**

Fonte: Arquivo pessoal da autora, durante a pesquisa realizada em 2018/2019.

A figura 5 (acima) apresenta duas das celas onde algumas mulheres ficam a maior parte do tempo na Penitenciária Regional de Rolim de Moura - RO. Essa imagem foi usada para identificar o capítulo III, procurando entender como as mulheres organizam-se na prisão.

Esse capítulo abriu as discussões acerca dos resultados do trabalho de campo da Pesquisa “Gênero e Prisão Feminina”, com o seguinte objetivo geral: analisar a organização espacial das mulheres privadas de liberdade e, através dessa espacialidade, verificar como elas percebem as relações de gênero no contexto geográfico da prisão.

As propostas investigadas e analisadas foram descritas, conforme os objetivos específicos a seguir: a) pesquisar o perfil socioeconômico das mulheres encarceradas; b) verificar a aplicabilidade dos programas de ressocialização existentes na unidade prisional; c) investigar a organização espacial das mulheres privadas de liberdade e d) analisar as relações de gênero no espaço carcerário.

As categorias geográficas de análise desenvolvidas na teoria e prática desta pesquisa foram: Espaço, Lugar, Território e Corpo. Nesta mesma sequência, as categorias foram incluídas nas discussões para os principais resultados, com reflexões sobre cada categoria, conforme já foi citado.

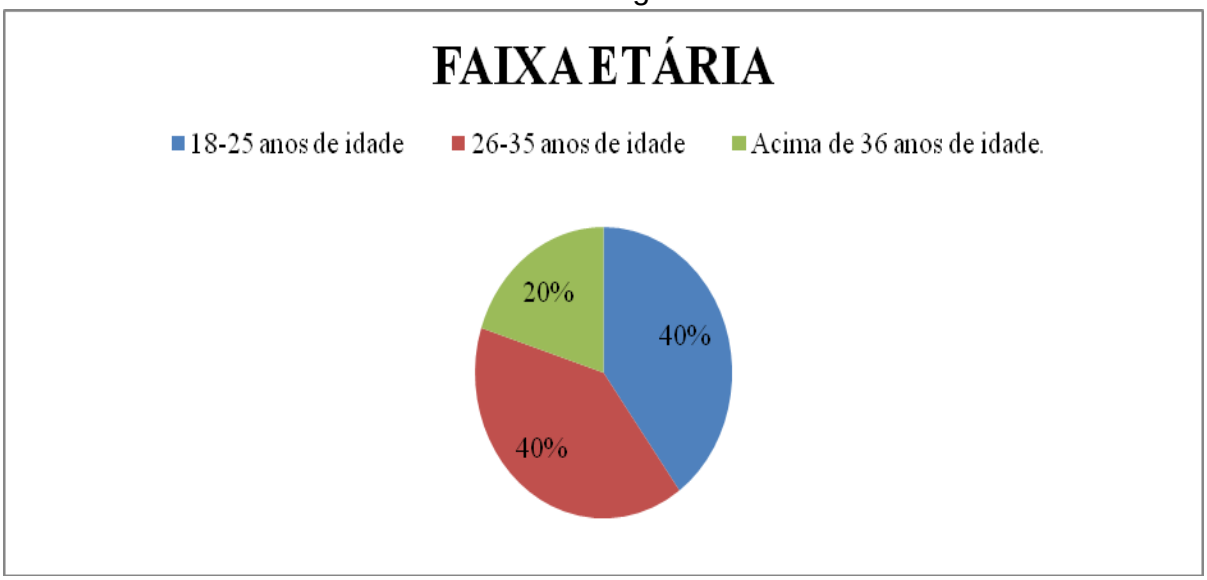
Perfil socioeconômico das mulheres encarceradas na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO

Este tópico responde ao objetivo de pesquisar o perfil socioeconômico das mulheres encarceradas. Para isso, fez-se necessária a descrição realizada por meio de gráficos, figuras e quadros dos dados socioeconômicos, obtidos durante o trabalho de campo, na Unidade Prisional de Rolim de Moura – RO.

A realidade das mulheres, nesse espaço, identifica-se com o restante do país. O espaço não é exclusivo às reeducandas e a falta de penitenciárias próprias para elas expõe a violação dos diretos femininos. Segundo a LEP (Lei de Execução Penal), Art. 82, §1º, “a mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidas a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal” (LEP, 2008, p.46).

Um dado peculiar e importante mostrou que, na penitenciária pesquisada, das 20 (vinte) mulheres encarceradas no momento da pesquisa, a maioria das mulheres internas são jovens e possuem idade entre 18-37 anos de idade, conforme o gráfico 01.

Gráfico 01 – Faixa etária das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019 na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.



Fonte: Elaborado pela autora, durante a realização do campo em 2018.

Como evidenciado na pesquisa, mais de 50% das mulheres presas são jovens, de acordo com o gráfico 01, a maioria das mulheres internas têm entre 18 a 35 anos de idade. Diante disso, é possível constatar o impacto que a prisão pode causar nos projetos futuros dessas mulheres. É importante reforçar o entendimento de que tais mulheres possuem um histórico de vida conturbado, não apenas pela prisão, mas também devido aos problemas sociais que enfrentaram antes de estarem encarceradas.

No espaço prisional, as mulheres precisam adaptar-se ao ambiente, pois são vistas como menos úteis à sociedade, principalmente as de classe econômica menos favorável. Essa visão do Estado promove a segregação social e racial, desenvolvendo um sistema autoritário e conservador (TAIET; ZART, 2017). Muitas dessas mulheres, no cárcere, carregam um sentimento de inferioridade desenvolvido na infância e adolescência.

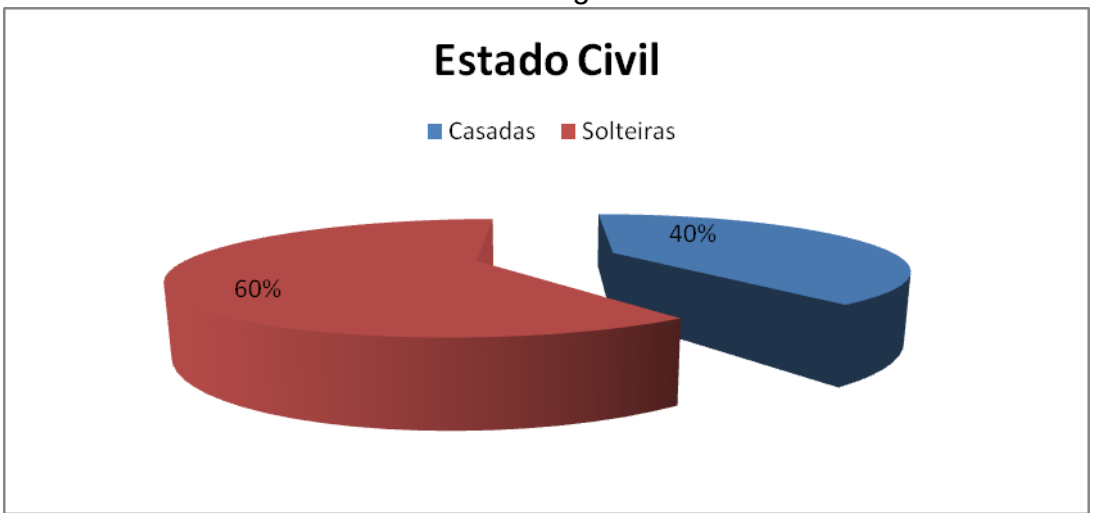
A baixa autoestima das reeducandas pode ser um pilar para desenvolver situações que propiciaram a prisão. Para entender melhor, é possível considerar o relato de Pri, uma jovem de 29 anos de idade na data da pesquisa: “meus irmãos são ótimos profissionais, mas eu... se eu tivesse ouvido um pouco mais minha mãe, não estaria aqui. Eu vim aqui porque eu devia. Ninguém tá aqui porque é inocente” (Pri, 29 anos). Além da consciência da jovem sobre seus erros que a conduziram ao sistema prisional, esta reconhece que poderia ter evitado, se tivesse dado ouvidos às correções de sua mãe, assim, como seus irmãos que possuem profissão. A fala

da entrevistada deixa transparecer uma resistência em acreditar que seu futuro pode ter o mesmo caminho que de seus irmãos.

Um aspecto importante, para as mulheres presas, são os laços afetivos com seus companheiros que estas possuem. A maioria delas chega à prisão por influência deles, mas nem todas continuam com o mesmo parceiro durante o período em que ficam detidas, pois são, muitas vezes, abandonadas. Maridos e namorados são os primeiros a ignorar as mulheres, quando estas vão presas, principalmente por ajudá-los, como no caso das que são flagradas com droga na portaria dos presídios masculinos em dias de visita (VARELLA, 2017).

Da pesquisa realizada, a maioria das reeducandas eram solteiras, conforme gráfico 02. Mas isso não impede de que elas consigam um parceiro e recebam visitas íntimas. Porém, das mulheres entrevistadas, apenas duas (02) recebiam visitas íntimas e uma (01) tinha uma parceira dentro de cela e, no período da pesquisa, terminaram o relacionamento, separando-se, inclusive, de cela.

Gráfico 02 – Estado civil das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019 na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.



Fonte: Elaborado pela autora, durante a realização do campo em 2018.

O estado civil, quando tem muitos conflitos, pode ser o motivo para as mulheres experimentarem a prisão. A sociedade cobra da mulher o exemplo de boa mãe, mulher e filha. Quando esta não corresponde ao comportamento imposto pelo meio social, é vista diminuída e sem valor. Quando uma mulher comete um crime, ela não é apenas condenada pelo crime que cometeu, mas é julgada pelo fato de ser mulher. Nesse contexto, pode-se considerar o depoimento de Beatriz, de 34

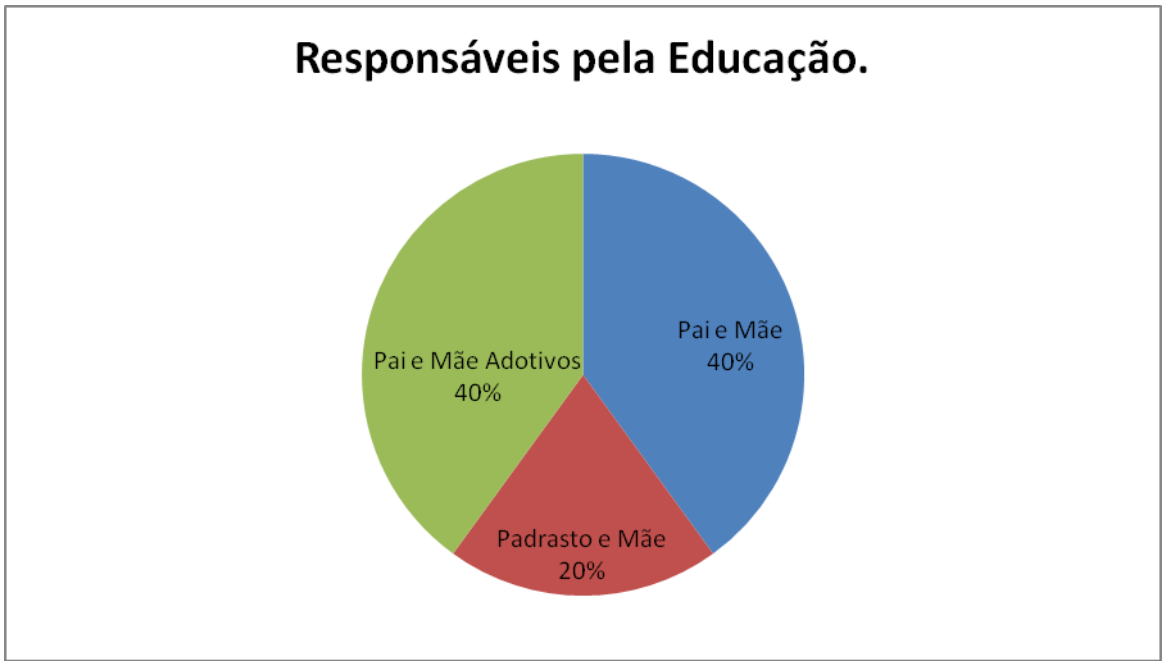
anos de idade, presa acusada de mandar matar seu ex-marido. Ela se sente injustiçada e reduzida por sua condição financeira e por ser do gênero feminino.

> Condenada de mandar matar meu ex-marido. A família dele é muito influente, classe alta. E eu como mulher, mesmo tendo sofrido violência doméstica, fui condenada e vista como vagabunda, que não vale nada. Não vou me vitimizar, mas eu tinha toda uma conduta na sociedade e a família do meu ex-marido aproveitaram o ocorrido para acabarem comigo. Como se eu ia contratar um drogado que tava com uma arma tão vagabunda que quase não amassou nem a porta da camionete que meu ex estava. Depois que ocorreu isso, não tive direito à partilha de bens (Beatriz, 34 anos).

O Estado afirma valores patriarcais, mostrando comportamentos violentos e práticas discriminatórias contra a mulher como algo normal. A dominação e o poder exercido pelo homem sobre a mulher produzem estereótipos de inferioridade intelectual e cognitiva e dependência emocional, social e econômica ao homem. “A mulher é confinada ao espaço privado para que exerça seu papel de esposa ou mãe e caso não o faça, é vista como desviante das normas sociais. Na sociedade patriarcal, o mundo é do homem por excelência” (TEIXEIRA, 2016, p. 11). Uma cultura de desigualdade de gênero possibilita a invisibilidade da mulher nos diferentes espaços públicos, fato que dificulta estudos e pesquisas sobre a condição da mulher numa visão científica, social e política.

Para entender como as mulheres organizam-se no sistema prisional, foi preciso retornar a alguns aspectos de sua infância. Após a realização das entrevistas, foi possível perceber que parte das mulheres presas cresceu com pai/mãe adotivos, pai e mãe biológicos e outra minoria com padrasto e mãe, assim exibidos no gráfico 03.

Gráfico 03 – Responsáveis pela educação das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO**.**

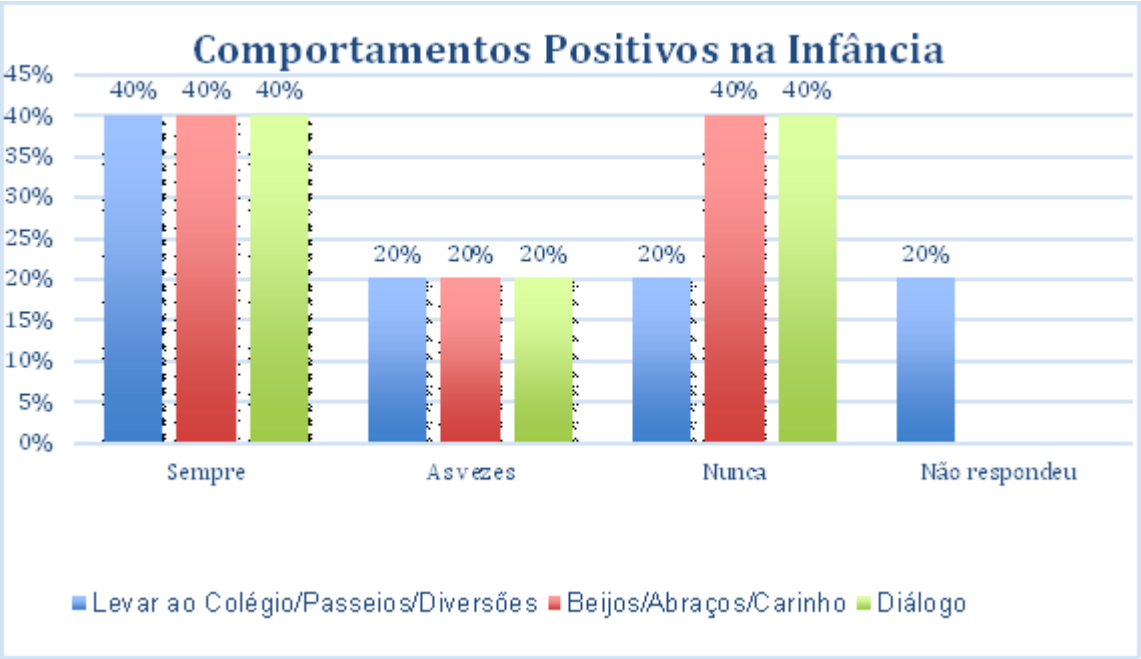


Fonte: Elaborado pela autora, durante a realização do campo em 2018.

As mulheres, no sistema prisional, estão muito interligadas às questões emocionais, às vezes de forma abalada e outras esperançosa. Mas, para compreender como articulam o espaço que vivem, é preciso pensar os aspectos da infância, ou seja, as pessoas responsáveis pela educação dessas mulheres que contribuíram, para que elas se tornassem mulher e enfrentassem os desafios do dia a dia. O comportamento dessas mulheres, na prisão, reflete a condição social à que foi submetida antes do cárcere, sendo, na maioria das vezes, situações de desigualdade e exclusão social, fazendo com que essas condições influenciem tanto na aplicação normal quanto no cumprimento da pena (TEIXEIRA, 2016).

O fato de quem foi responsável pela educação das internas pode não ser fator principal de suas escolhas em fazer parte do tráfico ou crime, mas a forma como foram educadas e como cresceram, no âmbito familiar, é importante no processo de desenvolvimento delas. Por isso, foram abordados, durante as entrevistas, quais os comportamentos habituais que as reeducandas receberam durante a infância, comportamentos positivos, como mostra a seguir:

Gráfico 04 – Comportamentos habituais na infância das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.

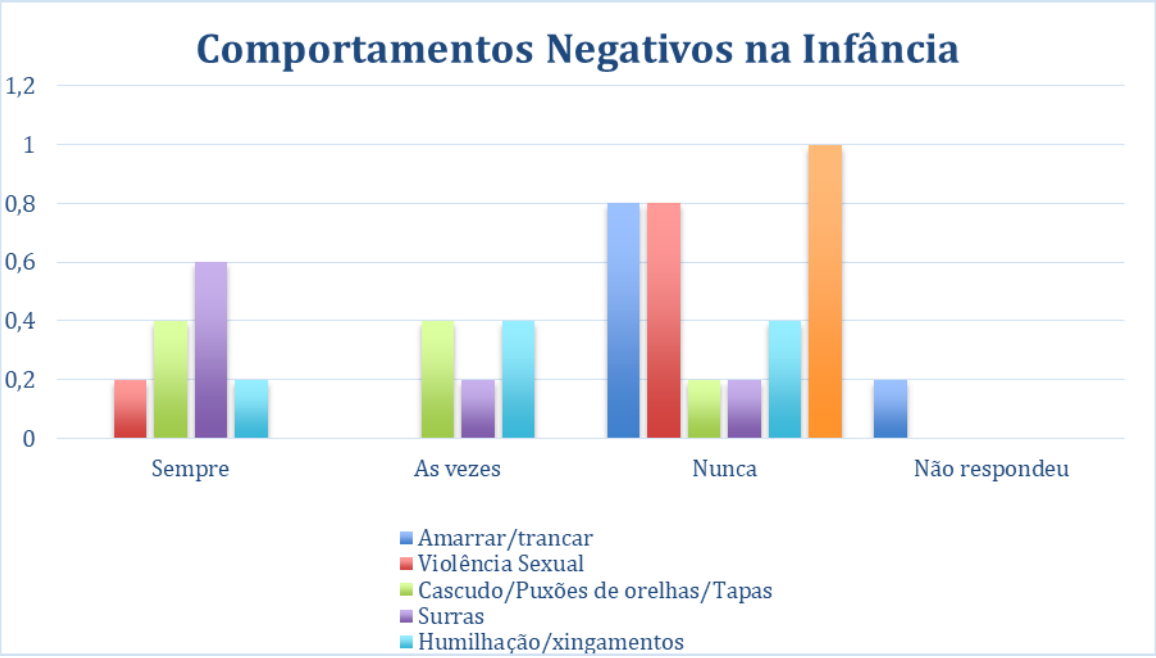


Fonte: Elaborado pela autora, durante a realização do campo em 2018.

O gráfico 04 apresenta que os responsáveis pelas reeducandas tiveram participação positiva na forma de educá-las durante a infância. Sendo em maior porcentagem o hábito de levar ao colégio/passeios/diversões, atitudes com beijos/abraços/carinho e a presença de diálogo entre as famílias.

Logo abaixo, o gráfico 05 mostra os comportamentos negativos na Infância das mulheres privadas de liberdade.

Gráfico 05 – Comportamentos habituais na infância das Mulheres Internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019 na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.



Fonte: Elaborado pela autora durante a realização do campo em 2018.

De acordo com o gráfico 05, os comportamentos negativos mais recorrentes foram as “surras”, em seguida, os “cascudos/puxões de orelhas/tapas”; os demais comportamentos negativos aconteceram em menor quantidade entre “sempre” e “às vezes”. Através desses dados, é possível perceber que foi menor a ocorrência de comportamentos negativos durante a infância.

Mesmo havendo um maior número comportamentos positivos durante a infância das mulheres encarceradas, os comportamentos negativos foram evidentes em algumas das reeducandas. Um exemplo é o depoimento de Grazi (37 anos), ela está presa há 05 (cinco) anos. A interna teve muita dificuldade e relutou em falar sobre os sofrimentos que a infância e adolescência lhe trouxeram, pois foi vítima de violência psicológica e verbal pelo pai e mãe, e, ainda vítima de abusos sexuais pelos tios paternos.

> Sofri violência pelos meus pais, mas prefiro não responder. Quando nasci, fui rejeitada pela minha mãe, porque ela queria um menino. Não tive uma infância e adolescência muito boa não. Hoje, eu entendo minha mãe, porque ela também sofria muito (Grazi, 37 anos).

As mulheres ainda possuem dificuldade em relatar os tipos de violência que sofrem no dia a dia. Algumas não sabem discernir se determinado comportamento

dos familiares é violência, e trata como uma ação normal, fazendo com que a violência seja aceitável. Quanto ao tratando de relações de gênero, a hierarquia entre homens e mulheres predomina, configurando um processo de construção simbólica e cultural, do que é próprio para mulher e próprio para o homem, este último sendo posicionado como protetor das mulheres, autoritário e potencial agressor. "*Las mujeres son víctimas, principalmente, de lãs llamadas violencias físicas, psicológicas y sexual"* [12] (BONIFAZ, NAKANO, 2004, p. 435).

O diálogo entre Blay (2003), Santos e Izumino (2005) Brasil – Mapa da Violência contra a Mulher (2018) - evidencia pesquisas sobre a violência contra a mulher, desde o código de 1830, que diminuía a culpa do marido se ele praticasse homicídio contra a mulher. Inclusive, se o homem que praticasse ato sexual fora do casamento, isso era considerado como concubinato. Já, no caso da mulher, era visto como adultério, sendo aceitável sua morte. O crime passional era aceito como livre de condenação, as autoridades, em meados década de 90, atribuíam à mulher a culpa pelo crime passional, considerando-as como causadoras das próprias mortes. Este é um pensamento que perdura nos dias atuais, os meios de comunicação, ao noticiarem feminicídio ou qualquer outro tipo de violência contra a mulher, dramatizam o fato, de um lado, acusando o autor e, ao mesmo tempo, culpabilizando a vítima.

Em 2018, foram registrados mais de 68 (sessenta e oito) mil casos de violência contra a mulher. Essa análise embasa teorias para explicar a violência contra a mulher: dominação masculina sobre a mulher, tornando-a tanto vítima como cúmplice sob a dominação do homem; dominação patriarcal, que consiste além da dominação, a exploração do homem sobre a mulher sendo vista como sujeito social e autônomo, porém vitimada pelo controle social; e a teoria relacional, que faz uma relação entre a dominação masculina e a vitimização feminina (BRASIL – MAPA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2018).

Outro assunto relevante, no contexto socioeconômico das mulheres, na prisão, é a relação destas com os filhos e filhas. A preocupação das mulheres, em geral, são os filhos (as). Ficam fora apenas as que não são mães (uma minoria). Os filhos (as) podem visitar as mães uma vez por mês, mas nem sempre todos (as)

[12] "As mulheres são vítimas, principalmente, da chamada violência física, psicológica e sexual" (BONIFAZ, NAKANO, 2004, p. 435).

comparecem. Um exemplo é a realidade de Docinho, ela nunca recebeu visitas do filho, como explica em sua entrevista:

> Tenho 01(um) filho de 10 (dez) anos de idade; mora com a tia paterna, nunca o trouxeram pra me visitar. A tia dele é muito sistemática, mandei várias cartas e expliquei que não é porque estou presa que quero que meu filho viva em vida errada. E também não conheço apenas pessoas erradas (Docinho, 25 anos).

A rotina da mulher/mãe, ao entrar no sistema penitenciário, é, repentinamente, transformada. A maioria das mulheres condenadas possui filhos (as) e quase sempre são as principais responsáveis pelas crianças, antes da prisão. Na separação dos (as) filhos (as), as mulheres culpam-se e temem por estes (as) entrarem na vida do crime (FLORES; SMEH 2018). A maior preocupação das mulheres internas é saber com quem as crianças vão ficar e quem será responsável por elas, daquele momento em diante.

O espaço ocupado na penitenciária torna-se um lugar de muitas reflexões. Beatriz (34 anos) deixa claro, em seu relato, o arrependimento de não ter valorizado as pequenas coisas que dão sentido à vida: o cuidado, passeios e coisas simples como um penteado na filha. Situações que só agora, na cadeia, pode refletir e tentar, com sabedoria, aproveitar melhor outros momentos com a filha, após sua saída da prisão.

> Depois da minha experiência aqui, aconselho a alguém que se ela está com a vida errada e tem um fio de esperança e ama seu filho, pensa bem, porque o tráfico dá um dinheiro bobo, mas depois não paga nem o advogado. Olha o que eu fiz com minha filha! Ela desde bebê até uns 5 anos de idade, antes de eu entrar aqui, a bolsa dela era da *Carmen Steffens*[13], tudo dela era da *Carmen Steffens*, eu não me dava conta. Hoje minha filha não se lembra dos presentes caros, ela se lembra de coisas pequenas, momentos simples que vivemos. Ela diz pra mim, “mamãe, lembra do penteado que a senhora fazia em mim”. Meu filho diz pra mim, “mamãe quando choro, te chamo: “mamãe”. Eu sempre digo a minha filha: filha perdoa a mamãe, eu errei, mas vamos viver muitos momentos bons, vou te recompensar tudo que você está passando, ela sofre muito. Eu não sei quem eu sou, eu me desconstruí pra me reconstruir. As pessoas que conviveram comigo sabem o motivo da minha pena[14], o porque estou aqui (Beatriz, 34 anos).

O relacionamento das mulheres, na prisão, com suas crianças é, sem dúvida, um momento único e, talvez, o mais importante. Quando elas falam nas (os)

---

[13]*Carmen Steffens* é uma empresa brasileira de calçados e bolsas, uma marca mundialmentefamosa.
[14] Mesmo que condenação.

filhas (os), as lágrimas descem aos olhos, a voz fica trêmula e a emoção fala alto através dos gestos, com quem essas crianças ficam e como estão é um martírio para as mães na penitenciária. Sendo assim, o quadro 03 foi construído para mostrar a idade das crianças e com quem elas vivem, após a prisão da mãe.

Quadro 03 – Filhos e filhas das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.

FILHOS E FILHAS			
Idade	**Quantidade**	**Com quem vive**	**Quantidade**
0-12 meses	-	Avós Maternos	02
1-3 anos	01	Avós Paternos	01
4-7 anos	-	Tios/Tias	01
8 anos acima	08	Instituições/abrigos	-
Nenhum filho/filha	01	Pai	04

Fonte: Elaborado pela autora, durante a realização do campo em 2018.

Como mostra o quadro 03, são 09 (nove) o total de filhos e filhas das mulheres entrevistadas. Uma maioria mora com o pai, os demais com avós, tios e tias, conforme a sequência: crianças que vivem com avós maternos (02), avós paternos (01), tios/tias (01) e 04 (quatro) com o pai. No momento da entrevista, 01 (uma) menina de 15 anos já estava casada e, por isso, não aparece com quem vive no quadro acima.

Se, no relacionamento dessas crianças, com seus familiares, houver fatores positivos, é fato que apresentará uma diferença na qualidade de vida das crianças. E, se tratando dos cuidadores, quando a mãe está na prisão, a análise de estudos publicados e, com referência em Flores e Smeh (2018), mostra que as crianças ficam mais sujeitas a se adaptar, quando os cuidadores são escolhidos pela mãe, quando são os pais e quando essa relação é positiva. É importante a relação de quem assume o papel de cuidador (a), fazendo toda diferença para o bem-estar da criança e amenizando a ansiedade da mãe na prisão. A vontade de reencontrar-se com os filhos faz com que muitas mulheres evitem adversidades, durante o período que estão encarceradas.

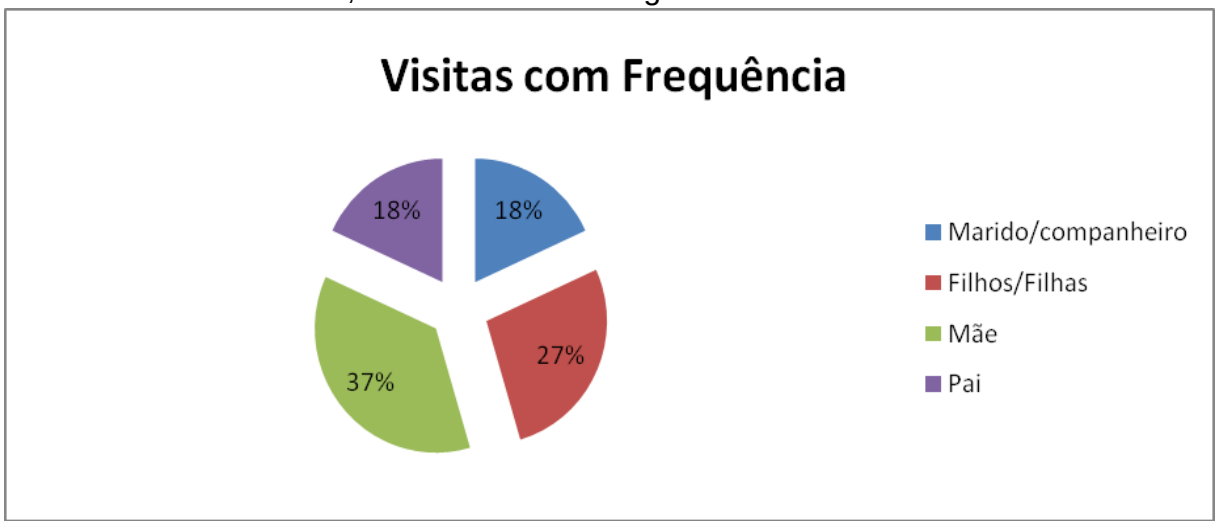
A idade dos filhos (as) também é um fator que precisa ser levado em consideração; no quadro 03, a maioria das crianças tem 8 (oito) anos acima (08), e

01 (uma) criança de 1 a 3 anos de idade. Assim, as influências prisionais, no desenvolvimento da criança, dependem das inter-relações estabelecidas. As crianças com menos de 2 (dois) anos de idade têm a capacidade de perceber um ambiente de cada vez e, conforme a idade avança, filhos e filhas tornam-se mais conscientes das relações entre as pessoas e os eventos do lugar.

Portanto, a prisão da mãe tem total influência no desenvolvimento da criança, e, quanto mais ela cresce, mais a criança começa a ter consciência do que acontece a sua volta e como acontecem os fatos, compreendendo, inclusive, a natureza punitiva da mãe, tornando o contexto prisional significado de punição e separação entre mãe e filhos (as) capaz de comprometer o desenvolvimento físico e emocional da criança (STELLA; SEQUEIRA, 2015).

Assim, a fim de exemplificar melhor como se dá o relacionamento das mães com seus filhos (as), foi construído um gráfico das visitas que estas recebem com frequência. O gráfico 06 exemplifica quais são as pessoas que visitam as mulheres na prisão. É preciso considerar que apenas é permitido no direito às visitas, pai, mãe, filhos (as), irmãos e irmãs. Não são aceitas visitas de outros familiares e pessoas consideradas amigas.

Gráfico 06 – Visitas frequentes das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.



Fonte: Elaborado pela autora, durante a realização do campo em 2018.

O gráfico 06 evidencia que os (as) filhos (as) visitam as mães na prisão. Não foi abordada a forma específica acontecem essas visitas, mas, esporadicamente. Mas que as mães que recebem as visitas explicaram que os (as) filhos (as) visitam uma (01) vez no mês. O local reservado para esses encontros é uma sala com

tamanho considerável, num formato de salão (Figura 06) onde são esparramados colchões, e, ali, ficam todas as crianças com suas mães e familiares que as acompanham. “É comovente o brilho no olhar das mulheres, quando elas veem a chegada dos filhos” (VARELA, 2017, p. 40).

Na figura 06, apresenta-se uma imagem do local de visitas da Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. A estrutura do salão retrata um espaço pouco confortável, apesar de estar à frente de outras penitenciárias, por ter um lugar próprio para receber a família. Este fator não anula a necessidade de o Estado investir na infraestrutura das penitenciárias, oferecendo maior dignidade às pessoas presas e às famílias destas.

Figura 06 – Sala de visitas na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, durante a pesquisa realizada em 2018/2019.

Todas (os) as (os) visitantes para as detentas são importantes e fundamentais para diminuir o sentimento de solidão delas. No entanto, o momento de estar com filhos e filhas é o mais esperado pelas mulheres que cumprem pena na penitenciária Regional de Rolim de Moura - RO. Elas ficam ansiosas com a chegada das crianças, ao mesmo tempo em que sentem tristeza em reencontrá-los (las) no ambiente prisional. Todas as detentas que são mães confessaram não querer que suas crianças tenham a mesma experiência que elas. É notável ver a preocupação

das mulheres encarceradas em relação à família, pois estas sofrem com o preconceito e a rejeição da sociedade pelo fato de serem condenadas.

Através dos dados colhidos e apresentados no gráfico 05 (p. 88), a visita da mãe, nos dias estabelecidos pela penitenciária, é a maior certeza das mulheres que cumprem pena. Uma vez por semana as reeducandas têm a alegria de compartilhar medos, fracassos, desavenças e projetos futuros com suas mães, sozinhas ou acompanhadas do pai, irmãos e irmãs. Não se trata de ser uma regra, mas estar presa pode favorecer o vínculo afetivo entre mãe e filha. Esse processo é fundamental para restabelecer a confiança familiar.

Durante a pesquisa, Gaby (23 anos) relatou sobre a pessoa mais importante e a qual nunca a abandonou na prisão, sua mãe, que foi morar na cidade por causa da menina. E o maior medo de Gaby (23 anos) era devido à greve que estava acontecendo na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. Quando foi entrevistada, Gaby (23 anos) receava que fosse impedida de ver a mãe nos dias de visita. Pode-se perceber que uma semana sem visita pode parecer uma eternidade para quem está na prisão, e isso pode gerar maior ansiedade e angústia nas mulheres encarceradas, como declarou Gaby (23 anos):

> Hoje, minha mãe veio pra cidade por causa de mim. Enquanto eu estiver aqui ela não vai embora. Minha mãe vem me visitar e tenho medo da greve[15] porque se não os policiais virão cuidar de nós e não sei se vão liberar as visitas. A cadeia ajudou a me aproximar da minha mãe (Gaby, 23 anos).

Outro ponto positivo, para a maioria das reeducandas que possuem o apoio da mãe, é a segurança em relação aos filhos (as). Elas sentem maior tranquilidade quando sabem que as crianças estarão bem sob os cuidados da avó. As mães das internas são as pessoas que mais visitam-nas, (37%), caracterizando uma das fontes principais de equilíbrio e reorganização dentro da penitenciária: "*Meu pai não vai muito com minha cara, mas minha mãe não me abandona por nada"* (PRI, 29 anos). Após chegarem à prisão, segundo as internas, essas visitas são fundamentais para enfrentarem os desafios do dia a dia na unidade prisional onde estão.

[15]Paralisação dos agentes penitenciários no período da pesquisa.

As visitas são divididas por ala feminina e masculina. Quando ocorre, por exemplo, de um familiar visitar filho e filha que estão presos, estes são retirados da cela juntos para receber o (a) visitante. Além das crianças e mães, as pessoas que têm o direito de visitar as mulheres presas são o pai, irmãos e irmãs e o esposo/companheiro. No caso desse último, são permitidas as visitas íntimas dentro da penitenciária e elas ocorrem em um dia próprio da semana.

No momento da pesquisa de campo, apenas 02 das 05 entrevistadas recebiam o cônjuge em dias de visitas íntimas. Apesar de ser um direito garantido em lei, as mulheres se beneficiam menos. Por um lado, é comum acontecer o abandono por parte dos companheiros. Quando suas mulheres são condenadas, a maioria dos relacionamentos acabam, o esposo não as procuram para oferecer ajuda e muito menos manter relações íntimas e de afeto.

Por outro lado, a ineficiência da própria justiça faz com que haja discriminação no direito às visitas íntimas. No caput do artigo 41, da Lei de Execução Penal, é assegurado ao preso o direito à visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias estabelecidos. No entanto, não diferencia entre visita simples ou visita íntima – esta última é entendida como a visita privada em que relações sexuais são permitidas. Neste caso, é necessário que se faça uma interpretação extensiva de que, também, se trata de direito tanto do preso quanto da presa. Porém, a omissão, na lei, sobre o termo específico “visita íntima” fez com que, em muitos estabelecimentos prisionais, em especial nos femininos, a visita íntima ainda seja considerada uma regalia, e não um direito (FICKERT, 2016).

As visitas, de modo geral, amenizam a solidão dentro das penitenciárias. O sentimento de abandono é o maior existente por trás das grades. Basta adentrar numa unidade prisional para se ter essa noção. Beatriz (34 anos) explicou, em um dos momentos de sua entrevista, sobre a importância do vínculo familiar. O que ela não dava muita importância, hoje, condenada, reconhece como as visitas alimentam sua esperança de sair da prisão para uma vida melhor. Em seu depoimento, ela reafirma que a base familiar foi essencial para ajudá-la manter o equilíbrio emocional.

> Recebo visitas da minha mãe, minha filha e meu filho, meu paidrasto [16] conseguiu entrar 3 vezes, meu marido vem também. Eu sou a única que tenho casamento que meu marido está fora da cadeia e vem me visitar.

[16]Forma de manifestar a admiração pelo padrasto.

> Agora tios, amigos, não entram pra visitar. As visitas enquanto família é tudo aqui dentro, depois que cai aqui, depois de uns 3 (três) ou 4 (quatro) meses que cair na real, o que tinha acontecido comigo e fui entender o que estava acontecendo, e com minha linha de raciocínio e a inteligência que tenho, se não fosse minha família, eu era uma criminosa, realmente estava no nível máster. Hoje, ensino muito as meninas, e elas são da vida do crime, elas não têm uma linha de raciocínio, se eu não tivesse minha família, minha base, um apoio. A maioria das presas não tem essa base, não tem esse apoio (Beatriz, 34 anos).

O vínculo familiar é muito relatado pelas mulheres reeducandas. De acordo com as participantes da pesquisa, assim como nos suportes bibliográficos, esse apoio é fundamental. Porém, algumas tentam se conformar com as pessoas da família que não conhecem ou que já morreram. Docinho (25 anos) está na penitenciária há 03 anos. Ela conta que cresceu em família adotiva, sempre morou no município de Vilhena – RO, e reencontrou com sua mãe biológica depois de ficar jovem e ter seu filho. Nesse reencontro, sua mãe lhe ajudou a cuidar do menino, mas, após sua prisão em Rolim de Moura – RO, sua mãe faleceu. No período da entrevista, fazia 01 (um) ano da morte de sua mãe biológica e, segundo a menina, era a única pessoa, que poderia visitá-la, já que, após o filho ficar com a tia paterna, Docinho (25 anos) não tinha previsão de quando o garoto lhe traria essa alegria.

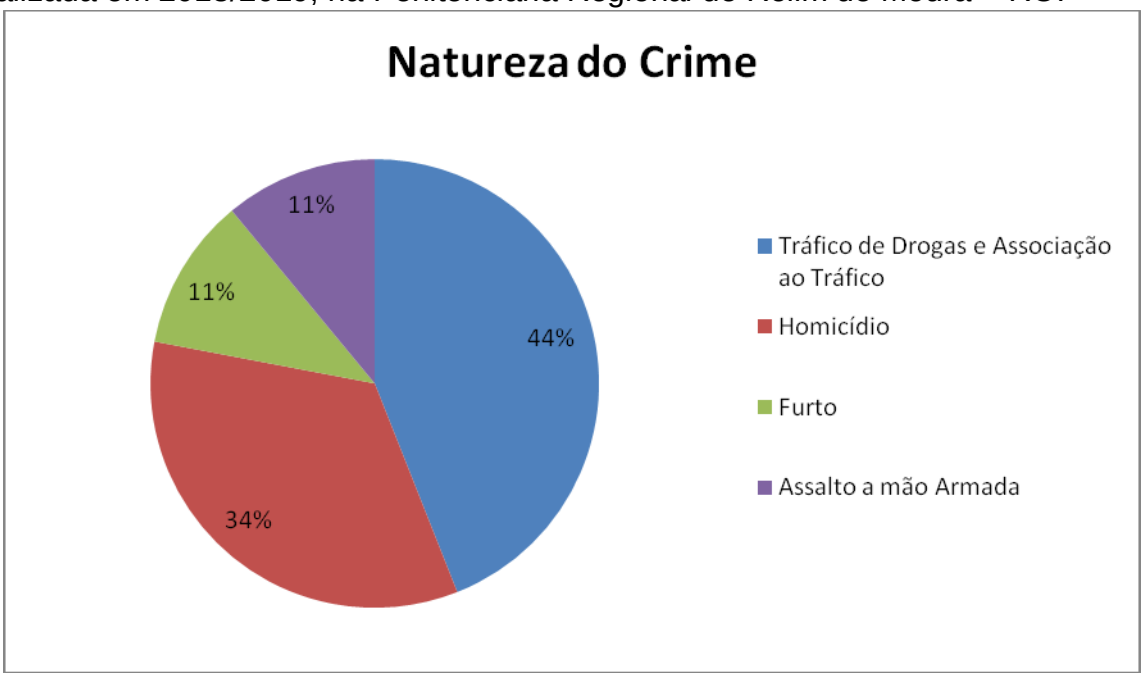
> Minha mãe de sangue[17] foi embora eu tinha 07 (sete) anos. Minha mãe adotiva cuidou de mim. Não tive carinho, comportamentos como levar pra escola, passeios, diversões não existiriam na minha vida. Apanhei muito. Beijos, abraços, carinho, conversa, nada disso tive, faltou muito. Com 18 anos de idade, fui atrás da minha mãe biológica. Ela veio embora pra perto de mim e criou meu filho comigo. Porém, ela faleceu no ano de 2017. Hoje, minha família adotiva não me visita, porque, além de morar longe, não tem nada no papel, eles não estão no meu rol de visitas (Docinho, 25 anos).

No que diz respeito às visitas, Gonçalves, Coelho e Vilas Boas (2017) escreveram os vários motivos que dificultam as visitas de alguns familiares. Uma das realidades é justamente as mulheres terem família em lugares distantes de onde estão presas. Outro fator - a revista dos visitantes – que, para muitas pessoas, é um momento vexatório. Por isso, a resistência de algumas visitas. De acordo com as autoras, os laços afetivos e familiares são essenciais para a recuperação das detentas, sendo importante intervenções psicossociais com as famílias a fim de contribuir para a reinserção da prisioneira na sociedade.

[17]Mãe biológica.

Sendo assim, o rol de visitas de cada interna é imprescindível para manter o equilíbrio e auxiliar as mulheres na organização dentro da penitenciária. No entanto, o espaço prisional e as visitas não são suficientes para diminuir a ansiedade e tristeza das mulheres privadas de liberdade. O próprio local da prisão é formado por um ambiente de opressão, desconfiança e temor. Após a entrada na penitenciária, as reeducandas levam de 3 a 4 meses para tomarem a consciência da mudança de vida. A maioria é condenada por tráfico e homicídio, conforme indicado no gráfico 07. Elas comprometem parte ou até mesmo todos seus projetos futuros, enquanto estão presas.

Gráfico 07 – Natureza do crime das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.

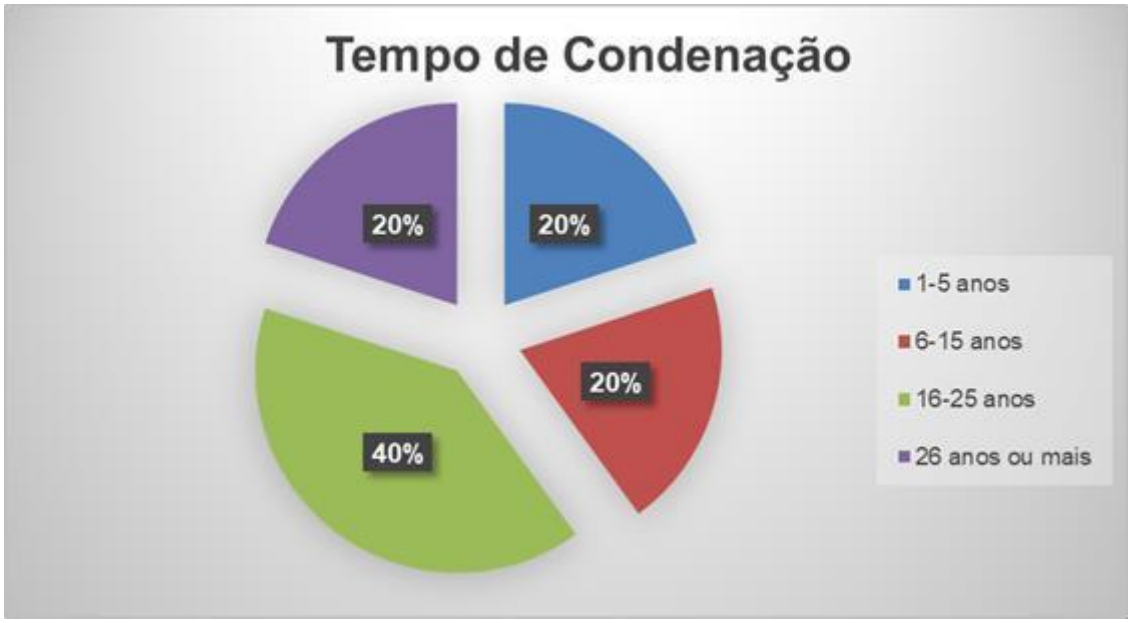


Fonte: Elaborado pela autora, durante a realização do campo em 2018.

Conforme o gráfico 07**,** os dados relacionados ao tráfico de drogas e associação ao tráfico são os mais recorrentes (44%).

Em seguida, o gráfico 08 foi criado para mostrar o tempo de condenação das internas na unidade prisional de Rolim de Moura – RO.

Gráfico 08 – Tempo de condenação das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.



Fonte: Elaborado pela autora, durante a realização do campo em 2018.

O gráfico 08 expõe que a maioria das mulheres foram condenadas entre 16 a 25 anos de prisão. Todas que participaram da entrevista já tinham sido julgadas.

Os gráficos 07 e 08 foram construídos para melhor compreensão da realidade socioeconômica onde as reeducandas estão inseridas. Através das informações colhidas, foi possível verificar que maioria das detentas teve condenações envolvidas com tráfico de drogas, devendo cumprir 05 anos ou mais em regime fechado. Essa é uma realidade que desperta outro fator relacionado à condenação das mulheres: pesquisas mostram que a maioria do gênero feminino entra no mundo do tráfico pela dificuldade financeira e influência do companheiro (VARELLA, 2017).

As mulheres, a partir de sua condenação, vão sofrer maiores retaliações diante da família e da sociedade. Por outro lado, não é apenas o simples fato de o Brasil ter a maior parte da população na linha da pobreza que deveria justificar a violência existente, porém alguns fatores também dentro da pobreza são fundamentais: infância negligenciada, falta de limites aos adolescentes e a convivência com responsáveis na marginalidade (VARELLA, 2017).

A condição vulnerável física ou emocional da mulher é fator dominante para envolvimento no crime. O desemprego, a falta de oportunidades para os mais

jovens, desagregação familiar e as tantas crises econômicas enfrentadas pelo Brasil vão apenas aumentar o crescimento populacional nas penitenciárias. O Estado é impotente para aplicar políticas públicas de qualidade e impor autoridade em prisões superlotadas, ficando sujeito às facções criminosas como forma de organização no espaço carcerário (VARELA, 2017). O abandono afetivo, vindo da perda da convivência com maridos/companheiros/namorados, familiares, amigos e filhos, dificulta a relação entre as presas, intensificando o sentimento de solidão (FLORES; SMEH, 2018).

A violência existente nas comunidades da periferia acentua as desigualdades de gênero, atingindo todas as mulheres brasileiras, principalmente as mais pobres e negras. O preconceito sexual comprova que o bandido pode ser considerado mau-caráter, desalmado, perverso, mas não lhe é questionado a vida sexual. Já a mulher, além de receber os mesmos rótulos, é vista como libertina ou vagabunda (VARELA, 2017).

No sistema prisional, as detentas, além de se adequar às regras da penitenciária e à nova condição de vida, demoram algum tempo para ter um relacionamento aceitável com as demais internas. Isso não está necessariamente atrelado ao seu comportamento, mas si às relações estabelecidas dentro do cárcere. Pode-se, assim, considerar tais premissas a partir dos relatos de Beatriz e Pri, bem como entender que, na privação da liberdade, os mundos são compartilhados de maneiras distintas.

> No meu primeiro ano que vim pra cá, foi um inferno. Elas (as demais presas) implicavam comigo até na maneira como eu sentava (Beatriz, 34 anos).
>
> Hoje, tá muito melhor do que quando cheguei. Porque, assim que cheguei, várias pessoas tentaram me colocar no crime. Mas quando não aceitei, fui, inclusive, agredida por uma presa, por causa de outra, mas, hoje, não acontece mais (Pri, 29 anos).

O relacionamento entre as detentas, além de ser um grande desafio, o motivo porque as mulheres foram presas também interfere nas relações entre as grades. Neste sentido, a prisão mostrou-se, até aqui, uma reprodutora dos mais diversos tipos de violência: referente à mulher, a discriminação e a rejeição são acrescentadas ao seu histórico atrás das grades.

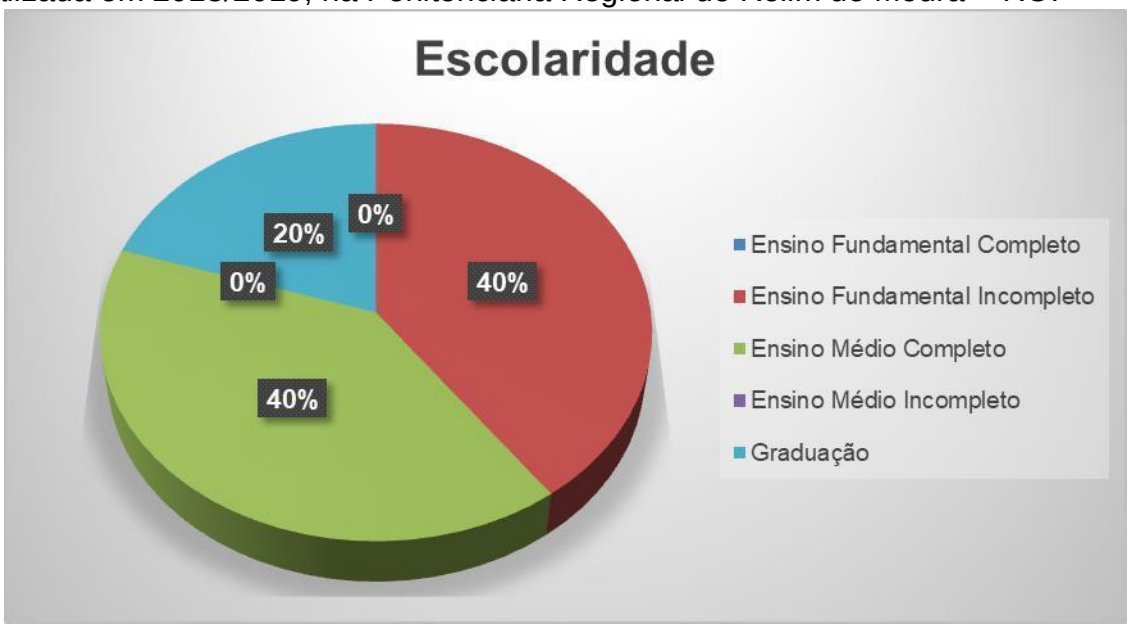
Os programas de ressocialização e sua aplicabilidade na Unidade Prisional de Rolim de Moura – RO

Neste tópico, o assunto a ser abordado solicita retomar o segundo objetivo específico desta dissertação: verificar os programas de ressocialização existentes e sua aplicabilidade na unidade prisional.

O espaço da prisão foi construído com a intenção de corrigir os comportamentos errados das pessoas privadas de liberdade e prepará-las para voltar à sociedade. Todavia, essa prática, garantida por lei, fica apenas no papel. Afinal, a maioria dos presos/as reincide em práticas conflituosas e voltam para a prisão, geralmente com a mesma condenação, algumas vezes, apenas ampliada. Diz o senso comum que "todo preso sai pior da cadeia", ou que "na prisão ampliam o conhecimento para o mundo do crime". De fato, vários estudos apontam que a prisão, em nenhum momento, foi e é um espaço de ressocialização.

O gráfico 09 apresenta a escolaridade das mulheres detentas. Em alguns casos, elas chegam à prisão sem concluir o ensino fundamental e uma minoria possui o ensino superior. Durante o período da detenção, alguns projetos são trabalhados, a fim de que aconteça uma ressocialização.

Gráfico 09 – Escolaridade das mulheres internas – de acordo com a pesquisa realizada em 2018/2019, na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.



Fonte: Elaborado pela autora, durante a realização do campo em 2018.

Na Penitenciária Regional de Rolim de Moura, existem alguns projetos com o objetivo ressocializador. A educação carcerária e Projeto “Kaspar, Grande Tesouro [18] ” são ativos na unidade prisional; outros como: Projeto Musical “Som Maior [19] ”, “Vida Nova [20] ” estão desativados. São projetos importantes para reintegração das mulheres na sociedade, porém as abordagens desses projetos são feitas com uma visão voltada apenas para a remissão de penas. É imprescindível que estes e outros projetos sejam incentivados no âmbito prisional, levando os indivíduos à reflexão sobre o sentido da prisão e as possibilidades de encarar o espaço fora da prisão. O incentivo institucional também é uma peça fundamental, para que a reintegração, de fato, aconteça.

A ação desenvolvida com frequência é o Ensino Carcerário, em parceria com uma escola do órgão governamental SEDUC (Secretaria do Estado da Educação) *“terminei o ensino fundamental aqui dentro”* (Gaby, 23 anos). Muitas mulheres continuam os estudos dentro da prisão e, na maioria das vezes, a maior motivação para esta prática é a remissão de pena, conforme prevê na lei 12.433/11, onde estabelece no art. 126: “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena” (BRASIL, 2011).

> § 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:
> I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;
> II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.
> § 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados (BRASIL, 2011).

Durante o período da pesquisa, foi possível verificar que a principal prática ressocializadora consiste na Educação Carcerária, através da escola CEEJA, Jorge Teixeira de Rolim de Moura – RO, através do sistema de ensino Modular e Seriado, ao qual as mulheres tem acesso. O espaço para a prática do ensino é uma

[18]Projeto criado pelo Tribunal de Justiça da Comarca de Rolim de Moura, incentiva as pessoas privadas de liberdade remissão de pena pela leitura e interpretação de livros.
[19] Projeto articulado por uma denominação Evangélica (denominada Cristã) tinha como objetivo promover a ressocialização por meio da música. No momento, está desativado.
[20]Projeto formulado pelo Tribunal de Justiça da Comarca de Santa Luzia D’ Oeste – RO, objetivo era favorecer a ressocialização pela leitura e interpretação de livros. No momento, está desativado.

construção própria à Educação Carcerária, com 01 sala grande dividida em duas turmas de aula, 01 sala para cozinha, 01 para organização dos materiais dos professores e 01 sala para a biblioteca, além de 01 banheiro.

Os responsáveis pelo CEEJA mantêm a organização e a estrutura da escola com os mais perfeitos cuidados. É um lugar aconchegante e confortável. Todas as salas possuem climatização e o relacionamento de professores e alunos (as) é pautado no respeito. A limpeza da escola e organização dos documentos é auxiliada por detentas, escolhidas pelas professoras responsáveis pela escola.

As docentes responsáveis pela educação, na penitenciária, são formadas em Pedagogia e auxiliam os demais professores de áreas específicas na organização de materiais e distribuição das aulas por disciplinas; os docentes de áreas afins possuem um círculo rotativo na instituição, pois trabalham com horas aulas, no entanto, também dão aula em outras escolas do município.

A Educação Carcerária existente na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO é positiva aos olhos da pesquisadora, pois, durante a pesquisa, foi possível verificar o acolhimento aos diversos estudantes que, diariamente, tinham aulas. É um local acolhedor, visto que são condições dignas para se estar. Porém, apenas a Educação dentro do penitenciária não é suficiente, a fim de promover a ressocialização dos presos (as).

A escola, no sistema penitenciário, possui um desafio: promover a autonomia do sujeito e, de acordo com o autor Santos (2011), essa emancipação exige a elevação do indivíduo à maioridade, torna-o um ser pensante. A escola contribui para a autorreflexão da formação, todavia essa função e todo esforço dos educadores possuem suas contradições sociais: a realidade fora dos conteúdos pedagógicos, como falta de professores com formações específicas, distância da família com os assuntos educacionais, pouco espaço para garantir educação a todos os detentos (as). “Aqui se abandona a posição ingênua daqueles que acreditam poder alterar as estruturas sociais pela ação exclusiva da escola” (SANTOS, 2011, p. 155/156).

Ao entrar no sistema prisional, as pessoas privadas de liberdade deveriam apreender para sua readaptação à sociedade e não tem sido esse o objetivo final da prisão. O espaço prisional restringe as reeducandas (os) apenas a se adaptarem às normas dos estabelecimentos prisionais e a educação como fim apenas à adaptação

do indivíduo a condição que ele vive não favorece um pensamento crítico e voltado para a autonomia do sujeito, cumprindo apenas o básico em relação ao ensino, mascarando as políticas públicas.

Outro ponto que dificulta a ressocialização das pessoas privadas de liberdade são problemas relacionados ao Direito Penal, pelas condições desumanas, falta de aprendizado, inexistência de um processo gradual de reinserção, contribuindo, ainda, para que a maioria das presas (os) ou saiam com problemas psicológicos da prisão ou revoltadas (os), a fim de retribuir à sociedade os anos de sofrimento.

Entre outras características negativas, a ressocialização nas penitenciárias destaca a seletividade nos processos, pois aqueles com menores condições financeiras não podem arcar com honorários advocatícios, contribuindo para a lentidão nos processos judiciais. O estigma que as presas (os) vão sofrer por cada olhar da sociedade, as marcas por terem sido condenadas (os) (HIRECHE, 2000). *"A falta de apoio quando saímos daqui, acredito que faz com que voltamos para o mundo do crime ou das drogas"* (Pri, 29 anos). O mesmo expressa Gaby (23 anos) sobre sua indignação com as falhas do sistema.

> No meu júri, falavam muito do rapaz que eu tava junto, o que cometeu o crime, a mulher dele acabou comigo no júri, contou muita mentira pra juíza. Fiquei um ano conversando com um advogado do Estado, mas quando cheguei lá na hora do júri era outro advogado, o que conhecia meu caso e meus relatos havia saído ou nem sei o que aconteceu, fiquei calada o tempo todo não sabia nem o que pensar, meus tios que poderiam ajudar minha mãe contratando um advogado particular nunca se importaram e ainda diziam que eu era uma vagabunda e que deveria apodrecer na cadeia. Peguei a pena máxima, 36 anos de condenação, fui vista como uma bandidona [21] , meu júri durou a noite toda, fui a júri popular, tinha 18 anos na época. Após meu júri que durou um dia e uma noite toda, retornei pra cadeia 6h da manhã com a cabeça a mil, doendo, mas estava calma, a agente olhou pra mim e disse: isso é hora de chegar, ela ficou nervosa porque acordou ela. Esse fim aqui desanima, mas Deus é mais (Gaby, 23 anos).

A grosseria com que detentas são tratadas, como expôs Gaby, em sua fala acima, evidencia a triste realidade, bem como confirma o que dizem as leituras bibliográficas, ficando evidente na fala de Beatriz: "Aqui dentro, não sai ninguém melhor daqui. O sistema é o maior responsável. Para começar, tinham que tirar

[21] Indivíduo que pratica atividades criminosas de alto escalão.

todos os agentes e colocar pessoas que compreendem o ser humano" (Beatriz, 34 anos).

A violência institucional faz parte do espaço prisional. Trindade (2003) criou o termo cifra negra[22] para explicar a violência institucional e a demora nos processos criminais: "o processo de criminalização é, em todas as suas fases, criador de cifras negras" (TRINDADE, 2003, p. 22). O código penal é desigual no tratamento as pessoas privadas de liberdade, tornando o sistema carcerário seletivo, conforme classe social, gênero e raça, fator que dificulta cumprir suas reais funções: ressocialização e reinserção da (o) apenada (o).

Nesse contexto, para se falar de inclusão das (os) encarceradas (os), é necessário pensar sobre a política educacional da sociedade. É fato que uma boa parcela da população carcerária vem de classes marginalizadas e não concluíram o ensino básico. Fica inútil defender uma política de reeducação, na prisão, de pessoas que nunca tiveram acesso a uma educação de qualidade. Para tanto, é imprescindível uma reeducação da própria sociedade, preliminar à reeducação da (o) prisioneira (o) (TRINDADE, 2003).

A declaração de Grazi (37 anos) evidencia essa situação, pois ela declara que está pronta para viver livre na sociedade e com desejo de colocar em prática o que sabe fazer. Porém, sabe que existem muitos julgamentos negativos das pessoas e que o desafio da reinserção é intenso.

> Quando sair, quero aperfeiçoar os cursos que tenho. Quero trabalhar e criar meus filhos. Não acredito que consigo me ressocializar, porque a sociedade sempre vai me ver como presa. "Você tá pronta pra encarar a sociedade?" Eu sim, a justiça que não acha assim. Penso que estou pronta e não me importo para o que pensam porque eu faço minha vida, eles não sabem de nada (Grazi, 37 anos).

A ressocialização e a reintegração da população carcerária são o maior desafio para as políticas públicas. A ineficiência do sistema Penitenciário e demais setores jurídicos contradizem o que garantem as leis brasileiras. É necessário discutir o assunto, lembrando que as pessoas privadas de liberdade são detentoras de sentimentos e emoções. A maioria, antes de entrar na prisão, era vítima de uma

[22] Tema criado pelo autor Trindade (2003) relatada em seu livro (A Ressocialização... Uma (Dis)função da Pena de Prisão). Cifra Negra refere-se à violência institucional nos presídios e à lentidão na resolução dos processos criminais.

sociedade marginalizada, cheia de preconceitos e excluída do contexto social, sem oportunidades básicas de sobrevivência.

A Organização espacial das mulheres privadas de liberdade através dos mapas mentais

Neste tópico, serão apresentadas as discussões dos resultados através dos mapas mentais e responde ao terceiro objetivo incluído na proposta de pesquisa: c) investigar a organização espacial das mulheres privadas de liberdade. Inclui, também, a maneira como as mulheres percebem o espaço carcerário, quais as características desse espaço num contexto geográfico englobando aspectos sociais, as mudanças ocorridas após a prisão, utilizando categorias geográficas de espaço, lugar e corpo. **Neste** último, será analisada a forma como o corpo se movimenta e articula dentro do espaço e lugar geográfico.

Os mapas mentais serão discutidos em 04 (quatro) períodos da experiência das mulheres pesquisadas: infância; vida antes do cárcere; quem eu sou? E, por último, o espaço prisional. Achou-se viável percorrer esses momentos da vida das mulheres, para melhor entendimento de como essas mulheres se reorganizam dentro do espaço geográfico da prisão.

A descrição do lugar, por meio dos mapas mentais, exige do indivíduo a exposição dos sentimentos a respeito desse lugar. Os mapas mentais são, exatamente, utilizados para representar a experiência da pessoa no lugar em que vive, a fim de compreender o lugar em que vivem. A partir dos mapas mentais, é possível conhecer os valores desenvolvidos que as mulheres, na prisão, têm do lugar por meio das imagens construídas no lugar em que estão (ARCHELA; GRATÂO.; TROSTDORF, 2004). Geograficamente, o espaço é constituído por diferentes lugares. No cárcere, as mulheres podem manter relações tanto afetivas quanto de sobrevivência.

A vida antes do cárcere

O momento de retratar a infância permitiu compreender os vínculos afetivos das mulheres pesquisadas e corroborar as informações com os gráficos realizados

sobre o contexto socioeconômico, já abordado acima. A infância é uma fase decisiva na vida de uma criança, em seu processo físico, emocional e de personalidade; os vínculos afetivos, durante a infância, também são necessários. Por isso, a compreensão desde o início da vida das internas possibilitou o desfecho de como elas se reorganizam no espaço geográfico da prisão.

Figura 07 – Mapa Mental 1 “Minha Infância” Beatriz, 34 anos.

Fonte: Mapa mental elaborado pela entrevistada, durante a realização do campo em 2018.

Beatriz, 34 anos, considerou, em seu desenho, os brinquedos durante a infância. Por meio do mapa mental, é possível analisar que: os brinquedos estão numa posição aleatória e sem uma organização coerente; 02 (duas) das 03 (três) personagens, na figura, mostram-se tristes; uma delas está fazendo atividades domésticas. Essas personagens tristes referem-se à distância da mãe com a filha, pois, em seu relato abaixo, Beatriz deixa claro que a mãe trabalhava muito e faltou sua presença em determinados momentos da vida da menina.

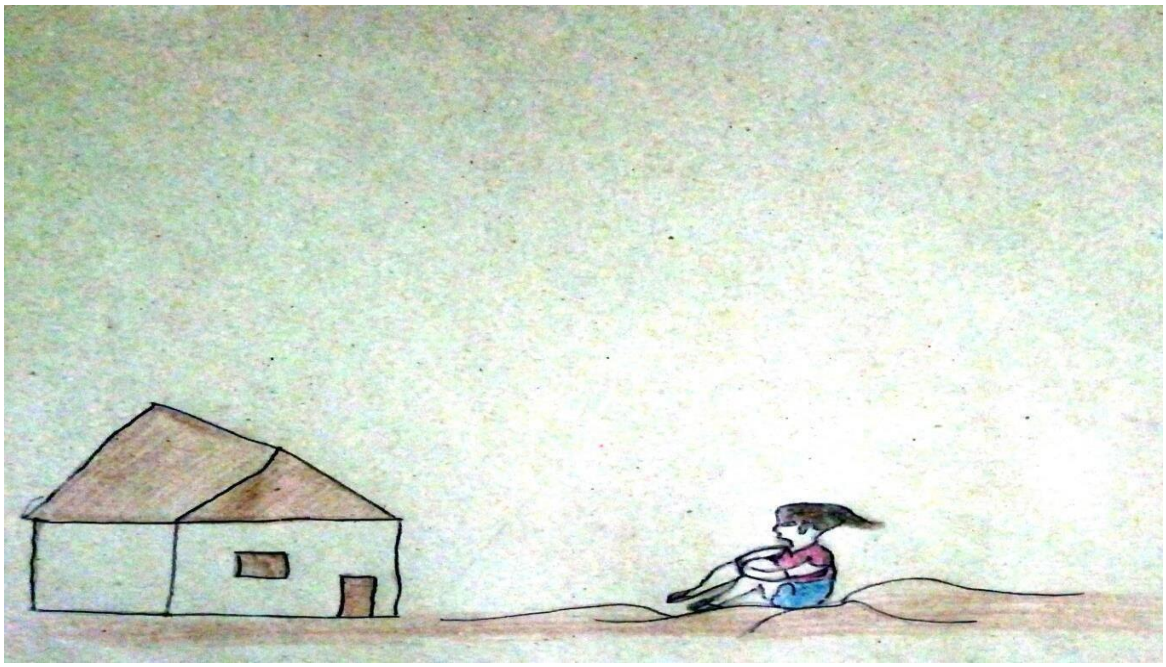
> Fui criada com minha mãe e meu padastro. Tive uma excelente educação, comportamentos comuns em minha criação foram: levar a

> escola/passeio/diversão, beijos/abraços/carinho, diálogo. Trabalhava desde criança, ajudava minha mãe e meu padrasto, sempre tive as coisas, mas era muito trabalhado também. Fui corrigida, minha mãe sempre trabalhou muito, então ela foi muito ausente em minha vida com atenção, meu pai também era presente, vinha me visitar nas férias, mandava pensão, tenho um irmão que hoje estamos nos aproximando melhor, mesmo os filhos do meu pai com minha madrasta hoje temos convivência. Meu pai foi assassinado (Beatriz, 34 anos).

Através da entrevista de Beatriz (34 anos), observou-se que as atividades domésticas relatadas eram exercidas pela mãe durante sua infância, relatando a ausência de atenção da genitora por causa do acúmulo de trabalhos.

Grazi (37 anos) está há 05 (cinco) anos cumprindo pena na penitenciária regional de Rolim de Moura – RO. Abaixo, ela retratou, sobre a infância, um mapa mental com apenas duas imagens. O que mais chamou a atenção foi o vazio na figura. Enquanto algumas têm motivos para colorir, expor lugares que viveram, com maior intensidade, os momentos de criança, Grazi (37 anos) representa dois objetos a fim de explicar todos seus dias como criança.

Figura 08 – Mapa mental 2 “Minha infância”, Grazi, 37 anos.



Fonte: Mapa mental elaborado pela entrevistada, durante a realização do campo em 2018.

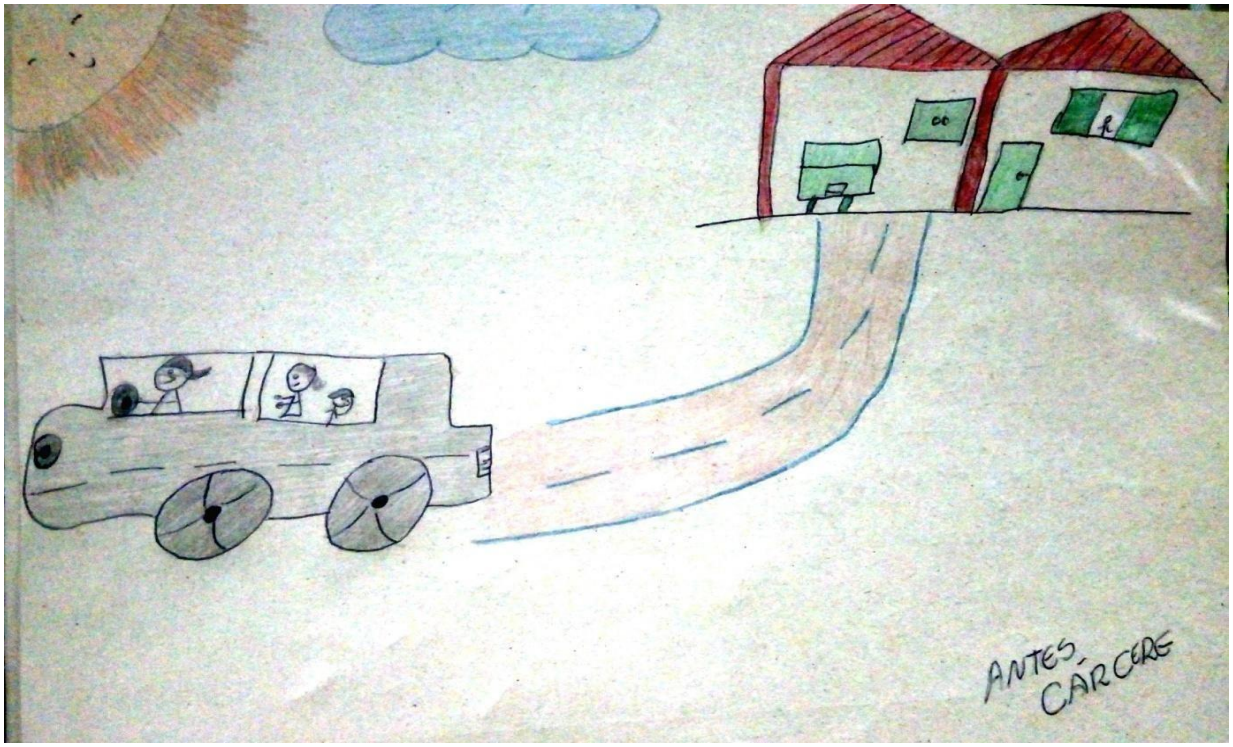
Uma infância alicerçada na solidão, violências e o desejo de Grazi (37 anos) estar longe de casa. Durante os encontros, Grazi era calada e, ao mesmo tempo, falava muito. Pronunciava-se apenas quando precisava dizer o que não lhe

agradava dentro da prisão: “aqui o que me chama mais a atenção são coisas ruins, porque de bom, não tem nada aqui de bom” (Grazi, 37 anos). Os diversos tipos de violência sofridos pela menina, por parte do companheiro, agentes e policiais, de acordo com ela, foi apenas uma continuidade dos maus tratos na infância.

A representação do espaço, no período da infância, revela situações alegres e tristes. Dardel (2011) submete-nos a um entendimento sobre o espaço construído, o qual deixa traços, tornando-se o conjunto da história onde as representações humanas dão aspectos aos indivíduos, retratam seus valores, conduzem à interpretação e ao diálogo.

O objetivo de trabalhar com as reeducandas e solicitar o mapa mental sobre a vida antes do cárcere foi de manter uma continuidade no processo de desenvolvimento pessoal e profissional dessas mulheres diante da sociedade. A figura abaixo, retratada por Beatriz (34 anos), mostra, aparentemente, uma vida confortável financeiramente e uma relação afetiva com os (as) filhos (as).

Figura 09 – Mapa mental 3 “Vida antes do cárcere”, Beatriz, 34 anos.



Fonte: Mapa mental elaborado pela entrevistada, durante a realização do campo em 2018.

Através da entrevista com a reeducanda, é possível observar que, na figura mostra uma pessoa distante da realidade, a posição do veículo enfatiza despedida.

Ou seja, Beatriz mantinha um relacionamento de aparências em troca de conforto financeiro e *status* social. Entretanto, nem o retorno financeiro, tampouco o *status* social fazia de Beatriz uma pessoa feliz. Ao contrário, em nome disto, submetia-se a humilhações e agressões, como é possível evidenciar através de seu relato.

> Sofri violência doméstica do meu ex-marido. Me ofendia, xingava, diminuía, me humilhava; controlava o que eu fazia/com quem eu falava e onde eu ia; meu marido queria que eu fizesse coisas diferentes em relação ao sexo, meu marido tinha fetiche de trocas de relacionamento, onde tem várias regras, conheci casas de swing, conheci muitos casais, na maioria não tive relacionamento, mas são casais que não são felizes, eu estava adoecendo, entrando em depressão por causa disso, mudei meu relacionamento. Se eu quisesse ter paz, ter as coisas para meu filho, tinha que aceitar isso, se falasse não, minha vida virava um inferno (Beatriz, 34 anos).

É comum relacionar, através dos mapas mentais da “Infância” e da “Vida antes do Cárcere”, a violência. Violência das mais variadas: física, psicológica, verbal e não verbal e abandono. Por isso, fez-se necessária a construção do mapa mental sobre “Quem eu sou?” O período em que as mulheres estão na penitenciária não é simplesmente para planejarem outros crimes, como é exposto pela maioria da sociedade. O espaço prisional é vivenciado de muitas reflexões, experiências tristes e, ao mesmo tempo, capazes de proporcionar motivações para as reeducandas buscarem novas maneiras de enfrentar os desafios do dia a dia.

Quem eu Sou? Processo de Identificação das reeducandas

Os mapas mentais “Quem eu sou?” têm a finalidade de expor a aceitação e o processo de identificação das mulheres encarceradas: como elas se veem, enquanto mulher. As internas, quando acessam o sistema prisional, carregam consigo três identidades, ao mesmo tempo, levando junto a tristeza de não organizar a vida dos filhos, com quem iam ficar, conversar com eles a respeito da prisão. Sendo assim, a mulher, antes do cárcere, na maioria das vezes, é mãe e a principal responsável por manter a família; a segunda identidade é a mulher presa, que começa a ser excluída da sociedade e é vista como vergonha da família; e, a terceira identidade é a mulher que sonha após a prisão.

Em todas as entrevistas posteriores aos mapas mentais, as mulheres falaram da esperança, projetos de vida que sempre são planejados com a família, principalmente os (as) filhos (as).

Figura 10 – Mapa mental 4 “Quem eu sou?”, Grazi, 37 anos.

Fonte: Mapa mental elaborado pela entrevistada, durante a realização do campo em 2018.

Através desse mapa mental, é possível verificar que Grazi (37 anos) se enxerga como mãe e responsável pela família. Retrata sua casa como parte importante do seu desenvolvimento pessoal. No entanto, essa imagem é representada pelas dificuldades de equilíbrio e estabilidade financeira para o sustento da família, a não construção do chão em que estão. Através da entrevista, foi possível chegar a essa análise: *“os motivos mais fortes que me levaram à prisão foi a dificuldade financeira, as más companhias, maus tratos do companheiro e maus tratos na infância e adolescência”* (Grazi, 37 anos).

Gaby (23 anos) é a mais nova das mulheres entrevistadas. Em sua representação, ela destacou sua casa no sítio: *"vou desenhar minha casinha, meu lugar no sítio"* (GABY, 23 anos). Lugar que lhe trazia segurança e, ao mesmo tempo, revolta por causa da violência verbal sofrida pelos familiares, principalmente tios: *"Mas a culpa de eu estar aqui é da minha família, eles são culpados, sempre me julgaram, falaram mal de mim, paguei pela língua deles"* (GABY, 23 anos).

Figura 11 – Mapa mental 5 "Quem eu sou?", Gaby, 23 anos.

Fonte: Mapa mental elaborado pela entrevistada, durante a realização do campo em 2018.

Este mapa mental é representado por várias paisagens naturais, representando lembranças do *habitat* [23] de Gaby (23 anos). Durante a infância,

[23]Lugar onde a entrevistada residia durante sua infância.

sempre morou na zona rural, sendo um importante aspecto no processo de formação de sua personalidade. É comum a maioria das pessoas representarem sua identidade pelos aspectos da infância, pois é nesse período que acontecem os principais aprendizados na vida do ser humano.

Todas as fases são importantes, mas a infância é o início do processo. Por isso, é fundamental para o desenvolvimento humano. Gaby (23 anos) constituiu seu desenho com representações humanas e animais, evidenciando indivíduos que ainda continuam sendo importantes para a formação do seu "eu[24]".

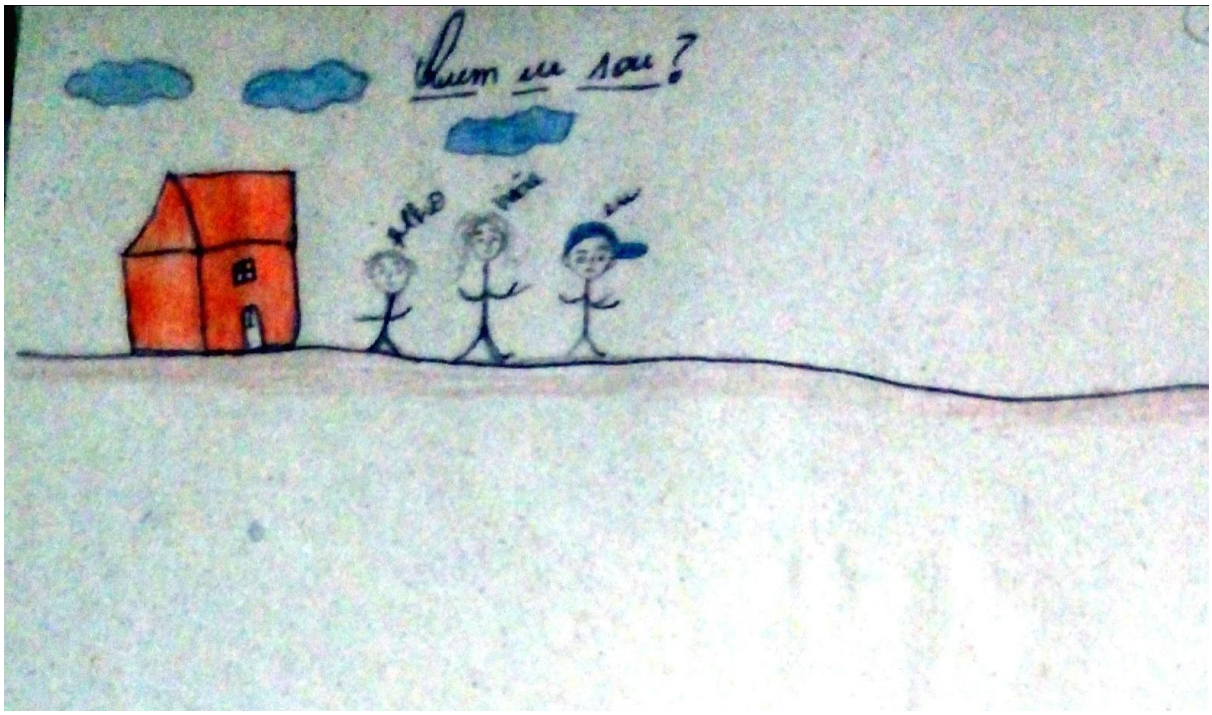
> Fui criada com meus pais (pai e mãe), depois eles se separaram, fiquei morando com minha mãe, ela me batia porque eu era muito atentada. Mas, tinha carinhos, beijos, atenção e diálogo. Minha criação foi muito boa, nunca moramos no que era nosso mesmo, mas era muito feliz. Meu pai foi embora de casa eu tinha 6 (seis) anos de idade, ele sempre nos visitava, mas foi assassinado. Não gosto de falar sobre meu pai, bateram muito nele e deixaram ele agonizando, foi muita crueldade. Disseram pra minha mãe que ele tinha se matado, mas era mentira, ele bebia muito e se envolveu numa confusão com uns mendigos na cidade de Pimenta Bueno – RO, então, bateram muito nele, até ele morrer. Era um pai presente, sempre foi um bom pai, nunca bateu na minha mãe, não era agressivo, fez mal pra ele mesmo, a última vez que vi ele, pediu pra mim estudar, não arrumar namorado, e olha só onde vim parar por causa de namorado (Gaby, 23 anos).

As noções de espaços representados acima denotam que cada indivíduo tem sua própria interpretação de espaço, conforme a realidade em que vive. A percepção de cada ser resulta nos mapas mentais, designando a realidade de cada uma das mulheres encarceradas. Essa percepção é singular de cada sujeito e, é a partir das suas necessidades que estruturam e organizam a realidade, dando significado às experiências vividas, sendo elas positivas ou negativas (OLIVEIRA, 2006).

A figura 11, construída por Docinho (25 anos), trata-se de um desenho sem muitos detalhes, poucas representações. Ela procurou enfatizar a figura do filho e sua mãe (já falecida) em um ambiente vazio e sem muitas descobertas.

[24]Diz respeito à contínua formação da personalidade humana.

Figura 12 – Mapa mental 6 “Quem eu sou?”, Docinho, 25 anos.



Fonte: Mapa mental elaborado pela entrevistada, durante a realização do campo em 2018.

Docinho (25 anos) já foi presa várias vezes. A mãe, representada na figura acima, no momento da pesquisa, havia falecido há 01 (um) ano. Ela era, segundo a interna, a única que tinha contato da família biológica. A mãe de Docinho (25 anos) cuidava do seu filho desde seu nascimento. Após a morte da avó, a criança foi para um abrigo e de lá passou a morar com a tia paterna. Com a morte da mãe, Docinho ficou muito triste. Atualmente, preocupa-se com a criança que nunca veio lhe visitar e representou seu desenho com traços de solidão e tristeza. A trajetória da interna é relatada no depoimento abaixo:

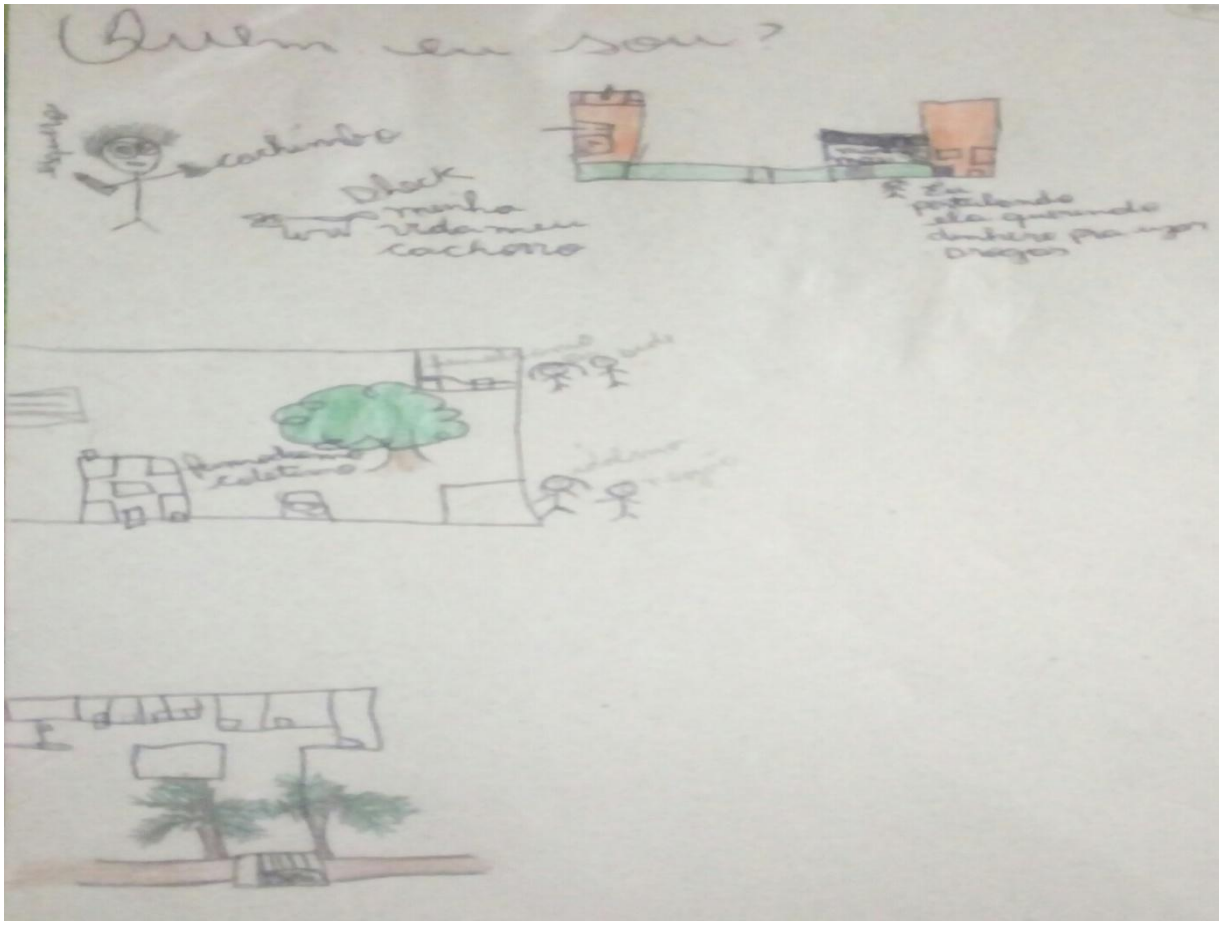
> Já fui presa outras vezes, condenada por posse de arma, formação de quadrilha, associação ao crime, estelionatário, falsificação ideológica, 155[25], 180[26]. Já estive presa em mais 06 (seis) cadeias diferentes. Dentro e fora do Estado de Rondônia. Antes de 18 anos de idade passei por várias delegacias, pelo juizado da infância e da adolescência, fui encaminhado para abrigos.

[25] Subtrair para si ou para outrem, coisa alheia, móvel: pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.
[26] Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: (Redação dada pela Lei nº 9.426/1996). Receptação qualificada (Redação dada pela Lei nº 9.426/1996).

Docinho (25 anos) é lésbica. Tinha, no momento da pesquisa, uma parceira e as duas moravam na mesma cela. O mapa mental, representado por ela, explica sua condição homossexual e enfatiza as lembranças com a mãe e o filho. O desenho de Docinho é vazio, sem muitos detalhes, com poucas gravuras e não muito colorido. Esta se vê como uma pessoa sem amparo e convive com a solidão de não ter os familiares por perto. A mãe biológica de Docinho (25 anos) faleceu em 2017, fazendo com que a relação familiar fosse desvinculada, aumentando o sentimento de solidão.

O mapa mental de Pri (29 anos) foi um dos que mais chamou a atenção, pois a menina retratou seu convívio fora da prisão e construiu um ambiente social com que se identifica.

Figura 13 – Mapa mental 7 “Quem eu sou?”, Pri, 29 anos.



Fonte: Mapa mental elaborado pela entrevistada, durante a realização do campo em 2018

Pri (29 anos) estava há 01 (um) ano na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. No início da pesquisa, condenada por roubo (155), era usuária de

crack. Ao explicar e pedir às mulheres o relato sobre “Quem eu sou?”, Pri (29 anos) expressou: “cachimbo e isqueiro assim era a minha vida antes de vir pra cá”, “eu tinha um mocó[27], *desenhar o mocó também?”*

Interessante que o mapa mental de Pri (29 anos) é feito com especificações do local onde permanecia com os amigos e companheiro, que foi morto para fazerem uso da droga, ela inclusive destaca em seu desenho como “fumódromo”[28] o nome deste local. Pri (29 anos), por intermédio de seu desenho, vê-se como uma usuária de crack, sem expectativas ou projetos, mantendo seu desenho vazio, sem muitas imagens, destacando o cachimbo e isqueiro como seus principais meios de sobrevivência.

A realidade de Pri (29 anos) não é diferente de milhares de jovens, que, em algum momento, decidiram fazer uso do crack ou outra substância química. Com a ineficiência do Estado e sociedade, torna-se uma população excluída, sendo capazes de criar o próprio espaço geográfico, aumentando a classe de miseráveis no país. Através da representação dos mapas mentais “Quem eu sou?”, verificou-se a capacidade de as mulheres internas representarem o espaço carcerário, consistindo no conhecimento espacial que adquiriram durante o período na prisão, através da trajetória de cada mulher em seu cotidiano a partir de sua percepção (MERLEAU-PONTY, 1999).

Nessa visão, os mapas mentais são como informações dentro da mente, sendo processadas através do desenho. Os mapas não podem apenas serem vistos como simples desenhos, mas sim uma forma de comunicar, interpretar e imaginar o espaço vivenciado, sendo único na forma de representação de cada pessoa, pois é a partir das emoções que vão representar o lugar em que estão.

Características do espaço geográfico da prisão sob o entendimento das mulheres encarceradas

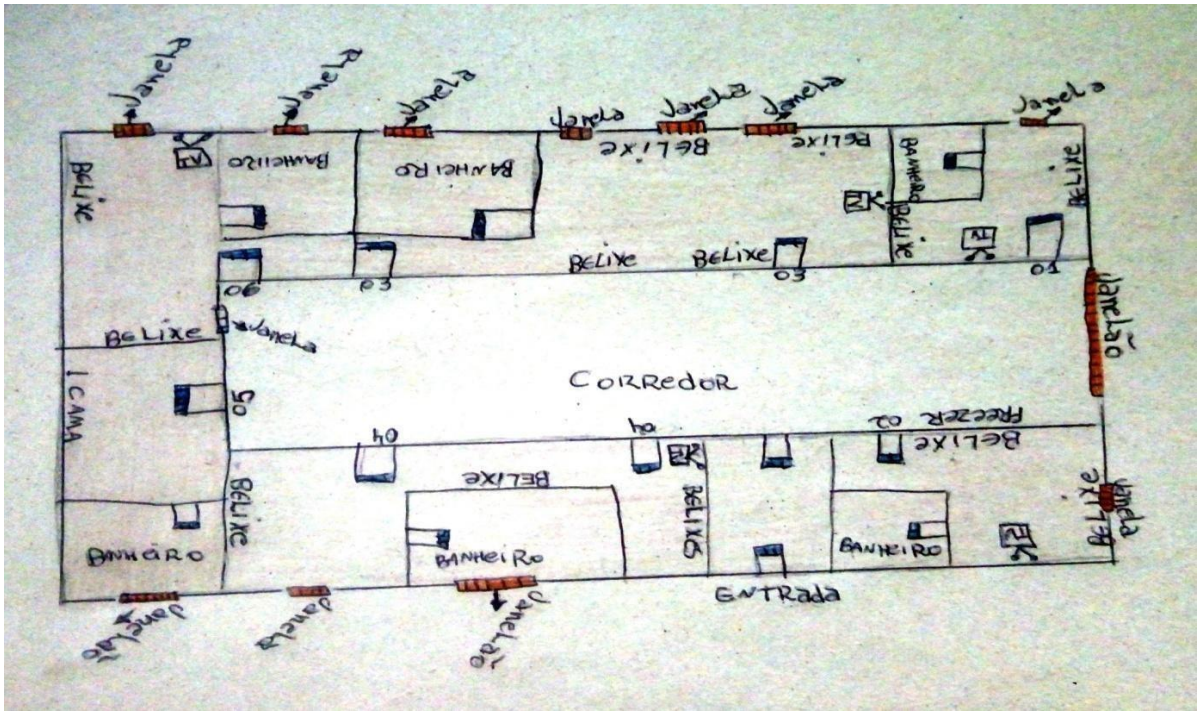
O processo seguinte foi o da construção do espaço carcerário por meio dos mapas mentais. Através da visão e percepção das mulheres, elas desenharam o espaço em que convivem umas em pouco, outras em maior tempo. Para discussão

[27]O termo “mocó” utilizado pela interna é a expressão utilizada como espécie de um quarto dentro de prédios geralmente imóveis ou casas velhas e abandonadas.
[28] Local utilizado pela reeducanda Pri (29 anos) e seus amigos para usarem drogas.

deste conteúdo, através do aporte metodológico mapas mentais, as mulheres, na prisão, tiveram a oportunidade de representar o espaço carcerário pela própria experiência que adquiriram do lugar vivido. “Mapas mentais como enunciados desenvolvidos por um grupo social que retrata uma visão de mundo” (KOZEL, 2018, p. 57).

O mapa mental representado por Docinho (25 anos) retrata uma interpretação quanto à especificação dos ícones, através de uma representação dos elementos da paisagem construída. Cada reprodução feita possibilitou a manifestação da realidade vivenciada das mulheres na prisão. Por meio dos desenhos, a geografia preocupou-se em investigar e interpretar o conhecimento que cada pessoa traz e que é adquirido na relação de vida com o lugar (KOZEL, 2018).

Figura 14 – Mapa mental 8 “Penitenciária/Ala Feminina” Docinho, 25 anos.



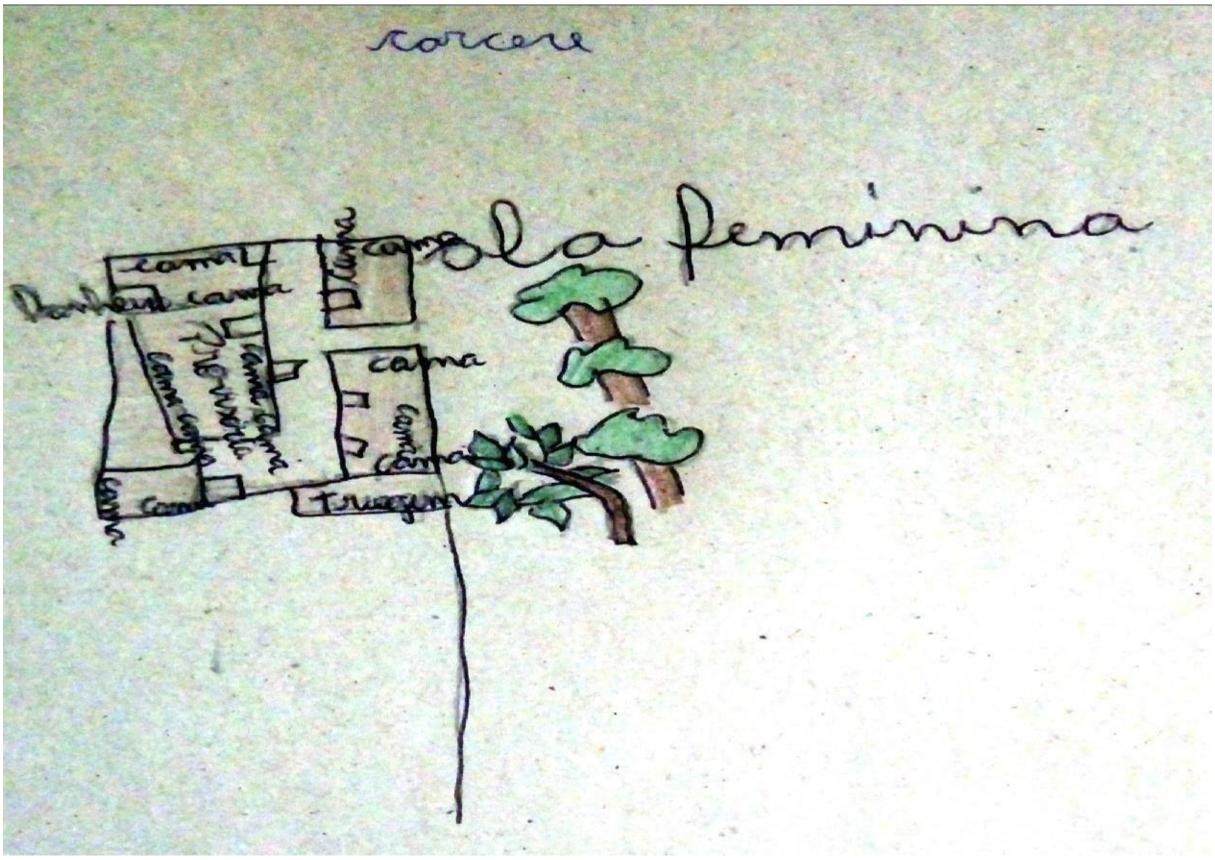
Fonte: Mapa mental elaborado pela entrevistada, durante a realização do campo em 2018

O mapa mental acima retrata, com bastante objetividade e clareza, como as mulheres, na penitenciária, organizam-se espacialmente no lugar em que vivem. Esta é uma ala adaptada às mulheres dentro de uma penitenciária masculina. São 06 (seis) celas, 01 (um) corredor, 01 (um) banheiro em cada cela e algumas beliches em cada cela. É possível analisar como é um espaço pequeno. Tendo apenas 02 (duas) celas maiores, as mulheres não possuem espaço adequado para o banho de

sol, este é realizado em lugar improvisado onde as internas ficam aglomeradas em um pequeno espaço atrás das celas no pátio da instituição e com más condições de salubridade.

A figura 09 (nove) representada por Pri, (29 anos) descreve a ala feminina segundo sua percepção.

Figura 15 – Mapa mental 9 “Penitenciária/Ala Feminina” Pri, 29 anos.

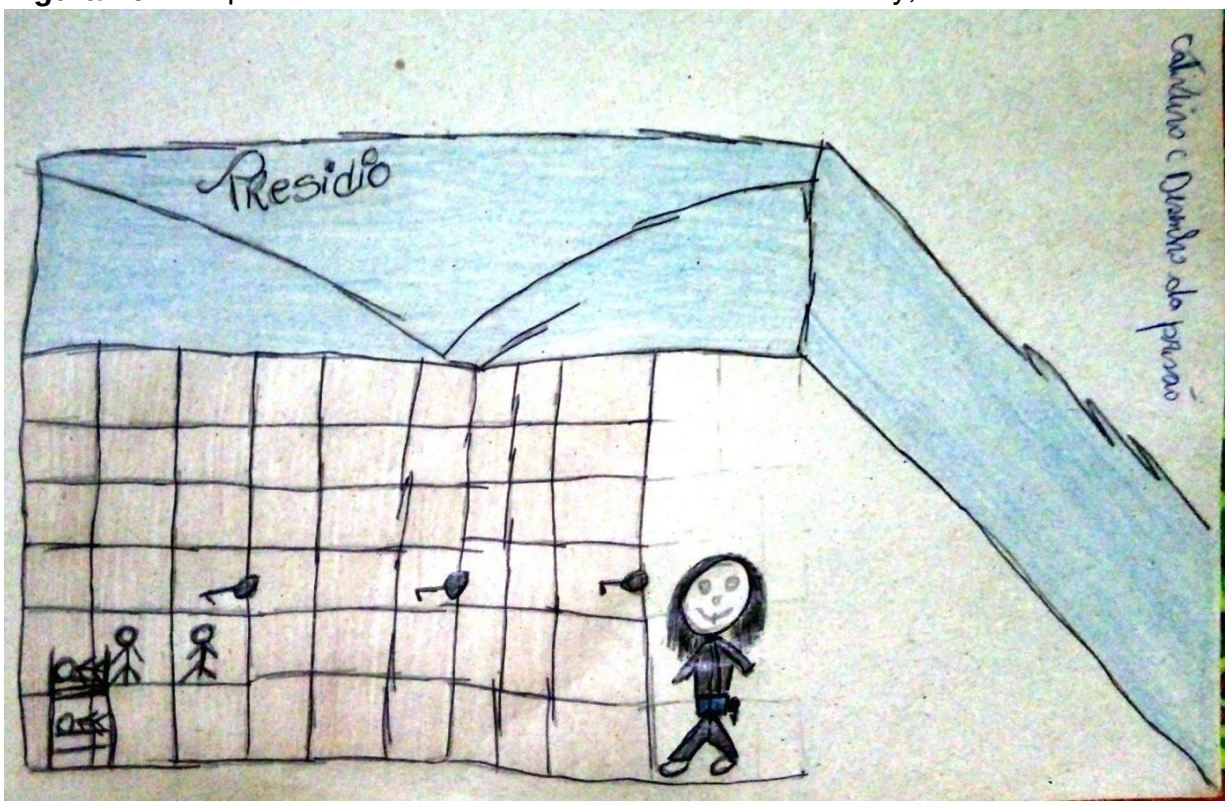


Fonte: Mapa Mental elaborado pela entrevistada, durante a realização do campo em 2018.

A forma como Pri (29 anos) representa a ala feminina é um aglomerado de salas improvisadas com pouco espaço. Ela separa seu desenho com um traço e este representa a separação que foi realizada para as mulheres ficarem numa penitenciária construída para homens. A paisagem vista pela menina são poucas árvores que estão localizadas próximas à ala feminina.

Gaby (23 anos) fez um desenho representando a ala feminina pelas grades e construção social de figuras humanas.

Figura 16 – Mapa mental 10 “Penitenciária/Ala Feminina” Gaby, 23 anos.



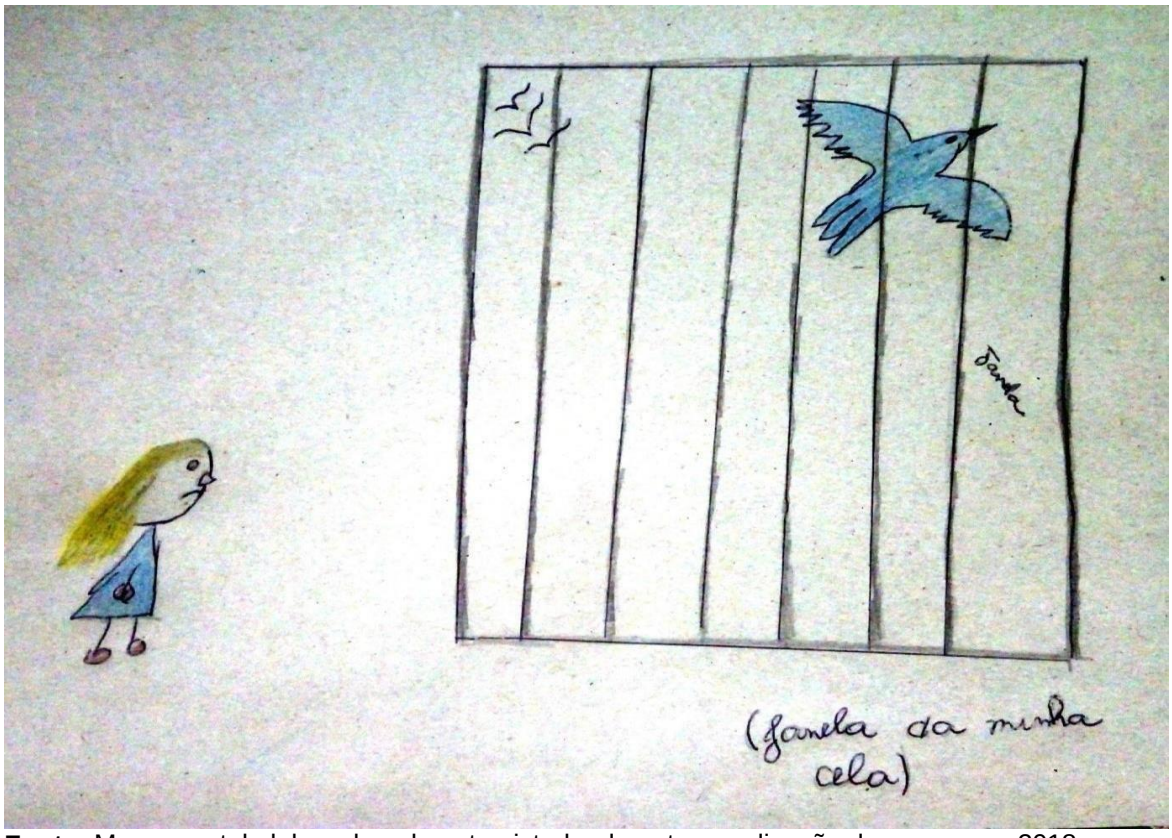
Fonte: Mapa mental elaborado pela entrevistada, durante a realização do campo em 2018.

Através de seu desenho, é possível perceber a relação distante entre os agentes e as mulheres privadas de liberdade. As chaves também caracterizam esse distanciamento, uma relação construída pela autoridade das agentes sobre as mulheres na prisão, dificultando a convivência no espaço carcerário. Observa-se que ela destaca simetricamente a estrutura da penitenciária e um espaço improvisado. As grades representam a condição de mulheres presas e o confinamento restringido as celas de cada uma, notando as poucas oportunidades de programas efetivos para trabalhar a ressocialização e reinserção dessas mulheres na sociedade.

As mulheres, na prisão, identificaram o espaço geográfico como uma relação desafiadora, pois, a partir do momento em que fazem parte do espaço carcerário, elas precisam materializar o que existe neste lugar, ou seja, interpretar e construir suas relações com pessoas e um ambiente diferenciado daquele que viviam na rua ou fora da prisão. Sem falar da perda de liberdade que, por si só, já é um processo de exclusão e separação da sociedade.

Sobre representar o lugar em que vivem, diferente das demais, Beatriz (34 anos) retratou, em seu mapa mental, uma figura isolada da janela de sua cela, contemplando os pássaros que voam livremente fora da penitenciária.

Figura 17 – Mapa mental 11 “Penitenciária/Ala Feminina” Beatriz, 34 anos.



Fonte: Mapa mental elaborado pela entrevistada, durante a realização do campo em 2018.

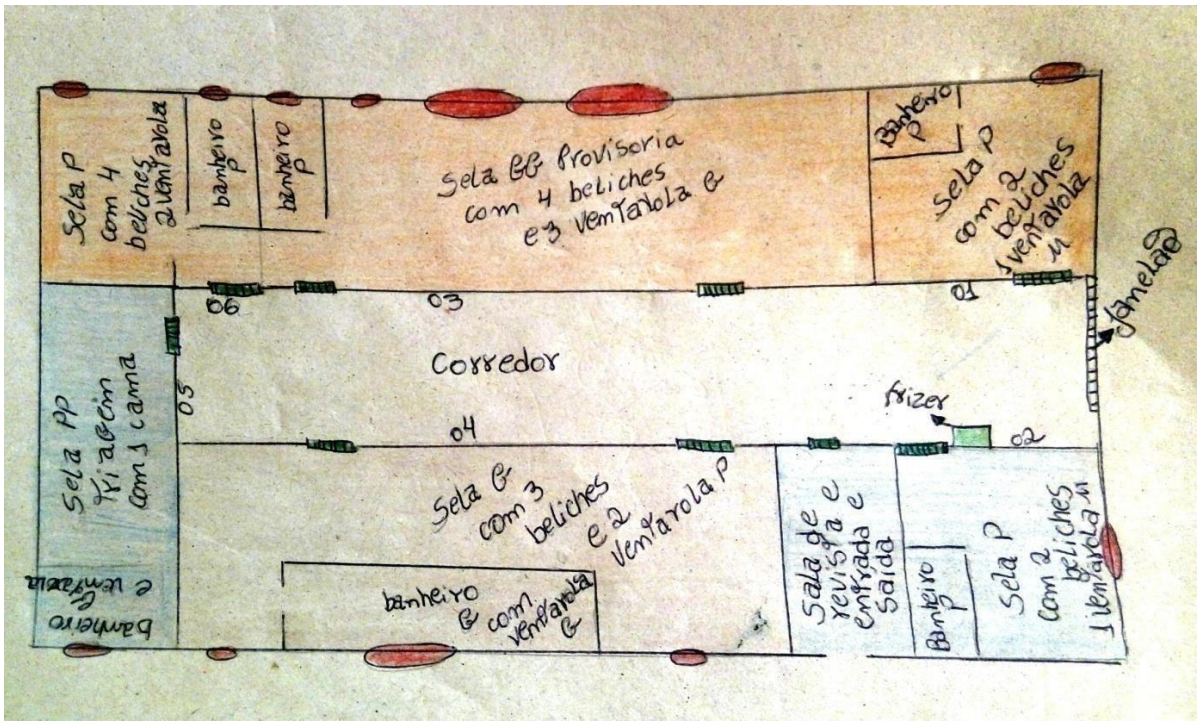
Na figura 16, a interna destacou as grades da janela da cela onde vive há 03 (três) anos, dentro da penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. O desenho chamou muita atenção. Mesmo construído de forma isolada, Beatriz (34 anos) passou uma realidade de solidão e tristeza, sentimentos que predominam na vida das mulheres que estão encarceradas.

O silêncio das reeducandas nem sempre reflete bom comportamento. Mas a maioria que entra numa prisão precisa aprender a lidar com os mais difíceis desafios, principalmente o relacionamento humano. O silencio dessas mulheres fala muito, a ineficiência do Estado, o preconceito da sociedade, a revolta dos familiares e julgamentos se manifestam nos olhares, nas palavras e atitudes. Beatriz (34 anos) deixou isso claro em parte do seu depoimento:

> Aqui, a gente não come bem, a comida vem estragada, azeda, passamos mal, e quando chegamos ao hospital o médico olha e diz: “ah é preso, isso não da nada não”, aqui e lá fora ninguém se importa com nós, existe a má vontade em fazer qualquer coisa pra nós. E a reinserção é necessária porque não falo apenas nós que estamos aqui, mas nossos filhos e as demais crianças, se não houver reinserção as coisas só vão piorar (Beatriz, 34 anos).

Algumas mulheres preocuparam-se em descrever o espaço carcerário com os mais simples e importantes detalhes. Grazi (37 anos) tentou representar o espaço físico da prisão, especificando a ordem e o tamanho das celas.

Figura 18 – Mapa mental 12 “Penitenciária/Ala Feminina” Grazi, 37 anos.



Fonte: Mapa mental elaborado pela entrevistada, durante a realização do campo em 2018.

O fato de a ala feminina ser improvisada às mulheres na prisão, o aspecto físico das celas também chama a atenção em relação ao espaço geográfico que as mulheres permanecem. São celas pequenas, com pouco espaço para locomoção. Mesmo sabendo que a maior parte do tempo as mulheres permanecem dentro das celas, o lugar não passa de uma sala maior com repartições em grades, formando celas menores, para abrigar de 04 (quatro) a 05 (cinco) mulheres condenadas.

O espaço carcerário representado pelas reeducandas mostra a não identidade ou aceitação do lugar onde vivem. Consideram um lugar provisório, com a esperança de sair de trás das grades e conquistarem dias melhores,

principalmente com o objetivo de restabelecer a relação e o cuidado com os (as) filhos (as).

Ao tratar da não identificação e ao não pertencimento das mulheres ao lugar “prisão”, foi necessário buscar maior embasamento teórico sobre o conceito de lugar. A construção do significado de lugar começa na relação intersubjetiva, no espaço vivido do indivíduo. Merleau-Ponty (1999) definiu 03 (três) maneiras de explicar este espaço: a espacialidade representada pelo corpo, as coisas e a relação com o espaço físico em si; o espaço espacializante compreende o espaço geométrico e, por último a experiência do espaço, este é a relação que acontece do corpo com o mundo e com demais sujeitos por meio da relação subjetiva. É o lugar produzido no cotidiano, pela afetividade, rejeição e relacionamento geral com os seres e objetos. É essa concepção que a pesquisa com as mulheres encarceradas destaca, pois, a ênfase será na experiência que elas possuem com o lugar em que estão.

Nogueira (2005) fundamentou o lugar como categoria própria do conhecimento geográfico. Para o autor, é necessário ter uma intimidade com o lugar, viver neste lugar para dar significado a ele, ou seja, saber, realmente, como interpretá-lo. “Esta proposição nos leva à construção de uma geografia do lugar, onde este é concebido e interpretado por quem aí vive. Uma geografia que faça parte daqueles que o experienciam” (NOGUEIRA, 2005, p. 14).

Outro ponto característico com lugar é o homem como ator geográfico. Bailly (1998) definiu lugar como espaço de vida, onde as relações se cruzam, surgindo inúmeras ligações por meio de sentimentos, memórias coletivas e símbolos, refletindo, assim, a qualidade percebida no espaço, caso não haja esse sentido de lugar reafirmado pelo autor de “placelessness [29] ”. Termo contrário à identidade humana, ou seja, quando o sujeito não se identifica com o lugar em que está, sua qualidade de vida também estará comprometida.

Na visão de Tuan (1983), o lugar possui um espírito e personalidade. O sentido de lugar é dado pelos movimentos do corpo, mesmo num lugar onde há várias pessoas convivendo, cada uma terá sua forma de ver e viver o lugar habitado. O corpo se movimenta e se manifesta conforme suas necessidades e desejos. Dessa forma, cada lugar tem seu cheiro, barulhos e estética específica no

[29] Termo utilizado pelo autor Bailly (1998) e significa quando o sujeito não se identifica com o lugar em que se encontra.

entendimento de cada pessoa. Portanto, para o autor, o lugar é constituído a partir da experiência nele produzido, sem deixar de levar em conta as relações construídas de forma afetiva, emocionais, simbólicas e míticas com o lugar.

Os mapas mentais, representados pelas mulheres condenadas na penitenciária, retrataram a percepção do lugar vivido. Ou seja, a forma única como cada uma apreende as experiências adquiridas neste lugar. De forma geral, as mulheres encarceradas manifestaram sentimento de solidão. Em seguida, representaram a tristeza, injustiça, indiferença, todos acompanhados de esperança, mesmo que pouca ou falha em alguns momentos. Explica Kozel (2013) que cada pessoa tem sua maneira de ver as coisas, de se relacionar com o mundo em que vive e isso gera uma visão muito particular dos lugares e territórios. A experiência com o mundo em si, não é uma soma de objetos, condiz num sistema de relações onde estão presentes valores, sentimentos, atitudes, costumes entre outros.

A organização do espaço geográfico prisional, pelas mulheres, só se torna possível por meio do respeito. A prisão talvez seja um dos poucos lugares que as regras jamais são quebradas. Apesar dos desafios, “neste espaço também são vivenciadas situações marcantes que passarão a fazer parte da história de vida dessas mulheres” (ALVES, 2017, p. 132). Mesmo que as mulheres, na prisão, dialoguem, a falta de assistência, por parte do poder público e a negação da sociedade, dentro do cárcere, elas constroem uma história que levarão por toda vida. Junto com familiares e amigos, as mulheres encarceradas reorganizam o espaço carcerário, mesmo sabendo que os rótulos de condenadas não acabem com o cumprimento da pena, mas ficam marcadas por onde forem.

“Aqui não podem vacilar”: as relações de gênero no espaço carcerário

Para a Geografia, o conceito de território é utilizado como expressão de domínio de grupos de poder, na intenção de fortalecer a análise geopolítica dessa ciência. Desde no ensino básico das séries iniciais, as crianças têm noção de território como uma ideia de posse e de propriedade (CAVALCANTI, 2016).

Nesse tópico, será esclarecido como as reeducandas percebem as relações de poder no espaço geográfico da prisão. A categoria de análise geográfica Território foi, com maior ênfase, relatada aqui, para melhor compreensão de como

as mulheres privadas de liberdade percebem as relações de gênero no espaço prisional. Sendo assim, a categoria corpo também se fez necessária nesse tema, a fim de entender como as mulheres enfrentam os desafios proporcionados pela categoria território para sobreviverem na prisão.

No assunto anterior sobre os mapas mentais, de como as reeducandas representaram o espaço prisional, ficou claro que este não é um lugar onde as mulheres consideram-se pertencentes a ele. Estão na prisão num processo de passagem, segundo elas, é um momento de reflexão para uma vida digna; acreditam nisso, mesmo alegando a exclusão da sociedade.

Na visão de Haesbaert (2006) o conceito de território surgiu por meio de duas vertentes: uma naturalista, vendo o território como físico, material, como algo próprio do homem e o envolvimento da sensibilidade humana, uma ação que valoriza uma ligação afetiva e emocional do homem com o espaço vivido. O território seria aqui uma forma de equilíbrio ao homem onde cada grupo social seria pertencente a um lugar ou uma paisagem com a qual se identificaria. Outra vertente é excluir a originalidade do território como algo natural e, assim, o território surgiria de um domínio material sobre o espaço, vindo de uma classe econômica ou grupo político dominante.

Sendo assim, a concepção de território correlaciona com maior ênfase às ideias de domínio, controle e apropriação política/ou simbólica do que as questões sobre uso ou função econômica. A organização das reeducandas é caracterizada por uma separação física marcada pelas celas, e também excesso de resistência, levando em consideração que sofrem violência desde os primeiros conflitos com a polícia antes de serem presas e durante a permanência destas na prisão, como explicam Pri (29 anos), Grazi (37 anos) e Docinho (25 anos):

> Sofri maus tratos sim pelos policiais e muito, já nos bateram muito, espancaram tanto um menino que tava comigo que acho que ele ficou surdo. Em mim bateram muito, mas não me deixaram marcas. Humilhação é o que mais fazem. E o spray de pimenta, você pode estar na rua sem fazer nada, mas eles passam e jogam o spray de pimenta na gente. Os agentes aqui dentro nunca me bateram. Mas aqui há sim falta de respeito pelos agentes e funcionários (Pri, 29 anos).

> É a primeira vez que fui presa, o promotor tinha raiva do nome da minha família, e quando meu irmão foi preso, vim testemunhar e fiquei presa também. Aqui dentro as vezes saio da cela pra trabalhar, mas prefiro ficar tecendo. Por parte dos policiais já sofri violência, inclusive de me levarem pra locais distantes, sítios e pra querer saber das coisas tentarem me

> abusar. Tirar proveito da situação. Ameaças e humilhação é o que mais fazem. Quanto aos agentes também alguns respeitam outros não (Grazi, 37 anos).
>
> Apanhei muito de policiais. Teve uma vez que apanhei da meia noite às 6h da manhã, a única cadeia que não me espancaram foi aqui. Sofri muitos maus tratos por parte dos policiais. Aqui algumas agentes nos tratam bem, mas não são todas, algumas acham que só elas têm problemas. Como falam em reinserção? Se começa aqui dentro os maus tratos, não nos tratam como pessoas e não facilitam as oportunidades pra nós (Docinho, 25 anos).

A violência causada pelos policiais consiste numa territorialidade que, explicada por Sack (1986), é uma estratégia geográfica de poder para dominar pessoas por meio de um controle de área. A territorialidade acontece em diversos momentos e contextos sociais, utilizada no cotidiano "é uma expressão geográfica primária do poder social, onde espaço e tempo estão inter-relacionados" (SACK, 1986, p. 06).

As mulheres que estão privadas de liberdade nem sempre compreendem a teoria em que estão inseridas, mas procuram formas de sobrevivência em meio ao território da cadeia, o qual parte do macro ao micro-território que são as celas para lidar com a violência e opressão social. Beatriz (34 anos) relatou como precisou lidar com os diversos desafios após sua prisão:

> Sofri dos policiais e agentes ameaças e humilhações, sou considerada por eles uma presa muito perigosa, não por matar, mas porque sou inteligente e estudada, pra eles eu sou um perigo aqui dentro. Nunca relaram a mão em mim, e sabem como falar perto de mim. Uma vez gritei com um dos agentes que bateu na cara de uma interna. Gritei que ia chamar a polícia. Eles a tiraram do corredor levaram ela pra fora e bateram, mas tiraram ela de perto de mim. As agentes são pessoas amargas, frustradas, algumas são boas, mas são tão frustrados que a gente não pode falar nada. Aqui os agentes também se a gente não fizer o que querem é complicado, meu outro problema foi esse, quando cheguei aqui e viram que eu não ia sair "dando"[30] pra eles, me viram também com raiva. Acho que 90% das agentes penitenciárias estão doentes, elas precisam sim ficar alerta quanto aos padrões de segurança, porque tem mulheres ali capazes de muita coisa, mas falo no sentido de a maioria das agentes estarem desgostosa com essa profissão que exercem, querem estar em outra profissão, mas por não conseguirem ficam mal humoradas. Quando entrei aqui, precisei analisar qual a melhor forma pra agir, porque tinha objetivo de não arrumar confusão porque quero sair, mas, as agentes provocam, querem nos tirar do sério, às vezes choro, mas, comigo nunca conseguiram, agora, outras meninas, vi perderem a compostura por causa de provocação das agentes (Beatriz, 34 anos).

[30]Termo utilizado como dar moral ou lado com intenções sexuais.

A violência à que as reeducandas estão sujeitas no cárcere é a violência verbal e psicológica. Gaby (23 anos) expõe parte do que precisou passar na penitenciária, após sua prisão e a postura que precisa ter, enquanto condenada.

> Sofri maus tratos por parte dos policiais por causa de briga aqui dentro. Mas nunca fui torturada nem espancada. Não podemos nos relacionar com policiais e agentes, se não somos rebaixadas no mundo do crime. Quem quer cadeia?!! (Gaby, 23 anos).

As relações de gênero foram observadas com base nos relacionamentos interpessoais, embasando-se no conceito de território. O território aqui exposto trata da penitenciária em si, lugar onde as mulheres encarceradas vão reorganizar seu espaço geográfico.

A territorialidade, outro termo utilizado, transforma qualquer território um território, de forma abstrata, são relações de poder delimitadas as quais, de forma geral, classificam os territórios, conforme suas propriedades e dinâmicas, é portanto, a mediação da interação entre o homem e o espaço (SOUZA, 2000). Esse contexto remete às relações interpessoais entre as internas, sendo um dos maiores desafios dentro da penitenciária.

A organização espacial, na prisão, é parte de uma territorialidade, pois as mulheres se organizam para sua sobrevivência. As divisões entre as grades das celas não impedem a manifestação de poder e controle de policiais e agentes sobre as presas, e entre as próprias internas, onde umas se destacam como líderes e controlam as regras dentro das celas femininas.

Nos depoimentos de Pri (29 anos), Grazi (37 anos) e Docinho (25 anos), evidencia-se que a principal norma das celas, para sobrevivência, é o respeito entre as internas:

> Entre nós presas, é onde mais existe falta de respeito, uma quer ser melhor que a outra. Se você não faz parte de uma facção, elas ficam te zombando, e se acham melhor. As facções aqui dentro tem a CV – Comando Vermelho e o PCC – Primeiro Comando da Capital. Graças a Deus na cela que eu estou hoje é bem harmoniosa, nos damos muito bem. Aqui nossa rotina é deitar, comer e dormir. Cada uma tem o dia da sua faxina. Em nossa cela não tem uma líder, todas se respeitam e ninguém quer ser melhor do que ninguém (Pri, 29 anos).
>
> Dentro das celas existe o respeito umas com as outras, mas existe disputa, da melhor roupa, por comida, as mulheres disputam em tudo. Mas aqui preciso ser pura, tenho que ter jogo de cintura pra viver aqui dentro. Preciso ter bom comportamento. Aqui tem muita inveja. Existem as regras, e a

> principal é o respeito, caso alguém não cumpre as regras, algumas que querem ser as bandidonas[31] ameaçam (Grazi, 37 anos).
>
> Aqui dentro é o respeito que fala mais alto, dentro da cela, se fizerem algo que não me agrada, eu converso. Não mexo em nada que não seja meu e também não gosto que mexem em minhas coisas. Aqui, todas sabem das suas tarefas, não tem uma regra específica na nossa cela. Nas outras tem horário pra dormir, na nossa, a regra é se alguém tiver dormindo que não façam barulho, uma começa limpar a outra ajuda. A nossa é considerada a melhor cela e isso gera inveja nas outras internas, trocaram nosso horário de tomar sol por implicância de outras internas, mas pelas agentes nossa cela é a melhor. Aqui sou respeitada pelas internas e alguns funcionários, mas, já fui ameaçada por internas e funcionários também (Docinho, 25 anos).

Através destes relatos, observa-se que cada mulher descreve sua cela como a melhor e expõe sobre os desafios da sobrevivência na prisão. Rafesttin (1993) traz o conceito de território, dizendo que, ao apropriar-se do espaço concreto ou abstrato, o sujeito territorializa o espaço, ou seja, o território é um espaço que projeta a forma de viver, seja no trabalho, na rua, em casa, ou em diferentes lugares. Nestes territórios, são também manifestadas as relações de poder. Beatriz (34 anos) fala dos desafios encontrados diariamente dentro da prisão:

> Aqui, estou fora dos padrões. Aqui, pra sobreviver é complicado. O relacionamento com as demais detentas tem sido um desafio, aqui não pode vacilar. Alguém da sua própria cela pode fazer alguma coisa contra você a pedido de outra presa em cela separada. Tive problemas de saúde, minha vesícula rompeu e, desde quando entrei aqui, desenvolvi muitos problemas de saúde relacionados à alimentação. Durante o tempo que estou aqui, sou tratada com respeito, não gosto de algumas, mas nos respeitamos. Aqui sou obrigada a dizer em gírias, pra sobreviver preciso dizer assim, mas não fui criada dessa forma. As principais regras aqui é a limpeza, aqui dentro fede mofo. E somos muito limpas. Todas ajudam, não podem mexer nas coisas das outras, não fazer barulho quando uma está dormindo. Se deixar de cumprir a regra, “cai da jega”[32]. Aqui, me faço de boba, é uma linha de defesa minha. Prefiro que me vejam como besta. Nosso banho de sol é em cima de uma fossa, tem caramujo, ela escorre, tem baratas, então não gosto de sair. O que tenho mais medo é armarem pra mim, aqui tem umas 4 (quatro) mulheres que preciso ficar atenta o tempo todo. Mas uso minhas artimanhas pra enfrentar, aqui nunca chorei na frente de ninguém, nenhuma delas. Me faço de durona o tempo todo, e quando chega a noite que deito na minha jega [33] aí sim, choro calada (Beatriz, 34 anos).

Até o momento, não ficaram dúvidas quanto à necessidade de criar mecanismos de defesa para a convivência das reeducandas na penitenciária

---

[31] Mulheres que se acham superior e mais importante na vida do crime e dessa forma procuram coibir as demais internas.
[32]Apanha.
[33] Beliche.

Regional de Rolim de Moura – RO. Essa organização, para sobrevivência, no espaço carcerário, utilizou a categoria território para exemplificar quais os maiores desafios das internas. O relato de Beatriz (34 anos) representa, assim como o das outras mulheres entrevistadas, a divisão do território em celas, constituindo as territorialidades, partindo do pressuposto macro-território enquanto o espaço físico da penitenciária, para os microterritórios, sendo as celas que abrigam de 04 (quatro) a 05 (cinco) mulheres encarceradas.

O autor Mesquita (1995) discorreu sobre a territorialidade, explicando-a como um processo pelo qual o indivíduo tem o poder de transformar o espaço, configurando sua identidade. Isso é possível, pois as diferentes culturas existentes em determinado espaço reaprendem as relações entre o homem e seu meio, resultado obtido pelo processo de viver. No sistema carcerário, essa identidade é reconstruída, as mulheres criam novos modelos de identidade, alguns costumes e vivencias comuns fora da prisão precisam ficar também externos às grades. Tipos de comportamentos são restabelecidos pelas mulheres na prisão, que mantêm o respeito como principal fonte de sobrevivência entre o grupo, respeito às normas, objetos, e, se uma ou outra não respeitar as demais são excluídas, com punições do grupo. Por isso, as mulheres encarceradas precisam reaprender as relações dentro da prisão.

O espaço ocupado pelas mulheres na prisão é reconstruído de acordo com suas particularidades. Considerando que o espaço na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO é improvisado, as mulheres encarceradas percebem o tratamento das relações enquanto na diferenciação de gênero, ou seja, entre as mulheres e os homens detidos. Como explicam Pri (29 anos) e Grazi (37 anos).

> Aqui tratam a gente como presa e não como mulher. Tratam como presa porque, se ta doente não tem escolta, ta doente, não tem médico, ta doente: não enfermeira. Semana passada tive que ir duas vezes pro hospital chorando, tava passando mal e não queriam me levar, muita negligencia. Tem sim diferença dos homens pra nós. Eles tem tudo, tem pulso, são a maioria. Nós somos a minoria, não temos nada, a gente é esquecida. Olha, eles vão começar estudar, era pra ter começado ontem e a gente o que? Nem ficha de matrícula tem e nem previsão quando vamos estudar (Pri, 29 anos).

> A diferença entre nós mulheres e os homens aqui dentro é a autonomia, eles são a maioria, desde a antiguidade a mulher precisa ser submissa. E não é diferente aqui dentro, os homens conseguem o que querem, reivindicam, as mulheres não. “a justiça explica que perdemos o direito de ir

> e vir, mas não é verdade, aqui perdemos tudo, principalmente nós mulheres" (Grazi, 37 anos).

As reeducandas perceberam que as relações de gênero, no espaço prisional, numa penitenciária mista, são caracterizadas pela invisibilidade das mulheres. Elas julgam que falta maior reconhecimento das autoridades em atender suas reivindicações, inclusive porque são a minoria e acabam sendo esquecidas ou retardando o que é de direito delas. É dada menor importância, principalmente em casos de mulheres homossexuais, como explica Docinho (25 anos):

> O tratamento aqui dentro entre homens e mulheres é bem diferente. Nós ficamos meio que isoladas. Eles atendem mais os pedidos dos homens e nós, porque somos menos, fazem de conta que não ouvem, colocam dificuldades em tudo. E nós que somos lésbicas ainda mais, tem eu e outra mulher aqui assim. As agentes fazem cara de indiferença pra nós duas, eu sinto isso e minha colega também já sentiu a mesma coisa (Docinho, 25 anos).

Algumas internas atribuem a culpa pela falta de organização na penitenciária às próprias mulheres. Beatriz (34 anos) acredita que os homens são mais organizados e às reeducandas falta maior posição de caráter, usa o termo em seu relato de "despravadas [34] ," para se referir às mulheres numa forma geral, como mostra a seguir:

> Entre homens e mulheres aqui dentro, os homens são mais organizados, as mulheres não tem essa organização. Essas mulheres atacam os homens, são depravadas elas dão em cima. As mulheres aqui fazem inferno com outras. Eu preciso me posicionar, falo grosso, faço cara de mal, falo alto. Aqui é uma corda bamba. Hoje estamos numa cela com quatro meninas (Beatriz, 34 anos).

É certo que as mulheres, na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO são a minoria da população carcerária no município. Essa diferença também é notada quanto ao tratamento e à disponibilidade de direito em relação aos homens encarcerados. Durante a pesquisa, observou-se uma maioria de homens trabalhando nas dependências da penitenciária, as mulheres eram apenas 02 (duas) que, por escolha das professoras, trabalhavam na escola, uma na limpeza e outra nos documentos escolares.

---

[34]Pervertidas e libertinas.

Quanto aos estudos, em nenhum momento, a pesquisadora presenciou as mulheres estudando. Em todas as visitas à penitenciária, os homens estavam presentes nas aulas. Ao considerar a quantidade de pessoas privadas de liberdade, realmente, o número de mulheres é quase 10 (dez) vezes menos. Enquanto existem aproximadamente 200 (duzentos) homens presos, há cerca de 20 (vinte) mulheres encarceradas.

A invisibilidade da mulher é presente na rotina da penitenciária. Beatriz (34 anos) falou sobre os encontros do projeto vida nova, que, segundo a detenta, o projeto está parado, deram bons resultados durante sua execução. Houve um momento de confronto direto por parte de um reeducando, que enfatizou o argumento de que algumas mulheres mereciam apanhar. Beatriz (34 anos) afirmou sobre o machismo existente nos homens no cárcere.

> No encontro, foi colocado um vídeo a respeito da violência doméstica e na roda de conversa um dos homens disse: “tem umas mulher que merecem mesmo apanhar”, e, a maioria dos outros homens também dizia frases assim ou parecida (BEATRIZ, 34 anos).

Em relação à invisibilidade da mulher na prisão, Thomas (1991) escreveu o livro “O que é uma Mulher?”. Nesta obra, dedica-se a registrar sobre a condição da mulher em diversos contextos da história e por vários períodos. Durante os séculos e em quase todos os países, as mulheres foram adoradas e oprimidas, “a própria natureza, ao formar seres tão sensíveis e tão meigos, parece ter cuidado mais de seus encantos do que de sua felicidade” (THOMAS, 1991, p. 37).

Em Roma, as mulheres destacaram-se na corrupção. A falta de virtude fez com que a sociedade da época se preocupasse em punir os crimes cometidos por elas. Nesse tempo, era valorizada a posição social da mulher, condição que mantém até os dias atuais. A realidade das mulheres na prisão e a inferioridade que é imposta a elas é um reflexo da submissão que a sociedade cobra que a mulher precisa ter do sexo masculino.

Geograficamente, a categoria corpo foi importante para a discussão desse texto, pois, durante muito tempo, houve a discussão sobre a igualdade dos sexos. À mulher foram designadas as virtudes familiares como sua fonte de prazer, algo que deveria ser comuns aos dois sexos, feminino e masculino. A condição dos dois sexos é bem diferente, enquanto o homem é honrado em utilizar da sua força,

comandar a natureza, seus prazeres está em sua destreza, nos seus sucessos e próprios esforços.

Já à mulher restam menos recursos, seus deleites devem nascer de suas virtudes; “seus espetáculos são sua família. É junto ao berço de sua criança, é vendo o sorriso de sua filha e as brincadeiras de seu filho, que uma mãe é feliz” (THOMAS, 1991, p. 86). Essa distinção de valores criados para homens e mulheres se arrasta e chega à prisão, as mulheres precisam ser submissas, obedientes, calmas, serenas, caso contrário, são vistas como pervertidas e assanhadas.

A categoria corpo, aqui defendida, baseou-se na forma como as mulheres expressaram sua convivência no espaço carcerário. A diferença entre elas e os homens, em toda parte do mundo, a mulher é submetida ao homem. Diderot (1991) comentou essa afirmação e fez uma exceção que, apenas nas ilhas Marianas, essa condição de submissão não é dada à mulher. Mas, nos demais lugares, o homem comanda, mesmo em países que as mulheres chefiam e são responsáveis pela manutenção da família. D’Epinay (1991, p. 137/138) esclareceu:

> É bem evidente que os homens e as mulheres têm a mesma natureza e a mesma constituição. A prova disso é que as mulheres selvagens são tão robustas e ágeis quanto os homens selvagens: assim, a fraqueza de nossa constituição e de nossos órgãos pertence certamente à nossa educação, e é uma conseqüência da condição que nos destinaram na sociedade. Os homens e as mulheres, tendo a mesma natureza e a mesma constituição, são susceptíveis dos mesmos defeitos, das mesmas virtudes e dos mesmos vícios.

Então, qual seria a mulher ideal? Se as mulheres são sujeitas às mesmas virtudes e aos vícios dos homens, como afirmou D’Epinay, o conceito de ideal seria à mulher que absorvendo na vida social todos os encantos da sociedade, isto é, o gosto, a graça e o espírito, soubesse ao mesmo tempo sobrepor sua razão de seu coração da vaidade fria e da falsa sensibilidade criada pelos homens para oprimir as mulheres.

A mulher que fosse livre para expressar suas emoções sem julgamentos e opressões. Não significa que deixariam de cometer crimes contra a vida de outras pessoas, visto que elas são sujeitas aos vícios e crimes assim como qualquer outro indivíduo, mas a visão de igualdade facilitaria as relações humanas e diminuiria todos os tipos de violências.

O poder dos homens sobre as mulheres diferencia de todas as outras, porque não é uma regra de força. É uma ação voluntária, pois grande parte das mulheres aceita a submissão e algumas, inclusive, acham essa ação totalmente normal. Todas as mulheres são criadas, desde muito cedo, na crença de que seu caráter é o oposto do caráter masculino: sem vontades próprias e governadas pelo autocontrole, sendo submissas e permitindo ser controladas por outros indivíduos. Todas as moralidades e sentimentos afirmam que a obrigação da mulher é viver para os outros; abnegar-se completamente e viver somente para aqueles a quem está afeiçoada (STUART MILL, 2006).

Atrás das grades, as mulheres, colocadas num espaço improvisado e construído para homens, têm como um de seus maiores desafios exercer seu papel de mulher, sem um olhar de frieza e julgamentos desprezíveis. Às vezes, elas não se dão conta disso e aceitam a submissão de forma natural. Em outros momentos, dizem que aos homens são dados maiores direitos, por serem em maior número e ameaçarem a desordem.

O que pode ser observado entre um e outro é que ambas situações existem. Mas a invisibilidade das mulheres, na prisão, é justamente pelo poder exercido sobre elas, advindo de séculos e de povos que perduram até os dias atuais. Em quase todas as sociedades, o cárcere apenas aumenta essa triste realidade, promovendo um confinamento as mulheres sem apoio para reintegração à sociedade.

Além do espaço geográfico da prisão: desafios e sonhos

Esse tópico foi desenvolvido com o objetivo de refletir, por meio dos dados apresentados na pesquisa, sobre a pergunta central da dissertação: “como as mulheres encarceradas se organizam espacialmente e percebem as relações de gênero no contexto geográfico da prisão”? Para essa compreensão, foi necessário ouvir a história de vida das reeducandas. Pri (29 anos) explicou, em seu depoimento, parte da sua trajetória até sua adolescência, bem como o conflito que possui com o pai, após saber sobre a traição dele com sua mãe:

> Nasci em Rolim de Moura, morava na cidade antes de vir presa, mas morei até a adolescência na zona rural. Fui criada pelos meus pais adotivos. Meu pai e minha mãe me levavam ao colégio. Ganhei uma surra apenas uma vez, quando esfreguei a cara do meu sobrinho no chão de concreto.

> Carinho, beijos e abraços foram raros, acho que faltou muito a atenção, minha mãe trabalhava muito. Tive xingamentos e humilhações por parte do meu pai, ele era problemático. Até meus 13 (treze) anos tinha diálogo comigo, mas depois dos 13 (treze) não tinha como ter mais diálogo; depois que meu pai traiu minha mãe, não existia mais possibilidade de diálogo. Minha vontade era apenas matar meu pai, minha mãe tentava proteger ele, mas me dava mais raiva ainda, porque além dela ser traída ainda queria defender (Pri, 29 anos).

A cultura familiar é o principal vínculo de apoio das internas. O vínculo de maior poder e controle da sociabilidade das internas é a família. Costa (2004) refere-se à família como uma aura onde existe a simplicidade e gratuidade, passando a ser um lugar exato para uma sociabilidade sadia.

Nos relatos de Docinho (25 anos) e Grazi (37 anos), fica claro que, mesmo elas sofrendo negligência em relação aos cuidados da família na infância, na fase adulta, essas mulheres tentam compreender as falhas do passado, tentando se conformar com a realidade atual ou mantendo um bom relacionamento com a família, principalmente pai e mãe:

> Aqui não recebo visitas de ninguém. Porque conhecia apenas minha mãe que faleceu, quanto ao meu pai, tenho o nome dele na certidão, mas nunca soube quem era, nem onde morava e nem fui atrás. Da minha família adotiva não podem ninguém me visitar porque não tem documentos de adoção. Eu me conformo porque sei que não tenho ninguém pra me visitar. Agora se tivesse família aqui como algumas meninas e não viesse ninguém, seria bem mais difícil (Docinho, 25 anos).

> Sofri violência sexual com parentes e outros familiares, tios, mas nunca comentei com minha mãe. Na minha adolescência eu trabalhava muito e cuidava dos meus irmãos mais novos. As violências continuaram por parte dos meus pais na adolescência também. Meus pais são casados até hoje. Hoje eu olho e entendo, minha relação com meus pais é boa. Meu pai sempre teve problema com álcool, e meus tios tem problema com drogas também. Eu tenho problema com álcool desde meus 18 anos de idade (Grazi, 37 anos).

Nem sempre, as decepções acontecem diretamente de pai e mãe. Gaby (23 anos) esclareceu que sofreu preconceito por parte de seus tios e a morte de seu pai foi o principal motivo pelo qual ela decidiu morar sozinha, saindo da zona rural para a zona urbana, na cidade onde cumpre pena:

> Os únicos que não gostavam de mim eram meus tios, me odiavam, diziam que eu não valia nada, que nunca ia ser nada na vida, me tratavam com preconceito. Sofri muito, estava nervosa, no sítio só escutava dos meus tios que eu não valia nada e que meu pai era um bêbado, depois veio a morte do meu pai, ele estava bêbado e foi pra delegacia, lá bateram tanto nele

> que ele morreu, isso tudo acabou comigo ai vim embora pra cidade (Gaby, 23 anos).

A maioria dos relatos retrata a violência antes da vida no cárcere. Essa violência e sua representação reconhece um padrão específico de relações negativas. Silva (2014) lembra que a característica central da violência é expressar uma ordem social e não comportamentos isolados. A violência descrita pelas mulheres condenadas iniciou ainda na infância ou adolescência. A negligência da família ou o próprio abuso sexual não facilitaram para a própria reorganização espacial das mulheres, e, até na fase adulta, essas mulheres precisaram conviver com os resquícios da violência, sendo o maior medo repassar isso aos filhos (as).

Os conceitos religiosos são os que mais tentam influenciar os pensamentos enquanto as mulheres cumprem pena na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. Toda semana, várias denominações, principalmente as classificadas como protestantes (evangélicas), têm acesso livre para realizar cultos dentro da penitenciária. Durante as entrevistas, a maioria das mulheres consideravam-se religiosas, dizendo ser crentes, professando a fé e, a partir disso, acreditavam em uma nova vida. Isso fica evidente na declaração de Pri (29 anos), pois, quando a mágoa permanece no coração das mulheres presas, estas tentavam apoiar-se na religião, com a intenção de justificar ou explicar a mudança de comportamento com a prisão.

> Hoje, eu entendo porque, na bíblia, diz que não devemos interferir nas decisões dos pais, mas eu não entendia, porque ele tinha feito mal a ela, porque minha mãe era uma mulher que levantava cedo e trabalhava, sempre prestativa, meu pai, minha mãe e eu todo dia nós matava 30 a 40 porcos pra entregar nos mercados, aí meu pai vir pra cá e trair minha mãe, foi um choque pra mim na época, e não perdoei ele, antes ainda de vir pra cá não tinha perdoado, então toda oportunidade que tivesse em matar ele, eu tentava mesmo. Já tentei matar ele de faca, já dei veneno pra ele, corri atrás dele de enxadão, ele sempre me enfrenta, nós dois é meio... agora não mais, porque eu já entendo que ele já está mais velho e sei que eu que vou cuidar dele. Hoje, com o entendimento que eu tenho da bíblia, sei que amo meus pais, eles me deram um lar, quando nasci, minha mãe biológica praticamente me jogou fora, e se não fosse por eles... (Pri, 29 anos).

As mulheres, ao chegarem à prisão, ficam apenas com a esperança de rever filhos (as), familiares mais próximos, a maioria chega casada, mas, em questão de pouco tempo, separam ou iniciam novos relacionamentos. Isso não é característico da mulher, mas sim pelo abandono do parceiro. A maioria das internas entra na

prisão por influência do companheiro. Pri (29 anos) explicou que o motivo por entrar no mundo das drogas, foi justamente quando se apaixonou pelo primeiro namorado, pai de seu filho primogênito. Afirmou também que a traição de seu pai lhe deixou bastante abatida. A própria saída da zona rural para a zona urbana também contribuiu para sua realidade hoje:

> Tenho 02 (dois) filhos, o mais velho tem 13 (treze) anos, é registrado e vive com minha mãe, o mais novo tem 08 (oito) anos e vive com a avó paterna, o pai está preso em Costa Marques – RO. Parei de estudar na 5ª série, eu matava muita aula pra encontrar o pai do meu filho mais velho, fui expulsa de uma escola, fui transferida pra outra escola, mas continuei pulando o muro, matando aulas, arrumei muita briga, conheci a droga então pulava o muro pra usar droga e ver o pai do meu filho aí parei de estudar. Tinha 15 (quinze) anos nessa época, sempre usei o mesmo tipo de droga: o crack. Já trabalhei muito desde meus 10 (dez) anos, mas sempre era com minha mãe.O que mais gostava era trabalhar com minha mãe mexendo com porcos. A época mais feliz da minha vida era no sítio, quando meu pai vendeu tirou uma parte de mim. As duas prisões foram pelo mesmo motivo: furto. O que mais me afetou foi na época mesmo que houve a traição do meu pai, então isso me ajudou muito cair nas drogas, depois aconteceram dois homicídios na minha frente por causa de droga também, minha melhor amiga foi morta pelo namorado com 06 (seis) tiros e meu marido que foi morto na minha frente também, com quase 30 facadas, depois disso realmente me entreguei às drogas porque pra mim nada tinha mais sentido (Pri, 29 anos).

Sobre a influência, Gaby (23 anos) falou de como entrou na prisão e reforçou conforme acredita que a maioria das mulheres entra na prisão, por se envolverem em situações conflituosas com o parceiro:

> O que me fez vir pra cá foi a dificuldade financeira e a influência do meu companheiro. Sempre fui muito quieta, saia muito, mas era na minha. Aqui na cidade, conheci esse homem, ele me dava tudo, dinheiro, no início não sabia que ele era casado, depois descobri, mas continuei com ele, e a própria mulher dele armou pra mim também. Porque eu não tinha nada a ver com esse crime, mas eu estava na hora errada e no lugar errado. A maioria das mulheres aqui, vem pra cá por causa dos companheiros (Gaby, 23 anos).

A condição econômica é importante como relatam as mulheres. Um dos principais motivos por envolvimento ao crime ou tráfico foi a situação financeira, mas a família e a escola são fundamentais no processo de desenvolvimento do ser humano, porque, à medida que chega a adolescência, prevalecem os ensinamentos dos responsáveis desde a infância. Porém, a mulher ou o homem começa a

valorizar mais a amizades. Esse processo é crucial, a fim de que filhos e filhas estabeleçam relacionamentos saudáveis.

Para Costa (2004), a educação é primordial na construção do desenvolvimento. A criança quando nasce, independente do contexto familiar e da posição social, precisa de um modelo de criação. Na prisão, a maior preocupação das mulheres condenadas é exatamente de recuperar a vida social com os (as) filhos (as). Elas sentem, na pele, as dificuldades de manter a distância das crianças, e mesmo carregando um histórico de violências, não desistem da idéia em ter os (as) filhos (as) de volta. Grazi (37 anos) evidencia, em seu depoimento, a violência sofrida pelo ex-marido e o medo de não ter os (as) filhos (as) de volta:

> Tenho 3 filhos, a primeira é uma menina de 16 (dezesseis) anos, está casada, o segundo é um menino, tem 12 (doze) anos e a mais nova é uma menina de 09 (nove) anos de idade, os dois moram com o pai. Fui casada 01 (uma) vez, e sofri muita violência, xingamentos, humilhações, ele controlava o que eu fazia, me obrigava fazer coisas que não queria, no sexo não, mas outras coisas sim. Me batia muito, me ameaçava, praticava tortura psicológica e sempre na frente dos meu filho e filhas. Até por isso, que meus filhos têm problema. Hoje o único contato que tenho com ele, é quando vem trazer meus filhos pra eu ver. O que mais pesa pra mim é o relacionamento, porque se o marido não apoia, e não posso contar com ele fica mais difícil a convivência e tudo se agrava. Meu maior medo hoje é de não ter meus filhos de volta (Grazi, 37 anos).

Quanto à educação e convivência, Docinho (25 anos) relatou sua trajetória na infância e o motivo pelo qual chegou até a prisão. Esta realidade ainda é muito atual no contexto geográfico e econômico do país, favorecendo o aumento de condenadas (os) nos penitenciárias:

> O que me levou pra prisão, acho que a falta de estrutura e de apoio familiar. Minha família todo mundo mexia com coisas erradas, minha mãe deixava a gente de qualquer jeito, as pessoas chegavam pra buscar drogas e eu e minhas irmãs distribuía. Então cresci aprendendo isso. Nunca tive ninguém pra dizer o que era certo ou errado. Minha mãe biológica me abandonou e fiquei apenas com essa família, comida nunca faltou, mas não tinha horários, nem a comida certa. Acho que a família é tudo. Aqui dentro a gente aprende a valorizar pequenas coisas. Minha mãe biológica era alcóolatra. Morei com minha família adotiva até os 14 anos de idade, todos (as) eram envolvidos (as) no tráfico e já cresci aprendendo o mau caminho (Docinho, 25 anos).

Em sua experiência com o cárcere, por meio de um trabalho voluntário no auxílio à educação carcerária, Albuquerque (2009) relata que a pessoa, quando entra no sistema penitenciário independente do crime ou da pena, isso não torna a

(o) prisioneira (o) mais educado ou mais adulta (o), “o confinamento, da forma que é projetado pelas autoridades e vivido pelos prisioneiros, resulta em revolta e traumas pessoais ou mesmo associação com grupos criminosos” (ALBURQUERQUE, 2009, p. 28). Essa realidade faz com que as pessoas que passam ou estão na prisão tornam a voltar pela reincidência do crime, o mesmo ou outro mais qualificado.

A organização espacial, na prisão, nem sempre é fácil ou simples. As mulheres quando chegam, precisam lidar com o que abriram mão para estarem na nova realidade. Beatriz (34 anos) esclareceu que o momento mais difícil, após a prisão, foi a distância de seu filho e filha. Mesmo com todos conflitos e perdas, dentro da penitenciária, ela conseguiu refletir sobre as violências que vivia em seu casamento, e, mesmo sendo uma mulher inserida no mercado de trabalho e tendo sua independência financeira, sua prisão, segundo a interna, foi por influência do companheiro:

> Natural de Ji-Paraná tenho 02 (dois) filhos sendo 01 (um) menino de 03 (três) anos e 01 (uma) menina de 09 (nove) anos de idade, minha filha está sendo criada com a avó materna e o menino com o pai. Trabalhei e estudei, pagava minha faculdade com meu próprio dinheiro. Antes de ser presa estava trabalhando na SEDAM (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental) como Analista Ambiental. Sou formada em Direito, pós-graduada em Direitos Ambientais, não tirei minha carteirinha, devido iniciar como Analista Ambiental na SEDAM. Foi muito difícil ficar longe dos meus filhos. Condenada por tentativa de homicídio. Aqui dentro recuperei minha sobriedade, porque havia parado no tempo. No começo, meu relacionamento era normal, perfeito, mas quando engravidei, minha vida virou um inferno. Aparentemente nós éramos um casal perfeito. Ele me obrigava a fazer coisas que eu não queria, me ofendia psicologicamente, dizia que eu era feia, velha, por eu ser vaidosa, ele me detonava assim. Ele me deu um chute na barriga grávida, me ameaçava com armas de fogo, apenas revidei ele, quando ele apontou a arma pra minha filha dormindo. Destruía minhas coisas, forçava relações sexuais sem eu querer. As pessoas não acreditavam e diziam: “você, mas é tão forte”, ninguém acreditava em mim, nem minha mãe”. Meu ex marido me pressionava principalmente com dinheiro, ele sabia que eu era vaidosa, e usava o dinheiro pra me coagir. O motivo que me trouxe pra prisão foi influência do meu companheiro (Beatriz, 34 anos).

Além da distância da família, as mulheres ficam sujeitas e vulneráveis a diversos tipos de doenças, devido às más condições físicas e de higiene, lugar fechado e pouco acesso a luz. *“Tenho Bronquite asmática, e é difícil, porque aqui não tenho ninguém que pode comprar pra mim. As funcionárias como assistente social ou psicóloga podem até me trazer, mas não fazem nada pela gente não”* (Docinho, 25 anos).

Sobre o auxílio-reclusão, um assunto que gera críticas na sociedade, a população pouco busca informações a respeito do assunto e, por isso, não possui o conhecimento de que, na maioria das vezes, é apenas uma ilusão às internas: *"aqui dentro ninguém recebe auxílio-reclusão das mulheres, quanto aos homens um ou outro que recebe, mas é raro"* (Beatriz, 34 anos).

A trajetória, na prisão, é um momento de reflexão sobre os crimes cometidos. Espera-se que as mulheres condenadas utilizem esse tempo a fim de voltar à sociedade sóbrias e curadas. Mesmo o sistema penitenciário, Governo e Estado não favorecendo para essa prática, as mulheres têm consciência do que querem. Apesar do medo e insegurança, sabem que o cárcere não é o melhor lugar. A maioria não abandonou os sonhos, conforme descrevem Pri (29 anos) e Docinho (25 anos).

> Minha expectativa agora que vou sair daqui e cuidar do meu filho. Pretendo sair daqui e ficar mais próxima de casa, vou inclusive falar com a minha mãe pra ficar no mesmo apartamento, vou pegar uma tornozeleira, quero orientar meu filho para que ele não se torne como eu. Não me considero curada, mas uma pessoa bem tranqüila, tenho uma mente bem focada para o que eu quero, essa doença não tem cura, mas preciso ter força de vontade (Pri, 29 anos).
>
> Quero sair daqui e recomeçar minha vida, algumas pessoas me ofereceram ajuda e serviço, então quero sim tentar recomeçar. Eu sempre cai em problemas por causa de amizades. Tenho muita fé em Deus, e sei que ele tem um propósito pra mim aqui dentro (Docinho, 25 anos).

Durante o período de pesquisa, foi possível perceber como as mulheres privadas de liberdade, na penitenciária Regional de Rolim de Moura–RO, conseguem manter sonhos e projetos. Todas afirmam que aprenderam as lições da vida da pior maneira dentro da prisão, mas, em nenhum momento, sentiram-se incapazes de prosseguir com seus objetivos. Assim afirmam Beatriz (34 anos) e Gaby (23 anos):

> Quando sair daqui, tenho projetos para trabalhar com reinserção. Quero trabalhar também talvez com nutrição e estética. Mas atualmente temos muitos planos para o futuro. Aqui na prisão faço trabalhos internos e sou remunerada mensalmente pela FUPEN (Fundo Penitenciário de Rondônia) ganho 01 (um) salário mínimo. Considero que estou pronta, sou capaz de enfrentar a sociedade apesar dos meus medos. Aqui estou totalmente em construção, me desconstruí totalmente, eu queria muito dinheiro, e hoje vejo tudo diferente, e o que mais tenho raiva de mim é isso, eu sabia o que estava fazendo e nunca me dei conta. Acredito que a reincidência é maior

> pela falta de oportunidade, se uma pessoa sem condenação já é difícil arrumar um emprego, imagina o preso (Beatriz, 34 anos).
>
> Aprendi da pior forma, mas aprendi, quero e estou preparada pra sair daqui, não quero ficar aqui nesse lugar, mas quero recomeçar minha vida, fazer uma faculdade, arrumar um emprego. Natural de Rolim de Moura não tem filhos, sempre morou na Zona Rural, tem ensino médio incompleto. “a família da minha mãe nunca ajudou ela, eu tive um tio preso, eles ajudaram tirar ele, quando fui presa, só diziam: há deixa ela lá, pra ela aprender” (Gaby, 23 anos).

As autoras Gonçalves, Coelho e Vilas Boas (2017) retrataram sobre os projetos de vidas das mulheres na prisão, afirmando que a detenção às mulheres seja algo provisório e nesse período que tenham oportunidades e acesso a instrumentos e projetos, a fim de construírem projetos para a vida futura. As reincidências acontecem devido à falta de oportunidades destinadas às pessoas privadas de liberdade. Neste caso, a reinserção não é algo simples, é preciso indagar e conhecer melhor as experiências vividas pelas egressas para então discutir essa questão com maior propriedade. “Entretanto, não se pode desconsiderar a fala delas acerca da falta de oportunidade de trabalho, pois é fato que socialmente existem muitas dificuldades e estigmas que impedem a inserção profissional e social da egressa” (GONÇALVES; COELHO; VILAS BOAS, 2017, P. 121).

É essencial que as mulheres, na prisão, tenham um projeto de vida. A solidão é o principal motivo para que muitas egressas percam as expectativas e sonhos. Em meio a essas e outras dificuldades, em um espaço tão pequeno, tão cheio de lutas e desafios, as mulheres se reorganizam e tentam manter a relação com os (as) filhos (as) e familiares no espaço carcerário. Docinho deixa isso claro em um de seus depoimentos:

> Ao meu filho, sou feliz porque ele está com a tia dele, lá eles não mexe com coisa errada, meu filho estuda, e fico feliz porque eu nunca tive isso, vi fotos deles num lugar tipo um balneário, todos sentados juntos, então é isso que me conforta, e vou aconselhar ele em nunca procurar caminhos errados, tentar dar a ele a base que eu nunca tive. A primeira mulher que casei eu tinha 14 anos de idade e sai de casa. Tenho ensino médio. Sou lésbica. Tive meu filho com 16 anos de idade. Nunca me envolvi com homens, apenas uma vez que havia separado da minha parceira, bebi muito numa noite com um amigo, e quando acordei estava ao lado dele (Docinho, 25 anos).

Diante dessas e outras afirmações, fica explícito que a reinserção social e profissional das egressas é um desafio à sociedade e Estado. As mulheres que

estão na prisão terão que encarar a sociedade num determinado momento. Por isso, é essencial que o período do cárcere seja vivido com oportunidades que possibilitem a reavaliação das ações dessas mulheres, aumentando a autoestima e o empoderamento delas (GONÇALVES; COELHO; VILAS BOAS, 2017).

As 05 (cinco) mulheres entrevistadas na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO, uma instituição mista que abriga aproximadamente 20 (vinte) mulheres encarceradas em uma ala feminina improvisada, também fazem parte dessa realidade, onde as internas precisam de maior empoderamento e oportunidades para sentirem segurança em seus projetos de vida. A reorganização espacial, no cárcere, é desafiador a todas as internas, e o principal vínculo das reeducandas são seu filhos e filhas.

Na prática: as categorias geográficas de análise no espaço carcerário feminino

As análises de dados advindos dessa pesquisa dissertativa, sobre a organização Espacial das mulheres privadas de liberdade e, segundo a percepção destas, como elas veem as relações de gênero no espaço carcerário da Penitenciária Regional de Rolim de Moura/RO, só foi possível através das categorias geográficas: Espaço, Lugar, Território e Corpo, por meio de observações, mapas mentais e entrevistas.

Dardel (1990) afirma que o espaço é construído e só adquire significado, por meio das ações do homem, a partir do momento em que o ser humano movimenta-se nesse espaço e o modifica. Sendo assim, foi possível verificar que as mulheres encarceradas enfrentam desafios mais intensos, por ocuparem um espaço impróprio a elas, por se tratar principalmente de um local improvisado e serem a minoria da população carcerária, no lugar de pesquisa.

O espaço da penitenciária Regional de Rolim de Moura/RO foi construído com objetivo de abrigar homens e, na necessidade de acolher as mulheres condenadas na região, improvisaram celas na enfermaria da instituição prisional. Essa é uma realidade na maioria dos municípios do Estado e não diferente do restante do país. Em Rondônia, existe apenas uma penitenciária feminina, os demais locais são penitenciárias, presídios ou cadeias mistas.

A falta de espaço físico adequado às internas favoreceu a exclusão de gênero e sua invisibilidade. Essas mesmas mulheres relataram, através das entrevistas, que precisam movimentar-se no espaço da prisão cautelosamente. A organização das reeducandas atrás das grades é um grande desafio, principalmente no esforço de fazerem seus pedidos serem ouvidos e suas exigências acatadas. Há uma enorme resistência por parte das autoridades em atendê-las, pelo simples fato de serem mulher e, posteriormente, por serem a minoria da população carcerária no município de Rolim de Moura–RO.

O estudo espacial, com as mulheres encarceradas, corrobora com a geografia humana, considerando que esta é a ciência das configurações espaciais e junto com a geografia cultural integra geograficamente o homem e a natureza (CORRÊA, 1995). O significado da cultura, no espaço prisional, confirmou-se por meio da experiência, construída pelos sentimentos e pensamentos das internas, possibilitando a construção subjetiva de cada uma no espaço a que foram submetidas.

As diversas formas de representar o espaço, na prisão, foram explicadas através de Bollnow (2008). Segundo o autor, o espaço se expande ao redor do homem. Mesmo o indivíduo permanecendo fixo, o espaço é relativo ao sujeito. Dessa forma, as mulheres encarceradas se reorganizaram na prisão, perceberam a diferença no tratamento das relações de gênero, são menos ouvidas pelas autoridades e o próprio local em que estão reforçou a submissão e desvalorização da mulher no sistema carcerário.

A circunstância do espaço onde as reeducandas se movem é um conjunto de relações, que, de acordo com Dardel (1990), é onde estabelece o lugar de existência. O termo de relações, estudadas para conceituar o lugar na prisão, te m como função verificar geograficamente como as mulheres constroem e reconstroem suas identidades, cada uma contribuindo para a criação do lugar no espaço prisional.

Buttimer (1976) defendeu a ideia de que a geografia junto com a fenomenologia conceituam-se por meio das conexões entre as pessoas e lugares. Reforçando a ideia de que o ser é único e responsável por construir ou reconstruir-se no lugar que está inserido, a categoria de análise “Lugar” foi utilizada, nessa

pesquisa, com o objetivo de compreender essa reorganização das mulheres no sistema carcerário.

O conceito de lugar ajudou através dos mapas mentais, principalmente, entender que as mulheres perceberam o lugar da prisão como uma oportunidade de reflexão. Apesar das decepções, as mulheres, na penitenciária Regional, no interior do Estado, constroem o lugar em que estão, através das lembranças arraigadas na família, em especial, os filhos e filhas.

A identidade das reeducandas foi importante para conceituar a categoria de análise lugar. Os mapas mentais que retrataram a infância (3.3.1 A vida antes do cárcere**,** p. 100) e como elas se vêem (3.3.2 Quem eu sou? Processo de identificação das reeducandas, p. 104) foram importantes, pois as mulheres encarceradas buscaram, por meio do desenho, retratar como elas se enxergam hoje como pessoa, e essa reflexão teve forte influência devido à infância que viveram.

Apesar da penitenciária não ser um lugar sonhado pelas internas, de acordo com os relatos delas, procuram manter o equilíbrio e predomina, entre todas, o respeito. Algumas afirmaram que a prisão foi um lugar para aprender a valorizar, principalmente, a família e os valores pessoais e culturais. Outras alegaram que não seria fácil sair do vício, mas que, pelos filhos, iriam fazer o possível.

A categoria de análise lugar deu ênfase a este estudo, possibilitando ao leitor entender que, mesmo a prisão não sendo o lugar próprio das mulheres internas, elas constroem relações marcantes e possuem a oportunidade de reconstruir momentos de afeto com familiares. Essa realidade ficou evidente nos períodos de visitas, como as mulheres consideram imprescindível a presença da família.

No estudo em questão, a categoria de análise geográfica território deu ênfase às relações de poder dentro da prisão. Partindo de um pressuposto de que o poder, força e autoridade são manifestos em um grupo de pessoas onde mantém domínio sobre outro grupo dito inferior, a autora Arendt (1985) afirmou que a noção de quem o homem governa é sinônimo de violência, tendo o mesmo desempenho onde é estabelecido um território, ou seja, controle e poder.

Para Raffestin (1993), no lugar que um indivíduo estiver mudando o espaço, ali fará parte de um território. Para constituir um território, é necessária a ação direta do homem. Na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO, como parte de um

território, as mulheres encarceradas estão sob um domínio baseado na violência física e verbal.

Pelos relatos das mulheres fixados nos conteúdos anteriores, todas as entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo ou mais de violência por parte dos policiais e agentes penitenciários (as), desde quando são procuradas pela justiça até chegarem a prisão, sofrem inúmeras ameaças. Portanto, as detentas usam diferentes mecanismos para sobrevivência dentro da prisão.

Um dos principais meios de tentar certa tranquilidade é estabelecer relações de respeito com as demais internas. A principal regra dentro das celas é o respeito. Na penitenciária, há as mulheres encarceradas que se destacam, além de exigirem que suas determinações sejam acatadas.

As reeducandas afirmaram que um dos maiores desafios está na comunicação dentro das celas. Algumas das entrevistadas falaram que mudaram a forma de se impor, falam alto e com tom firme, para obter o respeito com as demais. O choro precisa ser quase sempre engolido na frente das outras mulheres e das agentes penitenciárias, a fim de não demonstrar fraqueza.

O território, na prisão, está marcado pelas divisões das celas. Os desafios para a sobrevivência das mulheres são constantes. Elas afirmam que são invisíveis dentro da penitenciária. Que são tratadas sem respeito ou consideração como seres humanos, e pelo fato de serem mulheres, essa invisibilidade aumenta. Não priorizam o que é próprio delas, nem permitem que usem produtos de beleza ou outros utensílios femininos. As internas que não recebem visita ficam menos desassistidas, pois o serviço de assistência social não interage com elas para providenciar o que desejam ou necessitam como medicamentos, produtos de higiene e cuidados pessoais.

Para finalizar, a categoria Corpo foi utilizada, nessa pesquisa, como fechamento da análise espacial sobre a organização das mulheres na prisão. De acordo com Silva et al. (2013), a categoria corpo é recente. Começou a fazer parte dos estudos geográficos no início do século XXI, sobre as ações produzidas e reproduzidas pelos corpos no espaço.

Dentro da prisão, prevalece mesmo conceito de patriarcado defendido na sociedade atual. As mulheres encarceradas precisam ser submissas, obedientes, calmas, serenas. Caso contrário, são vistas como pervertidas e assanhadas. Toda

organização espacial, na prisão, exige uma postural corporal das internas, isso reflete na forma de como elas percebem e se apropriam do cárcere.

Por isso, a necessidade de refletir sobre a categoria geográfica de análise corpo, sendo algo produzido na e pela cultura. Segundo Goellner (2012), faz parte do corpo tudo ao seu redor, os compostos internos dos órgãos, roupas e acessórios, os sentidos e as inúmeras possibilidades a serem descobertas, “não são as semelhanças biológicas que o definem, mas os significados culturais e sociais que a ele se atribui” (GOELLNER, 2012, p. 29).

A categoria mais exposta pelas internas e, observada ao longo da pesquisa, foi justamente a categoria corpo. Como essas mulheres se comportaram desde o primeiro dia de oficina, a aceitação em auxiliar no trabalho de campo desse estudo, os relatos. Foi possível observar que cada uma é um reflexo da cultura que lhe foi imposta. Ou seja, a linguagem que aprenderam e reproduzem, isso por meio do corpo influenciando as demais pessoas.

O gênero feminino na unidade prisional não separa os (as) homossexuais, sendo tratadas todas como mulheres sem dar importância as especificidades de cada uma. A mulher é julgada pela maneira que se comporta, desde a infância e como herança cultural. As mulheres são ensinadas a cuidar da casa e se preparar para um bom casamento; na fase adulta, essa realidade continua sendo uma cobrança da sociedade. Por isso, na prisão, o comportamento das mulheres é comparado aos homens.

A igualdade entre os gêneros, na unidade prisional, não existe. As internas concluem que aos homens são permitidos alguns direitos, porque são a maioria e fazem rebeliões, diferente delas, que são em menor número e nunca organizaram um movimento coletivo de conflitos. As mulheres se veem inferior ao público masculino.

A categoria corpo está relacionada na forma como as mulheres admitem ser tratadas. A maioria acredita ser natural a violência causada pelos homens sobre o gênero feminino. Elas afirmam que são ingênuas, sensíveis e aceitam que, desde a antiguidade, foi assim e não demonstram desejo de mudar essa posição.

A liberdade da mulher, para expressar suas emoções sem julgamentos e desprezos, dentro ou fora da prisão foi, e, é o maior desafio. Primeiro que, dificilmente, um homem se colocaria à disposição para pesquisar sobre o gênero

feminino, ainda mais, na prisão. Por outro lado, foram os desafios vencidos no dia a dia dentro da penitenciária. Quando as reeducandas sentiram confiança em compartilhar sua história, elas conseguiram se expressar sem medo nem ressentimento, apenas pelo desejo de se libertarem do cárcere psicológico a que estão submetidas.

O corpo da mulher encarcerada foi marcado pela violência física e psicológica, e, por meio dele, as internas se reorganizam no espaço da prisão, mantendo o máximo de força e sabedoria. Incluindo as grávidas e lactantes, uma realidade gritante nas unidades prisionais do país, mesmo estando em vigor a lei n° 13.257/2016, que alterou o art. 18 do Código de Processo Penal, onde o juiz pode substituir a prisão preventiva, pela domiciliar, quando a mulher for gestante ou com filho até os doze anos.

Essa lei não é uma realidade na vida das detentas. As mães têm o direito de decidir se querem ficar ou não com os (as) filhos(as) durante o período de amamentação. Mesmo as mães decidindo ficar com as crianças, esbarram na precariedade do espaço físico, pois a maioria das penitenciárias não possui Unidade Materno Infantil (SILVA, 2020).

Durante as visitas, que ocorreram entre janeiro a abril de 2018, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 33 unidades penais no Brasil, que tinham presas e grávidas e lactantes, apenas quatro se destacaram como exemplo de atendimento à mulher. A autora constatou em sua pesquisa que onde há o envolvimento e a preocupação dos juízes com a gestão das penitenciárias, tende a ser diferente, com melhor qualidade no atendimento às pessoas privadas de liberdade (SILVA, 2020).

No momento da pesquisa, na unidade prisional em Rolim de Moura – RO, não havia casos de mulheres grávidas ou lactantes, mas, segundo as internas, caso isso acontecesse, a mulher seria transferida para uma penitenciária no Estado em que pudesse amparar a grávida nessa situação. Ficando elas mesmas na dúvida do que, de fato, poderia acontecer. Isso reflete que às reeducandas cabem aceitar as normas e regras da penitenciária, mesmo embasado 100% na lei, as mulheres ficam invisíveis dentro do cárcere.

CAPÍTULO IV

NARRATIVAS NA ÍNTEGRA: durante as entrevistas com as mulheres encarceradas da Penitenciária Regional de Rolim de Moura/RO

Figura 19 – Salão da penitenciária, onde ocorrem as reuniões e outras atividades promovidas pelos (as) funcionários (as) da Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, durante a pesquisa realizada em 2018/2019.

A figura acima (figura 19) apresenta um momento em que a psicóloga da penitenciária faz uma reflexão com todas as mulheres encarceradas. Essa imagem foi escolhida para abrir o IV capítulo, porque aparecem todas as reeducandas juntas. Sendo assim, as entrevistas, que foram transcritas para este capítulo, representam também a realidade da maioria ou de todas as demais internas. Cada uma com sua história, mas todas tentando viver e conviver no espaço geográfico da prisão.

O quarto e último capítulo foi escrito com objetivo de colocar o leitor mais próximo do público feminino que vive na prisão. Os textos a seguir são as narrativas, na íntegra, das mulheres encarceradas da Penitenciária Regional de Rolim de Moura-RO, que participaram deste estudo.

Foram, ao total, 05 mulheres disponibilizadas pelo diretor da unidade, que estava na direção da penitenciária no ano de 2018 e o novo responsável pela instituição prisional em 2019. A história de vida dessas mulheres foi uma mistura de emoções, entusiasmos, tristezas, alegrias e curiosidades.

Ao final da leitura, cada leitor (a) vai perceber a unicidade das mulheres que estão na condição de condenadas e restritas às celas na penitenciária. Culpadas ou inocentes, o fato é que fazem parte da mesma sociedade, possuem os mesmos direitos e deveres. Isso permite as mulheres, de forma geral, direito à equidade e oportunidades, naquilo que elas acharem viável para seu pleno desenvolvimento, sem preconceitos e injustiças.

Qualquer pessoa que se intitula como cidadã de bem está sujeita a cometer crimes e ser condenada.

Pri,29 anos

“Minha mãe não me abandona por nada”.

Pri têm 29 anos, é reincidente e condenada, através do artigo 155: furto. Natural de Rolim de Moura. Seu maior desejo é sair da prisão para cuidar do filho, que vive com sua mãe.

Nasci aqui em Rolim de Moura, tenho 02 filhos. Um é criado com minha mãe e o outro com a mãe do pai dele. Não conclui meus estudos. Fui criada com meu pai e mãe adotivos, não tenho contato com minha mãe e pai biológicos. Desde quando nasci, fui morar com minha família adotiva, sempre moramos no sítio, mas, quando mudamos para a rua, minha vida mudou. Desde os 13 anos de idade, uso crack[35]. Meu pai não vai muito com minha cara, mas minha mãe não me abandona por nada.

Descobri que meu pai traía minha mãe e contei pra ela, e isso favoreceu pra nos afastarmos. Ele me tratava muito bem, melhor que meus irmãos, porém, quando cai nessa vida, ele me deixou de lado. Meus irmãos são ótimos profissionais, mas eu... se eu tivesse ouvido um pouco mais minha mãe, não estaria aqui. Eu vim aqui porque eu devia. Ninguém está aqui porque é inocente. Meus filhos me fazem muita falta.

Meus pais me davam tudo que eu queria e quando começaram me falar o não, não aceitei. Até hoje, minha mãe me sustenta. Antes de vir pra cá, só ajudava

[35] Droga ilícita com ação estimulante do sistema nervoso central.

minha mãe na lanchonete. Até cheguei a arrumar um emprego, mas era um serviço de fazer empréstimos, porém, só enganavam as pessoas. A falta de apoio e afeto, quando saímos daqui, acredito que faz com que voltamos. Minha mãe me dava dinheiro, mas amor e carinho nunca me deram. Só tive amigos usuários de drogas.

Creio em Deus, só que não tenho uma religião definida. Depois da greve, não estamos tendo nada, nem escola, nem cultos, não temos direito a nada. Esse diretor é pior do que o que estava antes, não é favor da reinserção, não é favor e nem nos ajuda em nada. Morei na zona rural até minha adolescência. Durante minha infância, nunca apanhei, ganhei uma surra apenas uma vez, foi quando esfreguei a cara do meu sobrinho no chão de concreto.

Carinho, beijos e abraços foram raros. Acho que faltou muita a atenção, minha mãe trabalhava muito. Xingamentos e humilhações tive por parte do meu pai, ele era problemático. Até meus 13 anos, tinha diálogo comigo, mas depois dos 13, não tinha como ter diálogo, quando meu pai traiu minha mãe, não existia mais possibilidade de diálogo.

Minha vontade era apenas matar meu pai. Minha mãe tentava proteger ele, isso me dava mais raiva ainda, porque, além dela ser traída ainda queria defender. Hoje, eu entendo, porque na bíblia diz que não devemos interferir nas decisões dos pais, mas eu não aceitava, porque ele tinha feito mal a ela. Minha mãe era uma mulher que levantava cedo, trabalhava, sempre prestativa, meu pai, minha mãe e eu todo dia nós matava 30 a 40 porcos pra entregar nos mercados.

Quando meu pai decidiu vir pra rua e traiu minha mãe, foi um choque pra mim na época, e não perdoei ele, antes ainda de vir pra cadeia não tinha perdoado. Por isso, toda oportunidade que tivesse em matar ele, eu tentava mesmo. Já tentei matar ele de faca, já dei veneno pra ele, corri atrás dele de enxadão, ele sempre me enfrenta, nós dois é meio... Agora não, eu já entendo que ele já está mais velho e sei que vou cuidar dele. Com o entendimento que eu tenho da bíblia, sei que amo meus pais, eles me deram um lar, quando nasci, minha mãe biológica praticamente me jogou fora.

Conheço alguns familiares biológicos, mas não tenho contato. Quando os vejo, cumprimento, eles me tratam muito bem. Tenho 2 filhos, o mais velho tem 13 anos, é registrado no nome do pai e vive com minha mãe. Meu filho mais novo tem 8 anos e vive com a avó paterna, o pai está preso em Costa Marques/RO.

Antes de vir presa, eu estava praticamente na rua, tinha meu apartamento, porque meus pais têm apartamentos, mas eu não parava nele, eu só ia em casa pra tomar banho, só quando eu queria ficar quieta que ficava lá. Parei de estudar na 5ª série, eu matava[36] muita aula pra encontrar o pai do meu filho mais velho. Fui expulsa de uma escola, transferida para outra escola, mas continuei pulando o muro, matando aulas, arrumei muita briga, conheci a droga. Então, pulava o muro pra usar droga e ver o pai do meu filho; aí parei de estudar.

Tinha 15 anos nessa época, sempre usei o mesmo tipo de droga, o crack. Já trabalhei muito desde meus 10 anos, mas sempre era com minha mãe. O que mais gostava era trabalhar com minha mãe, mexendo com porcos. A época mais feliz da minha vida era no sítio, quando meu pai vendeu, tirou uma parte de mim.

As duas prisões foram pelo mesmo artigo 155: furto. Estou presa desde abril de 2018, e vou sair sem remissão agora dia 23 de abril desse ano de 2019. Não trabalho aqui, porque não tem nada pra fazer. O diretor não se importa com nós, já era pra mim ter ido embora. Tenho 110 dias de remissão, mas pela má administração do diretor, não fui ainda. Já passei por várias delegacias por causa de brigas. Fiz 01 trabalho socioeducativo. Porém, na maioria das vezes, apenas ia pra delegacia, mas nunca deu em nada.

Tenho, na família, vários primos com problemas com drogas. Já tive contato com um primo, mas eu não queria que ele fosse em meu apartamento, porque minha mãe ia saber que ele ia usar droga e ela brigava comigo. O que mais me afetou foi na época que houve a traição do meu pai. Então, isso me ajudou muito cair nas drogas. Depois, aconteceram dois homicídios na minha frente e por causa de droga também. Minha melhor amiga foi morta pelo namorado, com 6 tiros e meu marido foi morto na minha frente também, com quase 30 facadas. Depois disso, realmente, me entreguei para as drogas, nada tinha mais sentido.

Minha amiga foi morta pelo ex-namorado, apenas porque roubou 2g de crack dele naquela madrugada. Já fui vítima de violência pelo meu companheiro, eu caçava né, me ofendia, xingava, controlava o que eu fazia, me impedia de sair de casa, me batia. Não me obrigava fazer nada a força, nem sexo. Eu sempre reagia, ia pra cima dele, minha mãe sabia, mas ficava chateada comigo, porque eu gostava dele e sempre voltava com ele.

---

[36] Deixava de assistir a aula.

Sofri maus tratos sim pelos policiais e muito. Já nos bateram muito, espancaram tanto um menino que estava comigo, que ele ficou surdo. Em mim, bateram muito, mas não me deixaram marcas. Humilhação é o que mais fazem. E o *spray* de pimenta, você pode estar na rua sem fazer nada, mas eles passam e jogam o *spray* de pimenta na gente. Os agentes aqui dentro nunca me bateram. Mas aqui, há sim, falta de respeito pelos agentes e funcionários.

Entre nós presas, é onde mais existe falta de respeito, uma quer ser melhor que a outra. Se você não faz parte de uma facção, elas ficam te zombando, e se acham superior. As facções aqui dentro tem a CV – Comando Vermelho e o PCC – Primeiro Comando da Capital. Graças a Deus na cela que eu estou hoje, é bem harmoniosa, nos damos muito bem. Hoje, está muito melhor do que quando cheguei. Assim que cheguei, várias pessoas tentaram me colocar no crime, e, quando não aceitei, fui agredida por uma presa, por causa de outra, hoje não acontece mais. Aqui nossa rotina é deitar, comer e dormir. Cada uma tem o dia da sua faxina. Não tem uma líder da cela, todas se respeitam, ninguém quer ser melhor do que ninguém, na nossa cela.

Sobre ser mulher, nos tratam como presa e não como mulher. Tratam como presa porque, se tá doente: não tem escolta, tá doente: não tem médico, tá doente: não tem enfermeira. Semana passada, tive que ir duas vezes pro hospital chorando. Passei mal e não queriam me levar, muita negligência.

Tem sim diferença dos homens pra nós. Eles tem tudo, tem pulso, são a maioria. Nós somos a minoria, não temos nada, a gente é esquecida. Olha, eles vão começar estudar, era pra ter começado ontem, e, nós? Não tem ficha de matrícula e nem previsão quando vamos estudar.

Minha expectativa agora que vou sair daqui é cuidar do meu filho. Primeiramente, é cuidar do meu filho mais velho. Pretendo sair daqui e ficar mais próximo de casa, vou inclusive falar com a minha mãe pra ficar no mesmo apartamento. Vou pegar uma tornozeleira, quero orientar meu filho para que ele não se torne como eu. Não me considero curada, mas uma pessoa bem tranquila, tenho uma mente bem focada para o que eu quero, essa doença (vício) não tem cura, por outro lado, preciso ter força de vontade.

Docinho, 25 anos

“Vou tentar dar a ele (o filho) a base que eu nunca tive”.

Docinho, tem 25 anos. É reincidente e condenada pelo artigo do Código Penal 157: assalto e 33: tráfico de drogas. Natural de Porto Velho/RO. Apesar da condição de estar presa, quer sair, arrumar emprego e aconselhar o filho para não cair em situações parecidas com as de Docinho.

Sou natural de Porto Velho/RO, tenho 01 filho de 10 anos de idade. Ele mora com a tia paterna, nunca trouxeram ele pra me visitar. A tia dele é muito sistemática, mandei várias cartas e expliquei que não é porque estou presa que quero que meu filho viva em vida errada. Também não conheço apenas pessoas erradas. Quando fui presa, estava aqui nesta cidade. Fui condenada por assalto e tráfico. Já fui presa outras vezes, condenada por posse de arma, formação de quadrilha, associação ao crime, estelionatário, falsificação ideológica, 155, 180.

Já estive presa em mais 6 cadeias diferentes. Dentro e fora de Rondônia. Antes de completar 18 anos, passei por várias delegacias, pelo juizado da infância e da adolescência, fui encaminhada para abrigos. Tenho problema de saúde, Bronquite asmática, e é difícil, porque aqui não tenho ninguém que pode comprar pra mim. As funcionárias como assistente social ou psicóloga podem até me trazer, mas não fazem nada pela gente não.

Cresci numa família adotiva, eles sempre foram envolvidos com coisas erradas e eu cresci aprendendo tudo de errado também. Tive problemas com álcool, bebia muito, vivia jogado pelas ruas, comecei a usar cocaína, e voltei a usar a maconha, uso a maconha desde os 12 anos de idade. Depois, fumei a pedra[37] também peguei a fumar direto, a pedra é instigante, você começa a usar e não quer parar. Um dia, depois de ter usado muito, pensei que não queria aquilo pra mim e resolvi parar. E continuei só com a maconha.

[37] Referente ao crack.

Quando vim pra cadeia, tinha uma companheira lá fora, às vezes me humilhava, xingava, destruía minhas coisas, a gente se pegava nos tapas às vezes, me torturava psicologicamente, eu também reagia com palavras e agressão física. A mãe dela era que nos aconselhava muito.

Sofri muitos maus tratos por parte dos policiais. Aqui, sou respeitada pelas internas e alguns funcionários, porém, já fui ameaçada. Minha pena foi de 7 anos numa condenação e 13 anos em outra. Aqui, não recebo visitas de ninguém. Porque conhecia apenas minha mãe biológica e ela faleceu, quanto a meu pai, tenho o nome dele na certidão, mas nunca soube quem era, nem onde morava e nem fui atrás. Da minha família adotiva, não pode ninguém me visitar, porque não tem documentos de adoção. Eu me conformo, porque sei que não tenho ninguém pra me visitar. Agora, se tivesse família aqui como algumas mulheres e não viesse ninguém, seria bem mais difícil.

O que me trouxe pra prisão, acho que falta de estrutura e de apoio familiar. Minha família, todo mundo mexia com coisas erradas, minha mãe deixava a gente de qualquer jeito, as pessoas chegavam pra buscar drogas e eu e minhas irmãs distribuía. Então, cresci aprendendo isso. Nunca tive ninguém pra dizer o que era certo ou errado. Minha mãe biológica me abandonou, foi embora eu tinha 07 anos e fiquei apenas com essa família, comida nunca faltou, mas não tinha horários, nem a comida certa. Acho que a família é tudo. Aqui dentro, aprendemos a valorizar pequenas coisas. Minha mãe biológica era alcoólica.

Durante minha infância, não tive carinho, comportamentos como levar pra escola, passeios, diversões não existiriam na minha vida, apanhei muito, beijos, abraços, carinho, conversa, nada disso tive. Com 18 anos de idade, fui atrás da minha mãe biológica. Ela veio embora pra perto de mim e criou meu filho comigo.

Minha mãe biológica faleceu no ano de 2017. Morei com essa família adotiva até os 14 anos de idade. A primeira mulher que casei, eu tinha 14 anos de idade e sai de casa. Tenho ensino médio, sou lésbica. Tive meu filho com 16 anos de idade. Nunca me envolvi com homens, apenas uma vez que havia separado da minha parceira, bebi muito numa noite com um amigo, e quando acordei estava ao lado dele. No início, ele não quis saber da gravidez, mas assim que a criança nasceu, ele quis assumir.

Mas eu não aceitava. No entanto, ano passado, ele registrou meu filho por ordem jurídica. Aqui nos tratam sem educação, como falam em reinserção, se começa aqui dentro os maus tratos, não nos tratam como pessoas e não facilitam as oportunidades pra nós. Algumas agentes nos tratam bem, mas não são todas. Quero sair daqui e recomeçar minha vida. Algumas pessoas me ofereceram ajuda e serviço, então, quero tentar recomeçar.

Eu sempre caí em problemas por causa de amizades. Apanhei muito de policiais. Teve uma vez que apanhei da meia noite às seis horas da manhã, a única cadeia que não me espancaram foi aqui. Tenho muita fé em Deus, e sei que ele tem um propósito pra mim aqui dentro. Entre nós presas é o respeito que fala mais alto, dentro da cela, se fizerem algo que não me agrada, eu converso. Não mexo em nada que não seja meu, e também não gosto que mexem em minhas coisas.

Todas sabem das suas tarefas, não tem uma regra específica na nossa cela. Se alguém tiver dormindo que não façam barulho, uma começa limpar a outra ajuda. A nossa cela é considerada a melhor, e isso gera inveja nas outras internas, trocaram nosso horário de tomar sol por implicância de outras internas. O tratamento entre homens e mulheres é bem diferente. Nós ficamos meio que isoladas, eles atendem mais os pedidos dos homens, quanto a nós, porque somos menos fazem de conta que não ouvem, colocam dificuldades em tudo. E nós que somos lésbicas, ainda mais, tem eu e outra mulher homossexuais. As agentes fazem cara de indiferença pra nós.

Participo aqui do projeto Kaspar, ele é muito bom. Em relação ao meu filho, sou feliz, porque ele está com a tia dele, ela e a família dela não mexe com coisa errada. Meu filho estuda e fico feliz, porque eu nunca tive isso. Vi fotos deles num lugar tipo um balneário, todos sentados juntos. Então, é isso que me conforta, e vou aconselhar ele em nunca procurar caminhos errados, tentar dar a ele a base que eu nunca tive.

Beatriz,34 anos

“Desde que entrei aqui, estou totalmente em construção, me desconstruí totalmente, eu queria muito dinheiro, e hoje vejo tudo diferente”.

Beatriz têm 34 anos, é a primeira vez presa, acusada de homicídio, através do artigo 121 pelo Código Penal.

Natural de Ji-Paraná/RO.

Beatriz afirma que, apesar das dificuldades na prisão, tem esperança em reatar a relação com o filho e a filha e recomeçar a vida, apoiada em sua família.

Sou de Ji-Paraná, tenho 02 filhos, sendo 01 menino de 03 anos e 01 menina de 09 anos de idade. Minha filha está sendo criada com a avó materna, minha mãe, e o menino com o pai, os dois são registrados e a menina recebe ajuda do pai. Fui criada com minha mãe e meu padrasto, tive uma excelente educação, comportamentos comuns em minha criação foram: levar a escola/passeio/diversão, beijos/abraços/carinho, diálogo. Trabalhava desde criança, ajudava minha mãe e meu padrasto, sempre tive as coisas, mas era muito trabalhado também.

Fui corrigida, minha mãe sempre trabalhou muito, então, ela foi muito ausente em minha vida com atenção, meu pai também era presente, vinha me visitar nas férias, mandava pensão, tenho um irmão que hoje estamos nos aproximando melhor, mesmos os filhos do meu pai com minha madrasta hoje, temos uma boa convivência. Meu pai foi assassinado.

Trabalhei e estudei, pagava minha faculdade com meu próprio dinheiro. Antes de ser presa, estava trabalhando no SEDAN como Analista Ambiental. Sou formada em Direito, pós-graduada em Direitos Ambientais. Não tirei minha carteirinha devido iniciar como Analista Ambiental no SEDAN. Quando sair daqui, tenho projetos para trabalhar com reinserção. Quero trabalhar, talvez, com nutrição e estética. Foi muito difícil ficar longe dos meus filhos. Mas, atualmente, temos muitos planos para o futuro. Fui condenada por tentativa de homicídio.

Julgada por mandar matar meu ex-marido, a família dele é muito influente, classe alta. E eu como mulher, mesmo tendo sofrido violência doméstica, fui censurada e vista como vagabunda, que não vale nada. Não vou me vitimizar, mas eu tinha toda uma conduta na sociedade e a família do meu e- marido se aproveitou do ocorrido para acabar comigo. Como se eu ia contratar um drogado que estava

com uma arma tão vagabunda, que, quase não amassou nem a porta da camionete que meu ex estava! Depois que ocorreu isso, não tive direito a partilha de bens.

Na prisão, faço trabalhos internos e sou remunerada mensalmente pela FUPEN (Fundo Penitenciário de Rondônia), ganho um salário mínimo. Aqui, estou fora dos padrões. Aqui, pra sobreviver é complicado, o relacionamento com as demais detentas tem sido um desafio, aqui não pode vacilar. Alguém da sua própria cela pode fazer alguma coisa contra você a pedido de outra presa em cela separada da sua.

No meu primeiro ano que vim pra cá, foi um inferno. Elas implicavam comigo até na maneira como eu sentava. Estamos em 6 celas, e 2 celas de triagem. Tive problemas de saúde, minha vesícula rompeu e, desde quando entrei aqui, desenvolvi muitos problemas de saúde relacionado à alimentação. Os comportamentos que frequentemente aconteciam comigo relacionado com meu ex marido era: me ofendia, xingava, me diminuía, humilhava; controlava o que eu fazia/com quem eu falava e onde eu ia.

Meu marido queria que eu fizesse coisas diferentes em relação ao sexo, ele tinha fetiche de trocas de relacionamento, onde tem várias regras, conheci casa de swing, conheci muitos casais, na maioria não tive relacionamento, mas são casais que não são felizes. Eu estava adoecendo, entrando em depressão por causa disso, mudei meu relacionamento, se eu quisesse ter paz, ter as coisas para meu filho, tinha que aceitar isso, se dissesse não, minha vida virava um inferno.

Na prisão, recuperei minha sobriedade, porque havia parado no tempo. No começo, meu relacionamento era normal, perfeito, mas quando engravidei, minha vida virou um inferno. Aparentemente, nós éramos um casal perfeito. Ele me obrigava a fazer coisas que eu não queria, me ofendia psicologicamente. Quando engravidei, dizia que eu era feia, velha, por eu ser vaidosa, ele me detonou assim. Ele me deu um chute na barriga grávida, me ameaçava com armas de fogo. Briguei com ele, quando apontou a arma pra minha filha dormindo. Destruía minhas coisas, forçava relações sexuais, sem eu querer.

As pessoas não acreditavam, e falavam: você? Mas é tão forte! Ninguém acreditava em mim, nem minha mãe. Fazia pressões em mim principalmente com dinheiro. Ele sabia que eu era vaidosa, e usava o dinheiro pra me pressionar. Cheguei a pedir ajuda a duas amigas e minha mãe. Mas elas não acreditavam,

porque, na frente delas, ele mudava totalmente, se fingia de muito bom. Minha mãe e meu padrasto só acreditaram, quando mostrei as mensagens que ele me mandava. Minhas colegas diziam pra mim deixar isso pra lá, deixar de ser boba.

Sofri dos policiais e agentes ameaças e humilhações. Sou considerada por eles uma presa muito perigosa, não por matar, mas porque sou inteligente e estudada, pra eles eu sou um perigo aqui dentro. Nunca relaram a mão em mim, e sabem como falar perto de mim. Uma vez, gritei com um dos agentes que bateu na cara de uma interna. Disse que ia chamar a polícia, eles tiraram ela do corredor levaram ela pra fora e bateram, mas tiraram ela de perto de mim. As agentes são pessoas amargas, frustradas, algumas são boas, mas são tão frustradas que a gente não pode falar nada.

Durante o tempo que estou aqui, sou tratada com respeito, não gosto de algumas, mas, nos respeitamos. Recebo visitas da minha mãe, minha filha e meu filho, meu padrasto conseguiu entrar 3 vezes, meu marido vem também. Eu sou a única que tenho casamento, que meu marido está fora da cadeia e vem me visitar. Meus avós se estivessem vivos vinham também. Agora tios, amigos, não entram pra visitar, alguns amigos advogados, às vezes, entravam, mas porque vinham fazer outras coisas e vinham falar comigo.

As visitas enquanto família é tudo aqui dentro, depois que cai aqui, depois de uns 3 ou 4 meses que cai na real o que tinha acontecido comigo e fui entender o que estava acontecendo, e com minha linha de raciocínio e a inteligência que tenho, se não fosse minha família, eu era uma criminosa, realmente estava no nível máster. Hoje ensino muito as meninas, e elas são da vida do crime, elas não tem uma linha de raciocínio, se eu não tivesse minha família, minha base, um apoio.

A maioria das presas não tem essa base, não tem esse apoio. O motivo que me trouxe pra prisão foi influência do meu companheiro. Tenho medo das pessoas. Porém, considero que estou pronta, sou capaz de enfrentar a sociedade apesar dos meus medos. Aqui sou obrigada a dizer em gírias, pra sobreviver preciso dizer assim, mas não fui criada assim. Na prisão, não sai ninguém melhor daqui, o sistema é o maior responsável, pra começar, tinham que tirar todos os agentes, e colocar pessoas que compreendem o ser humano.

Entre homens e mulheres, os homens são mais organizados, as mulheres não têm essa organização. Essas mulheres atacam os homens, são depravadas,

elas dão em cima. Aqui os agentes, também, se a gente não fizer o que querem é complicado, meu outro problema foi esse, quando cheguei aqui e viram que eu não ia sair dando [38] pra eles, me viram também com raiva. As mulheres aqui fazem inferno com outras. Eu preciso me posicionar, falo grosso, faço cara de mal, falo alto. Aqui é uma corda bamba. Hoje estamos numa cela com quatro mulheres. A principal regra é a limpeza, ali dentro fede mofo. E somos muito limpas. Todas ajudam, não podem mexer nas coisas das outras, não fazer barulho quando uma está dormindo. Se uma descumpri a regra cai da jega[39] (apanha).

Aqui me faço de boba, é uma linha de defesa minha. Prefiro que me vejam como besta. Nosso banho de sol é em cima de uma fossa, tem caramujo, ela escorre, tem baratas, então não gosto de sair. Depois da minha experiência aqui aconselho a alguém, que se ela está com a vida errada, e tem um fio de esperança e ama seu filho, pensa bem, porque o tráfico dá um dinheiro bobo, mas depois não paga nem o advogado. O que tenho mais medo é armarem pra mim, aqui tem umas 4 mulheres que preciso ficar atenta o tempo todo.

Tento usar minhas artimanhas pra enfrentar, nunca chorei na frente de ninguém, nenhuma delas. Me faço de durona o tempo todo, e quando chega a noite que deito na minha jega, aí sim, choro calada. Desde que entrei aqui, estou totalmente em construção, me desconstruí totalmente, eu queria muito dinheiro, e hoje vejo tudo diferente, e o que mais tenho raiva de mim é isso, eu sabia que eu estava fazendo e nunca me dei conta.

Olha o que eu fiz com minha filha, a bolsa dela era da Carmen Steffens[40], tudo dela era da Carmen Steffens, eu não me dava conta. Hoje minha filha não lembra dos presentes caros, ela lembra de coisas pequenas, momentos simples que vivemos. Ela diz pra mim, “mamãe, lembra do penteado que a senhora fazia em mim”. Meu filho diz pra mim, “mamãe quando choro, te chamo: “mamãe””. Eu sempre digo a minha filha, filha perdoa a mamãe, eu errei, mas vamos viver muitos momentos bons, vou te recompensar tudo que você está passando, ela sofre muito.

Eu não sei quem eu sou, eu me desconstruí pra me reconstruir. As pessoas que conviveram comigo sabem da minha pena, o porquê dessa pena. Minha pena foi de 14 anos acusada pelo crime no Código Penal 121.

---

[38] Fazer sexo.
[39] Apanha.
[40] Marca famosa de calçados, bolsas e roupas.

Grazi, 37 anos

“Meu maior medo é de não ter meus filhos de volta”

Grazi têm 37 anos, está presa pela primeira vez, foi condenada por tráfico de drogas (artigo 33 do Código Penal) e Tentativa de Homicídio (artigo 121 do Código Penal). Natural de Presidente Médici/RO. Grazi está presa há 05 anos e quer recomeçar sua vida fora da prisão e reestabelecer a relação com seus filhos e filhas.

Nasci em Presidente Médici, tenho 03 filhos, são os 3 registrados pelo pai. Tenho ensino médio completo. Antes de ser presa, eu trabalhava com vendas de roupas e utensílios.

Sofri violência pelos meus pais, mas prefiro não responder. Quando nasci fui rejeitada pela minha mãe porque ela queria um menino. Não tive uma infância e adolescência muito boa não, hoje eu entendo minha mãe, porque ela também sofria muito.

Sofri violência sexual com meus tios, nunca comentei com minha mãe. Meus filhos são: a primeira é uma menina de 16 anos, está casada, o segundo é um menino, tem 12 anos e a mais nova é uma menina de 9 anos de idade, os dois moram com o pai, e todos meus 3 filhos são do mesmo pai. Tenho minha casa própria. O motivo da minha prisão é 2 tráficos de drogas, investigação 121, participação em dois homicídios e associação ao tráfico.

Detida em regime fechado, o total da minha pena é de 25 anos e 2 meses, totalizando uns 8 anos em regime fechado sem as remissões. Sou uma das que está há mais tempo aqui na prisão, tenho 5 anos aqui dentro. É a primeira vez que fui presa. O promotor tinha raiva do nome da minha família, e quando meu irmão foi preso, vim testemunhar e fiquei presa também.

Às vezes, saio da cela pra trabalhar, mas prefiro ficar tecendo. Na minha adolescência, eu trabalhava muito e cuidava dos meus irmãos mais novos. As

violências continuaram por parte dos meus pais na adolescência também. Meus pais são casados até hoje. Hoje, eu olho e entendo, minha relação com meus pais é boa. Meu pai sempre teve problema com álcool, e meus tios têm problema com drogas também.

Eu tenho problema com álcool desde meus 18 anos de idade. Fui casada 01 vez, e sofri muita violência, xingamentos, humilhações, meu ex marido controlava o que eu fazia, obrigava eu fazer coisas que não queria, no sexo não, mas outras coisas sim. Me batia muito, me ameaçava, praticava tortura psicológica e sempre na frente dos meu filho e filhas. Até por isso, que meus filhos tem problema.

Hoje, o único contato que tenho com meu ex, é quando vem trazer meus filhos pra eu ver. Quando me agredia, já reagi, e algumas vezes meus irmãos me ajudavam, uma vez pedi ajuda da polícia, mas naquela época, não tinha lei Maria da Penha, se desse pra ir bem, se não, simplesmente não acontecia nada.

Por parte dos policiais, já sofri violência, inclusive de me levarem pra locais distantes, sítios e pra querer saber das coisas tentarem me abusar. Tirar proveito da situação. Ameaças e humilhação é o que mais fazem.Quanto aos agentes, alguns respeitam, outros não. Dentro das celas, existe o respeito uma com as outras, mas existe disputa, da melhor roupa, por comida, tudo aqui as mulheres disputam. Recebo visitas, dos meus pais, meus filhos e meu companheiro. Essas visitas são muito importante pra mim.

Os motivos mais fortes que me trouxeram à prisão foi a dificuldade financeira, as más companhias, maus tratos do companheiro e maus tratos na infância e adolescência. O que mais pesa pra mim, acredito que é o relacionamento, porque se o marido não apoia, e não posso contar com ele, fica mais difícil a convivência, e tudo se agrava.

Quando sair, quero aperfeiçoar os cursos que tenho, quero trabalhar e criar meus filhos. Não acredito que consigo me ressocializar, porque a sociedade sempre vai me ver como presa. **“Você está pronta pra encarar a sociedade?”** Eu sim, a justiça que não acha assim. Penso que estou pronta e não me importo para o que pensam, porque eu faço minha vida, eles não sabem de nada.

Aqui, o que me chama mais a atenção de ruim, porque de bom não tem nada. Mas é que preciso ser pura, tenho que ter jogo de cintura pra viver aqui dentro. Preciso ter bom comportamento. Aqui tem muita inveja. Existem as regras, e

a principal é o respeito, caso alguém não cumpre as regras, algumas que querem ser as bandidonas ameaçam. Meu maior medo é de não ter meus filhos de volta. Aqui aprendi como é o mundo, minha mãe dizia “se você não aprender, o mundo te ensina”. “**E o mundo te ensinou?”** Sim, da pior forma possível.

A diferença entre nós mulheres e os homens aqui dentro é a autonomia. Eles são a maioria, desde a antiguidade, a mulher precisa ser submissa. E não é diferente aqui dentro, os homens conseguem o que querem, reivindicam, as mulheres não.

Gaby 23 anos

“A cadeia ajudou a me aproximar da minha mãe”.

Gaby têm 23 anos, é a primeira vez que está presa e foi condenada pelo artigo 121 do Código Penal: homicídio. Natural de Rolim de Moura/RO. Gaby está cursando o ensino médio dentro do penitenciária e sonha em sair e fazer uma faculdade, além de reorganizar sua vida, ao lado de sua mãe e seu irmão.

Minha criação foi muito boa, nunca moramos no que era nosso mesmo. Hoje, minha mãe veio pra cidade por causa de mim. Enquanto eu estiver aqui, ela não vai embora.Fui criada um tempo com meu pai, depois ele separou da minha mãe, e fiquei morando com minha mãe, minha mãe me batia porque eu era muito atentada. Tinha carinhos, beijos, atenção da minha mãe e diálogo. Os únicos que não gostavam de mim eram meus tios, me odiavam, diziam que eu não valia nada. Que nunca ia ser nada na vida, me tratavam com preconceito.

Meu antigo relacionamento sofria alguns tipos de ameaças, xingamentos, estava trabalhando aqui, mas me tiraram, não sei porquê. Terminei o ensino fundamental aqui dentro e estudo o ensino médio, também participo do projeto

kaspar. Não tenho problemas de saúde. Sofri maus tratos por parte dos policiais por causa de briga aqui dentro. Mas nunca fui torturada, nem espancada.

Fui julgada a 36 anos de cadeia pelo código penal 121. No meu júri, falavam muito do rapaz que eu estava junto. A mulher dele acabou comigo, contou muita mentira pra juíza. Fiquei um ano conversando com um advogado, quando cheguei lá na hora do júri, era outro advogado. Após meu júri, que durou um dia e uma noite toda, retornei pra cadeia 6h da manhã com a cabeça a mil, doendo, mas estava calma, a agente olhou pra mim e disse: “isso é hora de chegar”? Ela ficou nervosa porque foi acordada. Esse fim aqui desanima, mas Deus é mais.

Minha mãe vem me visitar. A cadeia ajudou a me aproximar da minha mãe. O que me fez vir pra cá foi a dificuldade financeira e a influência do meu companheiro. Sempre fui muito quieta, saia muito, mas era na minha. Sofri muito, estava nervosa no sítio, só escutando dos meus tios que eu não valia nada e que meu pai era um bêbado, depois veio a morte do meu pai. Ele estava bêbado e foi pra delegacia e lá bateram tanto nele que ele morreu. Isso tudo acabou comigo, aí vim embora pra cidade.

Aqui na cidade, conheci esse homem, ele me dava tudo, dinheiro, no início não sabia que ele era casado, depois descobri, mas continuei com ele, e a própria mulher dele armou pra mim também. Porque eu não tinha nada a ver com esse crime, mas eu estava na hora errada e no lugar errado. A maioria das mulheres aqui, vem pra cá por causa dos companheiros. Aprendi da pior forma, mas aprendi, quero e estou preparada pra sair daqui, não quero ficar aqui nesse lugar, mas quero recomeçar minha vida, fazer uma faculdade, arrumar um emprego.

Gaby (23 anos) e as demais entrevistadas representaram a população feminina encarcerada na penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO. Por meio de cada depoimento, foi possível aproximar o (a) leitor (a) da realidade vivenciada pelas mulheres privadas de liberdade dentro do cárcere.

Nas entrelinhas das histórias relatadas, estão a singularidade, frustrações e sonhos. Essas e outras características relacionadas à infraestrutura da instituição prisional e às relações de gênero. Isso permitiu que essas mulheres organizassem o espaço geográfico da prisão, cada uma a sua maneira, porém todas invisibilizadas e silenciadas pela violência física, psicológica, institucional e desigualdade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Envolver-se com a Geografia e com o público feminino dentro da Penitenciária foi um desafio marcado com alegrias, conquistas e também inquietação e, algumas outras tantas vezes, um sentimento de angústia. O sentimento de angústia deve-se às falhas no Sistema Penitenciário Brasileiro. Ao mesmo tempo em que descobria com as mulheres encarceradas seus medos, sonhos, alegrias e tristezas, observava a falta de assistência, a exclusão social e de gênero e as estratégias que elas precisam praticar diariamente pelo fato de ser mulher.

As mulheres internas que estão na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO são jovens, entre 18-37 anos de idade. A maioria era responsável pelo sustento da família antes da prisão, baixa renda, e não terminaram o ensino básico. Quando chegam à prisão, levam até 03 semanas para se dar conta da situação que deverão enfrentar. No município de Rolim de Moura – RO, elas ficam numa penitenciária construída para homens, ou seja, uma sala foi improvisada para receber as mulheres condenadas na região zona da mata. Essa região corresponde a 07 municípios próximos a Rolim de Moura – RO.

No momento da pesquisa de campo, a Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO tinha 20 mulheres, divididas em 05 celas. O local é pequeno, as camas tipo beliches ficam muito próximas, dificultando o trânsito das mulheres dentro da cela. O mais comum era ver as internas sobre as camas, geralmente fazendo crochê, deste trabalho, vendem em troca de outros materiais, remédios ou até mesmo para ajudar a família fora da prisão.

A invisibilidade das mulheres, no espaço geográfico do cárcere, faz com que estudos feitos diretamente com elas sejam mínimos em pesquisas científicas. Minha trajetória até chegar às internas foi de extrema negociação, busca de parcerias. Tive que provar, em diversos momentos, minha real intenção, levando meu projeto de trabalho de campo, carta de pedido e a autorização do diretor quando este não estava e, todos os dias, durante os 03 meses de pesquisa, eu precisava explicar o que iria fazer naquele lugar, mesmo já tendo conhecido todos os agentes responsáveis pelo portão.

A principal parceria foi com o CEEJA – Centro Estadual de Educação para Jovens e Adultos, do município de Rolim de Moura – RO, sem este seria quase impossível chegar até às mulheres internas. Essa dificuldade demonstra a intenção do Estado em invisibilizar, cada vez mais, as mulheres encarceradas. Porém, a sociedade civil também é responsável por essa desigualdade de gênero, os termos utilizados - “preso não vale nada”, “tem mesmo é que morrer”, “além de ir preso, ganha salário” - representam a deficiência no processo de ressocialização.

Dentro da penitenciária, não existem programas efetivos voltados à ressocialização. Há apenas a educação prisional por meio do CEEJA, onde os docentes trabalham hora aula e duas professoras pedagogas são responsáveis em organizar a documentação e organização das aulas. Não há local próprio para as mulheres tomarem banho de sol, o local onde ficam é construída uma fossa sanitária, ficando as detentas sujeitas a diversos tipos de doenças e bactérias.

O relacionamento interpessoal entre as internas é estabelecido por regras, o principal é o respeito. Há a relação de poder, mas, segundo elas, não há uma líder pra todas. Cada cela faz sua organização e o mais cobrado entre as internas é respeitar o pequeno espaço de cada uma. Quando chegam à prisão, são intimidadas e precisam utilizar mecanismos de resistência até fazerem parte do grupo. Um fato marcante foi a transferência de uma interna, pelo simples fato dela descobrir o caso do diretor com uma agente. O relacionamento das internas com os/as agentes é de resistência. Infelizmente, quase todos/as os/as funcionários da Penitenciária reproduzem os termos de exclusão às detentas, com palavras e atitudes. Essa é uma diferença entre elas e o público masculino, pois os homens são em maior número e os agentes dificilmente reproduzem palavras a eles.

O principal vínculo afetivo que as mulheres mantêm, depois que chegam à prisão, é a família, principalmente os/as filhos/as. Todas as mulheres condenadas na Penitenciária Regional de Rolim de Moura – RO tiveram o homem como motivo do crime ou envolvimento com o tráfico, e a maioria delas estão sozinhas, ou seja, foram abandonadas pelos companheiros. Mas, durante as entrevistas, foi emocionante ouvi-las falar dos/as filhos/as, os olhos brilhavam, algumas não seguravam as lágrimas. A maioria delas recebe visitas dos familiares e filhos/as.

Atrás das grades, essas mulheres são conscientes da exclusão social, relatam o desejo de recomeçar a vida, mas temem o preconceito e a falta de

confiança das pessoas, principalmente para conseguir emprego e ter condições de cuidar dos/as filhos/as.

Mesmo tendo êxito em alcançar responder todos os objetivos propostos na dissertação, como pesquisadora e militante na luta pela igualdade de direitos da mulher e seu empoderamento, deixamos sugestões, críticas construtivas a fim de mobilizar a sociedade civil e cobrar do Estado políticas públicas eficientes, garantindo, na prática, a preservação do direito à dignidade da pessoa presa e a visibilidade da mulher encarcerada:

- Construir uma penitenciária feminina na cidade de Rolim de Moura – RO, sem improvisos, mas garantindo as especificidades da mulher. Cela especial e individual para as mulheres grávidas, garantia e espaço confortável para ficar com o/a filho/a até a idade permitida em lei, creche equipada para as crianças, sala de visitas específicas para as crianças. Ambiente amplo e adequado às visitas íntimas, idosos e deficientes.
- Oferta e garantia de trabalho dentro do penitenciária a todas internas, permitindo que elas ocupem o tempo livre, aprendam uma profissão e recebam por isso.
- Equipe multidisciplinar dentro do penitenciária, com todos profissionais de saúde: Ginecologista, Clínico Geral, Dentista, Psiquiatra, Fisioterapeuta, Nutricionista, Psicólogo/a e Assistente Social. E todos com carga horária 40h semanais, em regime de plantão, cumpridos dentro do penitenciária. Garantia de todo tipo de remédios, agilidade em exames e tratamentos às internas.
- Aprimorar a educação prisional, oferecer e garantir a formação continuada aos docentes desse público, exigir bons resultados e aulas dinâmicas, além de materiais específicos e atualizados. Oferecer a educação profissional e técnica, educação superior e cursos "*Lato Sensu* [41] ". Uma sugestão é a parceria com instituições de ensino e projetos sociais, a educação superior via a distância. A Universidade Federal de Rondônia – UNIR instalada no município pode estabelecer essa parceria para cursos superiores e "*Lato Sensu*". Outras escolas Técnicas existem no município e podem aceitar, através de projetos sociais, trabalhar com o público feminino no cárcere.

[41] Significa "em sentido amplo" e compreende os cursos de pós-graduação voltados para alguma especialização.

- Formação continuada voltada à humanização das agentes penitenciárias. Aplicação da lei aos maus tratos contra as internas. Contratar agentes mulheres e exigir das funcionárias um tratamento com respeito e humanizado.

O Estado tem como dever garantir às pessoas privadas de liberdade o direito à dignidade. Isso só será possível a partir de discussões, pesquisas e imposição da sociedade civil contra os maus tratos, condições físicas precárias, locais impróprios, tratamento desumano dentro da prisão. Sem esquecer que, quando falamos de sociedade, nada mais é que, todas as classes, pessoas, em todos os espaços geográficos, locais públicos, privados, favelas, penitenciárias.

Por fim, acreditamos que não podemos excluir um ou outro por não conviver no mesmo espaço geográfico que nós e às mulheres, em geral, principalmente as privadas de liberdade precisam ecoarem suas vozes, garantindo, assim, a oportunidade de direitos para todas.

Essa foi a finalidade desta dissertação: alcançar todos os seguimentos da sociedade, a fim de contribuir como conhecimento científico na área da ciência geográfica. E ainda, os conhecimentos gerados por essa pesquisa possam contribuir com os gestores públicos na formulação de novas políticas públicas para esse seguimento populacional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. M. C. P**.** O que está dentro está fora: prisão e arte. *In*: MARTINS, P. **Território & Sociabilidade:** Temas e Práticas Interdisciplinares. Florianópolis – SC: Pest, 2009.

ALMEIDA, J. G.; SANTOS, R. Q. Educação escolar como direito: a escolarização do preso nas legislações penal e educacional **RBPAE** - v. 32, n. 3, p. 909 - 929, set./dez. 2016.

ALVES, H. V. S. **Grades invisíveis:** as características sócio espaciais da prisão a partir da percepção das mulheres encarceradas na penitenciária feminina de Rondônia/TOMO I. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho – RO. 2017.

ARCHELA, R. S.; GRATÃO, L. H. B.; TROSTDORF, M. A. S. **O lugar dos mapas mentais na representação do lugar.** Geografia – Londrina – v. 13, n. 1 – jan./jun. 2004. Disponível em http://www.geo.uel.br/revista

ARENDT, H. **Da Violência.** Editora da Universidade de Brasília. Brasília, 1985.

AUGÉ, M. **Não-lugares:** Introdução a uma antropologia da sobremodernidade.São Paulo: Papirus, 1991.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAILLY, A. S. ET SCARIATI R, L' Humanisme em géographie *In*: BAILLY, et al. **Les Concepts de la Géographie humaine**, Armand Colin , Paris, 1998. pág: 213-221.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – Evitando confusões. *In:* BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 13ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BELLO, A. A. **Introdução à Fenomenologia.** Bauru, SP. Edusc, 2006. 106 p.

BLAY, E. A. **Violência Contra a Mulher e Políticas Públicas.** ESTUDOS AVANÇADOS 17 (49), 2003.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação- CNE**- 2014 . Disponível em http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao

BRASIL. **LEI nº 3.565, de 03 de Junho de 2015**. Plano Estadual de Educação (PEE). Disponível em http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L3565.pdf.

BRASIL. **LEI Nº 12.433, DE 29 DE JUNHO DE 2011**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm

BRASIL. **Mapa da violência contra a mulher**. Disponível em: https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia_pagina-cmulher-compactado.pdf, acesso em 2018.

BRASIL. **Plano Estadual de Educação PEE/RO 2014 a 2024** – Educação de Jovens e adulto EJA.

BOLLNOW, O. F. **O homem e o espaço.** Curitiba. Editora da UFPR. 2008.

BONIFAZ, R. G. V.; NAKANO, A. M. S. La Violencia Intrafamiliar, El uso de drogas em la pareja, desde la perspectiva de la mujer maltratada. **Rev Latino-am Enfermagem 2004** março-abril; 12 (número especial): 433-8 www.eerp.usp.br/rlaenf.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina.** 11ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTTIMER, A. (1976): Grasping the dynamism flife world. *Annals of the association of american geographers,* 66 (2). Disponível em: http://wwwdata.unibg.it/dati/corsi/44021/41859-1976Buttimer_DynamismOfLifeworldNC.pdfacessoem 01/03/2018.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem:** introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CAVALCANTI, L. S. **GEOGRAFIA, ESCOLA E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS.** Papirus Editora, 2016.

CLAVAL, P. **Uma, ou algumas abordagem (ns) cultural (is) na geografia humana?** *In:* Espaços Culturais – vivências, imaginações e representações. Org.: Angelo Serpa. Salvador: Edufba, 2008, p. 13 a 29.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Editora UFSC. Florianópolis, 2011.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial.** 7ª Ed. Editora Ática: São Paulo, 2000.

CORRÊA, R. L. **A Dimensão Cultural do Espaço:** alguns temas. Espaço e cultura. Ano I – Outubro de 1995. Disponível em https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3479/2409 acesso em 01/03/2018.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. *In:* CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-48.

COSTA, E. R. **A Questão da Sociabilidade em Rousseau.** I Colóquio Rousseau: Verdades e Mentiras, em Araraquara-SP, em 14 de novembro de 2004; I SINAFEPOL: Simpósio nacional de filosofia sobre ética, política e linguagem, na UEL, em 27 de Agosto de 2004.

CUNHA, E. L. Ressocialização: O desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 157-178, mai.-ago. 2010.

DARDEL, E. L" ***Homme et la Terre***. Paris: Editionsdu CTHS, 1990.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra:** Natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DICKENSON, J. P.; AMORIM FILHO, O. B. Geografia experiencial – uma perspectiva binacional. **Caderno da Geografia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 7, p. 23-32, jul. 1996.

DIDEROT, D. Sobre as mulheres**.** *In:* THOMAS, A. L.; DIDEROT, D.; EPINAY, M. D'. **O que é uma Mulher?:** um debate. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

EPINAY, M. D'. Carta de Madame D' Epinay ao Abade Galiani sobre o livro de Thomas. *In:* THOMAS, A. L. DIDEROT, D. EPINAY, M. D'. **O que é uma Mulher?:** um debate. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

ESTÉS, C. P. **Mulheres que correm com os lobos:** mito e histórias do arquétipo da mulher selvagem. 12 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FICKERT, K. **É urgente regulamentar a visita íntima das presas em nível nacional.** Justificando: Mentes inquietas pensam Direito, 2016. Disponível em http://www.justificando.com/2016/06/02/e-urgente-regulamentar-a-visita-intima-das-presas-em-nivel-nacional/, acesso em 06/02/2020.

FIORAVANTE, K. E. **O espaço carcerário e a reestruturação das relações socioespaciais cotidianas de mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná.** Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2011.

FLORES, N. M. P.; SMEH, L. N. Mães Presas, Filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28(4), e280420, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312018280420

FLORIANI, D. **Crítica da Razão Ambiental**: Pensamento e Ação para a Sustentabilidade. São Paulo Anablume, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Editora Vozes, 20º Edição, 1999.

_____.Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2007.

FRACCARO, R. S. G.; ZUIN, A. L. A. **O Acesso À Educação No Sistema Prisional Do Estado De Rondônia:** Efetividade Dos Direitos Fundamentais E A Ressocialização. Dissertação. (Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça). – Fórum Nacional popular de Educação. Disponível em http://www.fnpe.com.br/docs/apresentacao-trabalhos/eixo-05/REJANE_DE_SOUSA_GONCALVES_FRACCARO.pdf

GAMALHO, N. P. Oralidades. Os caminhos da pesquisa na produção do bairro Restinga, Porto Alegre. *In:* TETTAMANZY, A. L. L.; ZALLA, J.; D'AJELLO, L. F. T. (Orgs.). **Sobre as poéticas do dizer**: pesquisas e reflexões em oralidades. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

GOELLNER, S. V. A Produção Cultural do Corpo. *In:* LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Orgs). **Corpo, Gênero e Sexualidade:** Um debate contemporâneo na Educação. 8° ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GONÇALVES, B. D.; COELHO, C. M. S.; VILAS BOAS, C. C. **Mulheres na Prisão:** um estudo qualitativo. 1ª Ed. – Curitiba: Appris, 2017.

GRATÃO, L. H. B. O direito de sonhar em geografia – Projeção Bachelardiana. **Revista da Abordagem Gestáltica – Phenomenological Studies** - XXII(2): 148-155, jul-dez, 2016.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos.** 2 ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HEIDRICH, Á. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. *In:* HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 15-33. DOI: 10.21826/9788563800220

HIRECHE, G. I. E. **A Falência da Pena de Prisão.** *In*: I Congresso das Américas de Ciências Criminais. Recife, 2000.

HOLZER, W. O Lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. ano IV, n° 7. p. 67-78. jul./dez. 1999.

JULIÃO, E. F. **Educação para Jovens e Adultos Privados de Liberdade**: Desafios Para a Política de Reinserção social. *In:* Brasil. Salto para o futuro: EJA e Educação Prisional. Brasília: SEEd-MEC, 2007.

AGUIAR JUNIOR, A. V. **A educação nas prisões brasileiras, estudo de caso: penitenciária de segurança máxima criminalista Geraldo Beltrão em João Pessoa – Pb.** Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/669/1/AVAJ07082014.pdf

KANT, I. **Crítica da Razão Pura.** 5ª edição. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2001.

KOZEL, S. **Mapas Mentais:** Dialogismo e Representações. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2018.

_____Comunicando e Representando: Mapas como Construções Socioculturais. Geograficidade. ISSN 2238-0205, v.3, Número Especial, Primavera 2013

LEAL, J. S. Sobrecarga de Planos de Opressão e o Encarceramento Feminino no Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 36-47, jan. / jul. 2013.

INFOPEN - **Levantamento Nacional de informações penitenciárias.** Jun. 2016. BRASÍLIA. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2017/relatorio_2017_22111.pdf

INFOPEN Mulheres **– Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**– 2ª Ed. Brasília. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIRA, DE. 2014 - Artigo "Só 10% dos detentos tem acesso a Educação dentro das Prisões Brasileira. Educação IG São Paulo, 2014

MACHADO, A. E. B.; SOUZA, A. P. R.; SOUZA, M. C. Sistema penitenciário brasileiro – origem, atualidade e exemplos funcionais. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 10, n. 10, 2013 DOI: http://dx.doi.org/10.15603/2176-1094/rcd.v10n10p201-212, p. 203.

MAIA, C. N.; SÁ NETO, F.; COSTA, M.; BRETAS, M. L. **História das Prisões no Brasil.** Vol I. 1ª Ed. Roccodigital. 2017. 320 p.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do Conhecimento:** As bases biológicas do entendimento humano. São Paulo. Editorial Phy II, 1995.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção.** 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. *In:* MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do Cotidiano uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS – Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. pp. 76 – 92

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R.. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONK, J.; HANSON S. **Não Excluam Metade da Humanidade da Geografia Humana.** In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (orgs). **Geografias Feministas e das Sexualidades:** Encontros e Diferenças. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2016.

MONK, J. **Colocando Gênero na Geografia:** políticas e prioridades. In: SILVA, J. M.; SILVA, A. C. P. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2011.

NOGUEIRA, A. R. B. Uma interpretação fenomenológica na Geografia. *In Anais* do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, N. A. S. A Educação Ambiental e a Percepção Fenomenológica, através de Mapas Mentais. **Revista eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v.16, janeiro junho de 2006.

PERROT, Mi. **As Mulheres ou os Silêncios da História.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

QUEIROZ, N. **Presos que Menstruam:** A brutal vida das mulheres tratadas como homens nas prisões brasileiras. 1ª Ed. Editora Record. Rio de Janeiro, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo, Ed. Atica, 1993.

RELPH, E. C. Humanism, Phenomenology and Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 67, n. 1, p. 177-179, 1977.

_____As Bases Fenomenológicas da Geografia. Geografia. Rio Claro, 4 (7): 1-25, 1979.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana:** sua teoria e história. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo. Cortez. 2010.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero:** Notas sobre estudo feminista no Brasil. E.I.A.L., Vol. 16 – No 1 (2005).

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. EDUSP. São Paulo, 2006.

_____. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____Por Uma Geografia Nova. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

SANTOS, S. **O Espaço administrado da Prisão e a Escola como Locus de Resistência.** In: LOURENÇO, A. S.; ONOFRE, E. M. Cammarosano. **O Espaço da Prisão e suas Prática Educativas:** enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos – SP: EDUFSCAR, 2011.

SCOTT, P.; VICENTE, M.; NÓBREGA, L.; ACIOLY, R. As Rearticulações de Sociabilidade Decorrentes de Migrações Internacionais. Áltera - **Revista de Antropologia***,* João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 37-55, jul./dez. 2015

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (orgs). **Espaço, Gênero e Feminilidades** ibero-americanas. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2011.

SILVA, B. **Detentos Pueris:** Gravidez nas Carceragens Femininas. Revista Conexão Periferias, n°10 Março 2020, Páginas 09-11. São Paulo/SP.

SILVA, J. M. ORNAT, M. J; CESAR, T. R. A. O; CHIMIN JUNIOR; A. B; PRZYBYSZ, J. O Corpo como Elemento das Geografias Feministas e Queer: Um desafio para análise no Brasil. *In*: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Geografias Malditas:** Corpos, Sexualidades e Espaços. Todapalavra. PontaGrossa – PR, 2013.

SILVA, J. M.; SILVA, M. G. S. N. Introduzindo as Interseccionalidades como um Desafio para a análise Espacial no Brasil: Em Direção às Pluriversalidades do Saber Geográfio. p. 18-33 *In*:_____(Orgs.) **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial.** Todapalavra. Ponta Grossa, 2014. 360p.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

SOARES, B.; ANDRADE, A. B. **Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus:** O surgimento das penitenciárias femininas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

SOUZA, M. J. L. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

STELLA, C.; SEQUEIRA, V. C. Guarda de Filhos de Mulheres Presas e a Ecologia do Desenvolvimento Humano. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, p. 379-394, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.14244/198271991195

TAIET, S.; ZART, R. E. **Grades que Calam:** A Inobservância das Particularidades de Gênero no Submundo do Cárcere Feminino. Ponto de Vista Jurídico, Caçador, v.6, nº 1, p. 64-81, jan./jun. 2017.

TEIXEIRA, M. B. **Sistema Penal Brasileiro sob a Perspectiva de Gênero:** Uma Análise da Situação Carcerária Feminina. (Monografia em Direito). Universidade Federal de Juíz de Fora. Minas Gerais. 2016.

THOMAS, A. L. **Ensaio sobre o caráter, os costumes e o espírito das mulheres nos diferentes séculos.** In: THOMAS, A. L. DIDEROT, D. EPINAY, M. D'. **O que é uma Mulher?:** um debate. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

TRINDADE, L. A. **A Ressocialização... Uma (Dis)Função da Pena de Prisão.** Porto Alegre, S. A. Fabris, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Paisagens do medo.** São Paulo: Editora Unesp, 2005.

_____. **Space andPlace: Humanistic Perspective.** S. Galeand G. Olsson (eds.), Philosophy in Geography, 387-427. AllRightsReserved. Disponível em: http://geog.uoregon.edu/amarcus/geog620/Readings/Tuan_1979_space-place.pdf, acesso em 01/03/2018.

TURRA NETO, N. **Metodologias de Pesquisa para o Estudo Geográfico da Sociabilidade Juvenil.** RAE GA 23 (2011), p. 340-375 www.geografia.ufpr.br/raega/ Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR ISSN: 2177-2738.

VARELLA, D. **Prisioneiras.** 1ª Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2017.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ANÁLISE ESPACIAL DAS MULHERES ENCARCERADAS NA UNIDADE PRISIONAL DE ROLIM DE MOURA - RO.

Pesquisador: MARIA MADALENA LEMES MENDES MOREIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 16838619.6.0000.5300

Instituição Proponente: Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.498.528

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto da mestranda Maria Madalena Lemes Mendes Moreira, orientada pela prof. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGG da UNIR, intitulado “Análise Espacial das mulheres encarceradas na unidade prisional de Rolim de Moura – RO.” Esta pesquisa utilizará uma base metodológica de cunho qualitativo, instrumentos de pesquisa: história oral e entrevistas, observação participante, mapas mentais.

O projeto tem a intenção de ser desenvolvido na busca de políticas públicas direcionadas a esta população que se fundamentam nos conceitos de gênero e empoderamento feminino através dos espaços prisionais e das ações que reduzam as desigualdades de estadia e chance para a vida pós-cárcere às mulheres. A pesquisa terá como objetivos analisar o espaço ocupado pelas mulheres encarceradas e através dessa espacialidade dar importância às relações de gênero na unidade prisional de Rolim de Moura – RO.

"(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado)".

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar o espaço ocupado pelas mulheres encarceradas e através dessa espacialidade dar importância às relações de gênero na unidade prisional de Rolim de Moura – RO.

Objetivo Secundário: a) Pesquisar o perfil socioeconômico e a percepção das mulheres encarceradas em relação as mudanças ocorridas quanto as oportunidades destinadas as mesmas. b) Observar quais os programas de ressocialização existentes na unidade prisional e quais os projetos que estas possuem para o futuro. c) Investigar como é o relacionamento das mulheres encarceradas com os filhos e familiares durante o período de detenção. d) Analisar através dos relatos das detentas as características do espaço carcerário na visão delas. e) Verificar as relações existentes no espaço carcerário nos diferentes contextos: sociais e de gênero.

Os objetivos apresentados são:

a. claros e bem definidos;
b. coerentes com a propositura geral do projeto;
c. exequíveis (considerando tempo, recursos, metodologia, etc.)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

a) Os riscos de execução do projeto estão claros e bem avaliados pela pesquisadora, sendo assim apresentados:

Riscos: Os riscos baseiam-se no tempo gasto pelas mesmas ao participar das oficinas, e demais atividades propostas, bem como o tempo para responder o questionário, e o risco a invasão de privacidade ao responder as perguntas. A pesquisadora esclarece que a participante terá o total direito em querer responder ou não, e que deixará claro para as mulheres carcerárias que nenhuma resposta irá colocá-las em situações de constrangimentos, porque primeiro se terá o total sigilo de quem as responderá e não será revelado seus nomes verdadeiros em hipótese alguma, a não ser que a mesma faça questão, mas já de ante mão alertará que é ideal que seja criado nomes fictícios para a proteção e integridade da sua imagem, esclarecendo que o melhor caminho a ser seguido tanto pela pesquisadora quanto para a pesquisada é o anonimato de quem está participando, para minimizar o máximo ao risco de exposição.

Benefícios: Os benefícios advindos desta pesquisa serão analisados pelo empoderamento da

mulher carcerária, não apenas pelo fato de estar privada de liberdade, mas pelo simples fato de ser mulher. Esta pesquisa ainda tem em sua característica mostrar como é a realidade no espaço prisional que as mulheres ficam sujeitas após sua condenação, uma vez em que as leis prescrevem a necessidade de ressocialização dos indivíduos privados de liberdade, pois, entende-se que estas uma hora ou outra retornarão à sociedade

(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

a. Metodologia da pesquisa – adequada aos objetivos do projeto e está atualizada.

b. Referencial teórico da pesquisa – atualizado e suficiente para aquilo que se propõe.

c. Cronograma de execução da pesquisa – está coerente com os objetivos propostos e adequado ao tempo de tramitação do projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos obrigatórios ao projeto:

a. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – presente e adequado.

b. Termo de Assentimento Esclarecido (TAE) – não se aplica.

c. Termo de Compromisso para Utilização de Dados e Prontuários (TCUD) – não se aplica

d. Termo de Anuência Institucional (TAI) – presente e adequado. Encontra-se assinado pelo diretor geral da penitenciária de Rolim de Moura/RO.

e. Folha de rosto – presente e adequado (Está assinada pela vice-diretora do Núcleo de Saúde da UNIR).

f. Projeto de pesquisa completo e detalhado – presente e adequado.

g. Outro – não se aplica.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

"Recomendação de aprovação do projeto."

Esclarecimento (s):

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - O TCLE deve ser adequado aos participantes da pesquisa a ser realizada, com todas as informações pertinentes, riscos e benefícios da pesquisa e deve constar o contato da professora responsável, bem como o endereço do CEP a que está sendo submetido. Todos os projetos submetidos ao CEP/NUSAU/UNIR são avaliados com base na Resolução 466/12, Resolução 510/16 (quando pertinente) e nas Normas Operacionais emanadas da CONEP.

O trabalho do pesquisador com os participantes da pesquisa, em hipótese alguma, pode ser iniciado antes da aprovação integral do projeto pelo CEP/NUSAU/UNIR, sob pena de responsabilização civil nos termos da legislação vigente.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ad Referendum 09 de agosto de 2019, ausência de quórum (Luto institucional) PROTOCOLO APROVADO 1.De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais - a contar da data de aprovação do protocolo - que permitam ao CEP acompanhar o desenvolvimento do projeto. Esses relatórios devem conter as informações detalhadas - naqueles itens aplicáveis - nos moldes do relatório final contido no Ofício Circular n. 062/2011: conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.htm, bem como deve haver menção ao período a que se referem. Para cada relatório, deve haver uma notificação separada. As informações contidas no relatório devem ater-se ao período correspondente e não a todo o período da pesquisa até aquele momento.

2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, identificando-se, por cor, negrito ou sublinhado, a parte do documento a ser modificada, isto é, além de apresentar o resumo das alterações, juntamente com a justificativa, é necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).

Todos os projetos submetidos ao CEP/NUSAU/UNIR são avaliados com base na Resolução 466/12, Resolução 510/16 (quando pertinente) e nas Normas Operacionais emanadas da CONEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1246342.pdf	03/07/2019 16:00:49		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_para_plataforma_doc.doc	03/07/2019 16:00:15	MARIA MADALENA LEMES MENDES MOREIRA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_pdf.pdf	15/06/2019 16:13:38	MARIA MADALENA LEMES MENDES MOREIRA	Aceito
Outros	carta_de_anuencia_pdf.pdf	15/06/2019 16:12:22	MARIA MADALENA LEMES MENDES MOREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_.doc	15/06/2019 15:55:54	MARIA MADALENA LEMES MENDES MOREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO,

09 de Agosto de 2019

Assinado por: Elen Petean Parmejiani (Coordenador(a))

Endereço: Campus José Ribeiro Filho – BR 364, Km 9,5, Sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C
Bairro: Zona Rural **CEP:** 76.801-059
UF: RO **Município:** Porto Velho
Telefone: (69) 2182-2116 **Fax:** (69) 2182-2110 **E-mail:** CEP@unir.br